

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E
SOCIEDADE – MPCS

MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

“NARRATIVAS FEMININAS: UMA GRAFIA DA VIOLÊNCIA”

GRACIANE DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: PROFESSORA Dra. RAQUEL ALVARENGA SENA VENERA

JOINVILLE/SC

2021

GRACIANE DE OLIVEIRA

“NARRATIVAS FEMININAS: UMA GRAFIA DA VIOLÊNCIA”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, Linha de Pesquisa Patrimônio, Memória e Linguagens, da Universidade da Região de Joinville – (Univille), como requisito para obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, sob orientação da Raquel ALS Venera.

JOINVILLE /SC

2021

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Oliveira, Graciane
O48n Narrativas femininas: uma grafia da violência / Graciane Oliveira; orientadora
Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera. – Joinville: UNIVILLE, 2021.

124 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de
Joinville)

1. Violência doméstica. 2. História oral. 3. Patrimônio cultural. I. Venera, Raquel
Alvarenga Sena (orient.). II. Título.

CDD 363.69

Termo de Aprovação

"Narrativas Femininas: Uma Grafia de Violência"

por

Graciane de Oliveira

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Orientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera

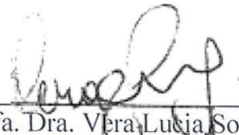
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera

Orientadora (UNIVILLE)



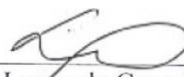
Profa. Dra. Vera Lucia Sommer
(UNIVALI)



Prof. Dr. Vinicius Armiliato
(UNIVILLE)



Profa. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes
(UNIVILLE)



Profa. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso
(UNIVILLE)

Joinville, 29 de julho de 2021.

Dedico este trabalho às mulheres da minha vida, que traduzem em mim a força do “sexo frágil”, começando pela minha saudosa avó, que me deixou no percurso dessa escrita, mas que habita em mim nas memórias mais doces que tenho. Minha querida mãe, que na guerrilha de seus conflitos me ensinou o sentido da palavra força. Minha filha Milena que representa a minha voz fora de mim na militância feminina. Minha pequena Eloá que de uma forma particular me atualiza o ego. E as participantes da pesquisa que me ensinaram que o “sexo frágil” não está no gênero, mas na incapacidade de refletir sobre este lugar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e concessão de discernimento e saúde para escrita em tempos de pandemia e proximidade com as doenças humanas;

Agradeço às mulheres participantes da pesquisa, que na minha proposta de narrar a vida, me ofereceram também seus próprios ouvidos para acalantar a minha voz;

Agradeço à Univille, Universidade que tenho estima no âmbito laboral e acadêmico; por financiar o Grupo de Pesquisa Subjetividades e (auto)biografia que carinhosamente me acolheu e foi espaço de inspiração da minha própria história; e por conceder-me bolsa de estudo para oportunizar a realização deste estudo;

Agradeço à todos os professores do mestrado que compartilharam seus conhecimentos e experiências conosco neste campo, principalmente às professoras Dra. Taiza e Dra. Luana que desde a qualificação, aceitaram o desafio de me acompanhar neste percurso de vida;

Aos amigos e colegas que fiz na Turma XII do mestrado, que entre uma pausa e outra, deixavam a trajetória mais leve e divertida

Aos queridíssimos amigos que fiz no “Patrimônio” Eloyse, Angela, Luiz, Debora e Mikael que aliviaram as angústias e tornaram o mestrado possível de acontecer. Especialmente a Elô pela partilha, paciência, carinho e cuidado que teve comigo na escrita e diálogos com o campo e a amiga Débora que pude conhecer melhor nas idas e vindas à Joinville.

À Polícia Militar e Rede Catarina de São Bento do Sul, que concordaram em dar vozes às mulheres que estavam sem exercer este direito em suas vidas.

À professora, amiga e orientadora querida Raquel, que confiou no meu trabalho e apostou sua linda metodologia no meu estudo. Agradeço sua sensibilidade ao tema e ao respeito que teve ao observar o meu processo de emancipação com relação à violência. Tudo isso só foi possível porque você me deu a oportunidade. Agradeço por acreditar em mim.

Agradeço aos meus familiares. Iniciando pelas minhas filhas: Milena e Eloá, que suportaram com paciência a minha ausência. Ao meu companheiro de

vida Cássio, que no seu âmago de tolerância, me mostrou ser possível um compartilhar de vida sem violência.

Agradeço ao meu pai, por me escutar quando eu pedia para parar a violência, embora ainda tão pouco, mas o suficiente para cada episódio. E finalizo agradecendo minha mãe, por não desistir de si mesma, e me direcionar ao caminho da academia quando me ensinava a escrever, a escrever e a escrever, por isso hoje estou aqui.

Ninguém escreve para ganhar fama, que, de qualquer maneira, é coisa transitória, ou para atingir a imortalidade. Seguramente, escrevemos em primeiro lugar para satisfazer alguma coisa que se acha dentro de nós, não para as outras pessoas. É claro que, quando os outros reconhecem os nossos esforços, a satisfação interior aumenta, mas mesmo assim, escrevemos primeiramente para nós mesmos, seguindo um impulso que vem de dentro.

(Sigmund Freud)

RESUMO

Esta dissertação está vinculada ao Grupo de Pesquisa Subjetividades e (Auto)Biografias, do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville - Univille. O título: “Narrativas Femininas: Uma Grafia da Violência”, visou dar visibilidade a voz às mulheres vítimas de violência em âmbito doméstico com o intuito de provocar ressignificações de memórias e, ao mesmo tempo, no gesto da escuta exercitar o desafio auto formativo da grafia sobre a violência doméstica. Garantir o exercício de se narrar e ser escutadas, proporcionar a quebra de silêncio, foi uma aposta de que o compartilhamento das experiências humanas ressignificadas como patrimônios comuns da humanidade. A pesquisa teve como objetivo geral analisar o papel da reflexividade sobre as memórias na construção das subjetividades femininas em narrativas de mulheres vulneráveis por violência doméstica. Diante dos desafios de compreender a complexa trama entre narrativas e memórias buscou-se nesse sentido definir um entendimento acerca das narrativas e destacar o papel da reflexividade no processo de narrar e escutar em ambiente de partilha. Para entendimento da narrativa foram acionados conceitos de Delory-Momberger (2014); Josso (2010) estendendo a categoria memória em Bosi (2003) e Halbwachs (2004), para questões de gênero Butler (2017) e Rago (1998) e para subjetividade Foucault (2006). A metodologia utilizada foi a pesquisa-formação organizada em seis momentos para propor um lugar compartilhado, denominado *Ateliê Biográfico*, para abordar a violência e promover ressignificação de memórias. O estudo evidenciou que a cultura machista é o grande disparador das violências domésticas narradas e que acabam por limitar as relações de poder entre o masculino e o feminino. Observou-se que a reflexividade possibilitou ressignificações que anteriormente não haviam sido pensadas pelas mulheres em questão e disparou desejos de outras partilhas evidenciando as narrativas como ferramenta potente para novos pactos civilizatórios e novas formas de existências e subjetividades.

Palavras Chaves: Patrimônio em Comum da Humanidade, Narrativas, Reflexividade.

ABSTRACT

This dissertation is linked to the Research Group Subjectivities and (Auto)Biographies, of the Graduate Program in Cultural Heritage and Society of the University of Joinville Region - Univille. The title: "Feminine Narratives: a Graph of Violence", aimed to give visibility to the voice of women victims of domestic violence in order to provoke re-significations of memories and, at the same time, in the gesture of listening, to exercise the self-formative challenge of writing about domestic violence. To guarantee the exercise of narrating and being listened to, to provide the breaking of silence, was a bet that the sharing of human experiences are re-signified as common patrimony of humanity. The research had as a general objective to analyze the role of reflexivity about memories in the construction of female subjectivities in narratives of women vulnerable by domestic violence. Facing the challenges of understanding the complex weave between narratives and memories, we sought to define an understanding about narratives and highlight the role of reflexivity in the process of narrating and listening in a sharing environment. To understand the narrative, concepts from Delory-Momberger (2014) and Josso (2010) were used, extending the category of memory in Bosi (2003) and Halbwachs (2004), for gender issues Butler (2017) and Rago (1998), and for subjectivity Foucault (2006). The methodology used was research-training organized in six moments to propose a shared place, called Biographical Workshop, to address violence and promote resignification of memories. The study showed that the macho culture is the major trigger of the domestic violence narrated and that it ends up limiting the power relations between men and women. It was observed that reflexivity made possible resignifications that had not been previously thought of by the women in question, and triggered desires for other shares, highlighting the narratives as a powerful tool for new civilizing pacts and new forms of existence and subjectivity.

Key Words: Common Heritage of Humanity, Narratives, Reflexivity.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1 – AS NARRATIVAS DE VIDA E SUAS POTÊNCIAS: DIÁLOGOS ENTRE AS PESQUISAS DO CAMPO (AUTO)BIOGRÁFICO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL	30
1.1 As pesquisas autobiográficas: sua História	31
1.2 O papel das memórias no processo de narrar	35
1.3. O sujeito ao encontro de si: o processo de subjetividade	48
2 – O ATELIÊ BIOGRÁFICO E A QUEBRA DO SILÊNCIO	55
2.1 O primeiro encontro: a desordem das memórias.....	57
2.2 O segundo encontro: a desordem do silêncio	62
2.3 O terceiro encontro: a organização de memórias	73
2.4 O quarto encontro: a organização das reflexividades.....	82
3 - A GRAFIA DA VIOLÊNCIA – EXPERIÊNCIAS E RESSIGNIFICAÇÕES..	88
3.1 – O Ateliê Biográfico como caminho para a reflexividade	90
3.2 Estudos de gênero e compreensão da violência doméstica	100
3.3. O que pode produzir a narrativa como Patrimônio Comum da Humanidade?	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS.....	123

INTRODUÇÃO

“Eu não podia falar com ninguém. Eu fugi, ele foi me buscar e disse que se eu fugisse ele ia me matar. Ele é lutador de artes marciais, ele é inteligente, então ele sabia onde me pegar pra não deixar marcas e me fazer desmaiar (...) Ele dizia que ia me matar se eu falasse pra minha família” (COLUNA DE FOGO, fev, 2020).

Era início do ano de 2020, período anterior à pandemia do coronavírus, um grupo de mulheres decidiu se reunir para narrar e reviver para ressignificar o valor de si. Narrar para esvaziar-se de um discurso tomado pelo silêncio, numa voz uníssona de valorizar o maior Patrimônio: a vida na condição de seres humanos enunciado em suas próprias palavras.

A epígrafe acima traduz a voz de uma mulher que vive as lamúrias da violência doméstica, no cerne de suas catástrofes íntimas. Trecho que tem a potência de despertar, sentimentos ocasionados por esta condição de vida: vulnerabilidade por violência doméstica. Os sentimentos despertados nesses depoimentos constituem a base estruturadora da dissertação que visa conhecer, para promover lugar de fala, e oportunizar a voz silenciada socialmente ecoando um mundo íntimo e particular.

A dissertação propõe refinar o diálogo entre os conceitos de reflexividades, aprendizagem auto-formativa e consciência de si, com mulheres vulneráveis por violência doméstica, que foram agredidas e registraram queixa na Delegacia da Mulher, da cidade de São Bento do Sul, vinculada à Rede Catarina, projeto da Polícia Militar de Santa Catarina, que visa dar proteção e segurança física a estas mulheres. Partimos do princípio de que estas mulheres, ao aceitarem participar dessa pesquisa, perceberam a possibilidade de resgatar um direito de que lhes foi violado, o de serem ouvidas. Nossa condução foi na direção de conhecer suas histórias de vida, por intermédio da metodologia Ateliê Biográfico e partindo do seguinte objetivo geral: analisar o papel da reflexividade sobre as memórias na construção das subjetividades femininas em narrativa de mulheres vulneráveis por violência doméstica. Os objetivos específicos, são: a) construir, a partir da metodologia pesquisa-formação, um corpus empírico de narrativas de vidas de mulheres em condição de vulnerabilidade por violência

doméstica; b) estabelecer diálogos com a produção do campo da pesquisa (auto)biográfica dos estudos da memória, do cuidado e/ou cuidado de si e narrativas de si e Patrimônio; c) promover a reflexividade com as mulheres, a partir das suas memórias narradas; d) disparar o processo de narrativa de si, a partir de questões norteadoras sobre a própria vida.

Por ser tratar de uma pesquisa (auto)biográfica, faremos o uso da escrita na primeira pessoa do singular, no que se refere à um “Eu”, ao me entender como – Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade, e no plural, quando incluímos os diálogos com a orientadora da pesquisa; as construções advindas do Grupo de Pesquisa Subjetividades e (auto)biografias, do qual somos participantes e desenvolvemos um referencial teórico, bem como com os autores das bibliografias acionadas para a sustentação das reflexões propostas.

Quando pensei no tema violência doméstica, de imediato sobressaiu o elemento silêncio, companheiro de vida dessas mulheres na condição em que se encontram. Dedução esta, pautada em sentimentos perturbadores que me ocorrem quando lembro da violência doméstica familiar que presenciei na minha infância. E por assim dizer, ter um ponto de partida, um fio condutor para um ateliê de memórias, eixo alavancador do ato de falar, que reputamos ser outro patrimônio valioso a ser preservado neste emaranhado de fios esperando agulhas para serem tecidos.

Escrever sobre este tema, me fez debruçar em dores internas, silenciadas por alguns anos, mas que encontrou vias de sublimação¹ para transgredir a existência. Tomando mais intimidade com a temática, percebi que a violência contra mulher é um fenômeno social, que atinge toda uma sociedade, ainda dominada por um patriarcado constituído culturalmente ao longo dos anos. Esta temática, velada ou mascarada socialmente, tratada em âmbito privado, está conquistando maior visibilidade em âmbito público em tempos denominados pós-modernos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), define a violência como o uso intencional de força ou de poder físico, de fato ou como ameaça, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, que cause ou tenha muita

¹ Em Psicanálise, processo pelo qual um impulso é modificado de forma a ser expresso de conformidade com as demandas do meio. Este processo inconsciente é considerado sempre como uma função de ego normal.

probabilidade de causar lesões, morte, danos psicológicos, transtornos de desenvolvimento ou privações. Este conceito nos dá noções técnicas da palavra violência, porém, mais do que conceituá-los, esta pesquisa quer conhecer o significado da palavra violência, por quem dela é vulnerável, e por quem dela foi vítima, ou seja, conhecer as significações por intermédio de narrativas de que foram vivenciadas.

Diante desse cenário, amplamente presente na sociedade, encontra-se a violência contra a mulher, sendo a sua forma mais comum, a perpetrada por parceiros íntimos. Esta violência pode se manifestar de diferentes maneiras e em diversas ocasiões. Dentre essas, destacam-se aquelas cometidas no ambiente socialmente e historicamente estabelecido como “para as mulheres”, que é a esfera privada, a família e o domicílio. Assim, a violência doméstica refere-se a todas as formas de violência e aos comportamentos dominantes praticados no âmbito doméstico e familiar, podendo ser psicológica, física ou sexual.

Minha inserção no campo da pesquisa (auto)biográfica se deu de forma precoce e sem consciência de minha parte, porque adentrei neste universo, sem intencionalidade, ou qualquer desejo aparente. Ainda na tenra infância, fui incentivada pela minha mãe, a silenciar meus sentimentos, mas ao mesmo tempo, a escrever sobre as dores que eu sentia, ao presenciar as cenas de violência doméstica que visualizei por toda a infância, praticadas contra ela, por parte de meu pai. Essas escritas individuais, acompanharam o meu desenvolvimento pessoal e social, e subsidiaram as minhas emoções por longos anos de vida. Eram escritas espontâneas e solitárias, oriundas de um momento de dor emocional, e tidas para mim, como uma espécie de deslocamento da realidade e amparo a um psiquismo fragilizado. Não havia nesta época, a intenção de aplicação de método científico orientado para busca de resultados em mim mesma, mas havia sim, a necessidade de liberar, em alguma medida, e para alguma direção, as situações de vida que fui participante. De forma espontânea, percebi que este ato, não só me fazia elaborar as dores, como também me projetava sentimentos diferentes em relação ao elemento silêncio. Particularmente percebo que foi uma ação para a construção de relações que estabeleci ao longo de minha vida, e propulsor da minha caminhada até aqui.

Diante deste cenário, o tema foi se familiarizando à minha existência, e despertando-me interesse sobre os aspectos que envolvem, seduzem e entrelaçam uma mulher vulnerável por violência doméstica ao longo dos anos. Inquieta-me conhecer, o que aconteceu nas histórias de vida de mulheres que foram vulneráveis a esta condição e conhecer o que lhes levou a esta direção, como refém de um destino posto. Será que estas mulheres, possuem alguma forma de alívio de dores emocionais? Será que estas mulheres realizam algum processo de reflexividade, sobre as direções que suas vidas seguiram? E o silêncio? Como lidam com este elemento, que ora machuca, ora conserva.

Indagações como estas, dispararam em mim, desejos e diligências por entender esta problemática e de alguma forma contribuir para que cada mulher encontre em si mesmo, mecanismos para lidar com os fatores externos de uma vida marcada pela violência.

A graduação em Psicologia, é meu lugar de fala; lugar que me concede a oportunidade de ouvir histórias de vidas diariamente em atendimentos clínicos, inclusive de casos de mulheres vulneráveis por violência doméstica. Compartilhar dessas angústias emocionais, provocaram em mim significados que soam tão distantes, mas ao mesmo tempo, ecoam memórias sempre tão presentes e familiares. Os conceitos posteriormente foram revisitados na esfera do Direito, que associa esse tipo de violência à perda de direitos humanos, visto que, a violência vivenciada pela mulher deixa marcas físicas e consequências psicológicas, e em decorrência apresenta um fator de risco à saúde mental da mulher, ocasionando sérios agravos à sua qualidade de vida e ao desenvolvimento de comportamentos vulneráveis. No Brasil, a violência contra a mulher ganhou expressão através de movimentos feministas. A vitimização da mulher no espaço conjugal foi um dos maiores alvos do movimento, trazendo para a esfera pública um assunto que até então era visto como de âmbito privado. (FONSECA, RIBEIRO E LEAL, 2012).

No entanto, para garantia desses direitos conquistados muitas lutas foram travadas e necessárias de serem contextualizadas. As batalhas feministas em busca de igualdade vêm galgando territórios que atravessam os tempos. O processo para a criação de uma lei especial de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil foi longo e antecipado por manifestações e debates. Na década de 1970 grupos de mulheres foram às ruas com o slogan

quem ama não mata, levantou-se a bandeira contra a violência, sendo este tema incluído na pauta feminista como uma de suas principais reivindicações. Grupos foram formados, manifestações foram feitas e a luta para ver punidos os assassinos foram iniciadas.

A Carta das Nações Unidas, elaborada em 1945, afirmou a garantia da proteção dos Direitos Humanos baseados na dignidade do ser humano e na igualdade entre homens e mulheres. A Carta da ONU marca o envolvimento desse organismo internacional com as questões de gênero, abrindo caminho para mudanças históricas no âmbito das preocupações internacionais. As questões de gênero, antes relegadas ao domínio doméstico das jurisdições nacionais, passam em definitivo para o âmbito das considerações globais. Inicia-se, com isso, um processo internacional de codificação dos direitos das mulheres.

Bandeira; Almeida (2015), sinalizam que a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 reafirmou que os direitos humanos são inalienáveis, universais e que não reconhecem qualquer diferença da condição de gênero. Embora tais tratados explicitem a não discriminação – sob qualquer dimensão – que deva existir entre homens e mulheres, a história tem evidenciado a sua violação sistemática. Por conseguinte e diante de tamanha evidência, emergiu a necessidade da realização sistemática de conferências e convenções, que atuem no sentido de reconhecer, assegurar e, sobretudo, implantar e garantir os direitos das mulheres no plano sociojurídico dos Estados nacionais.

Nessa direção, a primeira Conferência Mundial sobre a situação jurídica e social da mulher, convocada pela Comissão on the Status of Women (CSW), foi realizada no México em 1975. A Organização das Nações Unidas (ONU), então, retirou as questões de gênero, em definitivo, do âmbito particular dos Estados e as trouxe para a realidade internacional, tornando-as, com isto, preocupações globais. A partir desses objetivos, a ONU evidenciou especial preocupação com a persistência de leis e práticas culturais fundamentalistas em inúmeras sociedades, que mantinham as mulheres sob diferentes tipos de opressão. (BANDEIRA, ALMEIDA, 2015).

Um dos resultados diretos desse novo movimento”, por parte da ONU, foi a inclusão de um importante tratado de reconhecimento dos direitos das mulheres: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de

Discriminação contra as Mulheres (Cedaw), adotada pela Assembleia Geral em 1979. Além disso, foi realizada a Conferência Internacional sobre Direitos Humanos, em Viena (Áustria), em 1993, que reafirmou os direitos humanos das mulheres. Em 1994, foi elaborado um relatório, que traçou as iniciativas no âmbito da sociedade civil para assegurar a igualdade, os direitos, a educação, a saúde, o ambiente e a redução da pobreza.

Progressivamente, as convenções e os tratados assinados no âmbito internacional foram conquistando maior espaço para as demandas feministas no delineamento das políticas públicas. Finalmente, dentre eventos e comemorações passados, chegamos a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, nominada Convenção de Belém do Pará (1994-2014).

O Comitê Diretivo da CIM, (Conferência Internacional Americana), considerou a possibilidade de convocar uma reunião para organizar uma convenção interamericana sobre mulher e violência, como parte de sua missão de estudar as formas e os meios para prevenir e para o enfrentamento da violência contra a mulher. Desse processo, resultou um anteprojeto de texto para a convenção, que circulou entre os governos durante o mês de novembro de 1991. A consulta foi ampliada, incluindo a comissão de parlamentares pertinentes, ministérios, outras agências governamentais, passando por associações profissionais e organizações da sociedade civil (ONGs), organizações de mulheres e de direitos humanos, em cada país da região. Concluídas as consultas, durante a realização da 6ª Assembleia Extraordinária de Delegadas da CIM, em abril de 1994, o projeto foi aprovado. Em junho do mesmo ano, durante o 24º período ordinário de sessões da Assembleia Geral da OEA, em Belém do Pará, a CIM apresentou o projeto: Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), que foi promulgada aclamação em 9 de junho de 1994. Entrou em vigor em 5 de março de 1995, tornando-se referência mundial ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Aprovada pelo Brasil mediante o Decreto Legislativo nº 107, de 1 de setembro de 1995, representou um grande avanço para a compreensão e a visibilização da questão da violência, entre outros itens, sobre a ampliação da definição de violência contra as mulheres, conforme seu artigo 1º “Para os efeitos

desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. (BANDEIRA, ALMEIDA, 2015, p. 506).

A Convenção de Belém do Pará estabeleceu, pela primeira vez, o direito das mulheres viverem uma vida livre de violência, ao tratar a violência contra elas como uma violação aos direitos humanos. Nesse sentido, adotou um novo paradigma na luta internacional da concepção e de direitos humanos, considerando que o privado é público e, por consequência, cabe aos Estados assumirem a responsabilidade e o dever indelegável de erradicar e sancionar as situações de violência contra as mulheres. (BANDEIRA, ALMEIDA, 2015). As autoras relatam que no caso do Brasil ocorreram muitos obstáculos para o cumprimento da legislação específica, ancorada na Convenção de Belém do Pará. O Brasil foi condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA, em abril de 2001 após anos da denúncia à ela encaminhada, em agosto de 1998, apresentada por Maria da Penha Fernandes e enviada conjuntamente pelo Centro de Justiça e Direito Internacional (Cejil) e pelo Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem). A denúncia alegava a situação de extrema tolerância no país com a violência cometida contra Maria da Penha pelo seu ex-esposo, que culminou com a tentativa de assassinato. A condenação do Brasil teve enorme repercussão midiática. A comissão acusou o Brasil de ter descumprido dois tratados internacionais, dos quais é signatário: a Convenção Americana de Direitos Humanos e a referida Convenção de Belém do Pará. Os dois acordos garantem às mulheres vítimas de violência doméstica amplo direito de defesa, enquanto os acusados de cometerem o delito devem ser alvo de investigação policial e judicial rigorosa, o que não ocorreu. A sentença da Comissão afirmou que “O Brasil não garantiu um processo justo contra o agressor em um prazo razoável”. (BANDEIRA, ALMEIDA, 2015, p. 506). A CIDH analisou a denúncia por 13 anos e, durante esse tempo, foram enviadas três solicitações oficiais de esclarecimentos ao governo brasileiro, que não as considerou.

Após fazer o primeiro pedido de informação ao governo brasileiro, em 19 de outubro de 1998, a Comissão aguardou 250 dias por uma manifestação por parte da diplomacia brasileira antes de dar prosseguimento ao processo. Órgãos

federais não encaminharam qualquer resposta sobre o caso Maria da Penha. Em decorrência, cumprindo as normas das Convenções Internacionais de Direitos Humanos, a Comissão acatou como verdadeira a denúncia feita pelas duas organizações não governamentais e condenou o Brasil. A justiça brasileira, na oportunidade, não se manifestou a propósito da condenação. No entanto, esse posicionamento repercutiu de maneira indelével no movimento feminista, o qual se sentiu desafiado a agir em relação à condenação do Brasil.

O vigor da Convenção de Belém do Pará pode ser verificado a partir das quatro premissas iniciais: A) A violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos. B) A violência contra as mulheres é uma ofensa à dignidade humana e uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens. C) A violência contra a mulher transcende todos os setores sociais. D) A eliminação da violência contra as mulheres é condição para o desenvolvimento igualitário. (BANDEIRA, ALMEIDA, 2015).

Para assegurar o cumprimento das premissas propostas foi criado o Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (Mesecvi). Seu objetivo é dar continuidade e analisar como a Convenção está sendo implantada nos países-membros, assim como facilitar a cooperação entre os Estados partes e o conjunto de Estados-membros da OEA, contribuindo para a consecução dos propósitos da Convenção.

Sem dúvida, a Convenção de Belém do Pará significou expressivo avanço em defesa dos direitos humanos das mulheres do continente. Estabeleceu que a violência contra a mulher envolve qualquer ação ou conduta baseada em seu gênero, que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual e psicológico, tanto na esfera privada como pública. Ao mesmo tempo, trata-se de instrumento sociojurídico internacional pioneiro quanto ao problema endêmico da violência contra a mulher, que possibilita que a denúncia interna dos Estados seja deslocada ao plano internacional, como ocorreu com o caso Maria da Penha. Ademais, ampliou a definição de violência baseada na condição de gênero, rompendo com a definição conservadora centrada na violência física, descontextualizada das variadas, tradicionais e interseccionadas relações de poder, em suas transversalidades e com carga altamente nociva ao desenvolvimento democrático. Eis aqui mais um conceito de violência, postulado

pela Convenção de Belém do Pará, e do qual vamos nos inspirar para esta dissertação.

Foi com base nessa Convenção que o consórcio de Organizações Não Governamentais (ONGs) feministas, em parceria com a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), propôs a Lei nº 11.340, aprovada em 7 de agosto de 2006, no Brasil. Conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, ancorou suas definições fulcrais na referida Convenção. Portanto, a Lei Maria da Penha (LMP), que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher, é fruto do engajamento do Estado brasileiro no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos da mulher. (BANDEIRA, ALMEIDA, 2015).

Do ponto de vista legislativo, a Lei 11.340 (Código Civil Brasileiro), de 7 de agosto de 2006, foi sancionada criando mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Por essa lei, todo caso de violência doméstica contra a mulher é considerado crime, passando por inquérito policial, e remetido ao Ministério Público. A lei possibilita que o agressor seja preso em flagrante, ou tenha sua prisão preventiva decretada quando ameaçar a integridade física da mulher. São incluídas medidas de proteção para a mulher e espera-se o afastamento do homem do ambiente familiar. Com isso, também, foram criados serviços específicos voltados para o enfrentamento do problema, como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM).

Em Santa Catarina, além das DEAM, o estado conta com um novo programa da Polícia Militar, que é chamado de Rede Catarina. É um programa institucional da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) direcionado à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, estando pautado na filosofia de polícia de proximidade e buscando conferir maior efetividade e celeridade às ações de proteção à mulher, ou seja, são maneiras de verificar e confirmar se a Lei Maria da Penha, está sendo cumprida no dia a dia e reforçar sua aplicabilidade na prática.

A Rede Catarina foi idealizada a partir de práticas circulantes no território nacional e em Santa Catarina, a citar na cidade de Chapecó, porém a presente Rede transcendeu os programas e projetos experimentados de Patrulha Maria da Penha. Segundo informações contidas na página da Polícia Militar (2020, *web*), a Rede Catarina é mais que uma patrulha; é mais que uma ronda de fiscalização de medidas protetivas. É, de fato, a necessária atenção às mulheres

vítimas de violência doméstica e familiar, dando-lhes voz e dignidade a partir do conceito de que é possível fazer mais e melhor, de forma mais simples e efetiva.

O Atlas da Violência (2019), contabiliza que houve um aumento de homicídios femininos no Brasil, entre os anos de 2007 e 2017, com cerca de 13 assassinatos de mulheres por dia, no ano de 2017, sendo ao todo 4.936 mortes somente neste ano, no país. O maior número registrado desde 2007. Diante desses números, surge em mim ainda mais indagações sobre a situação dessas mulheres ao ocuparem o lugar de sujeição frente ao quadro de violência por parte de seus parceiros conjugais por muito tempo; mesmo existindo, medidas existentes para lhes proteger, diferente da época da minha mãe. Esta afirmação remete às memórias da minha própria história, e impulsiona à pesquisa neste segmento, sendo que as ciências sociais e humanas trazem perspectivas sobre esta temática que reputam e me enquadram, pelo fato de “ser filha da violência doméstica” a ser vulnerável para esta condição.

O Atlas da Violência (2019) também revela que tendo em vista a centralidade que a violência contra a mulher assumiu no debate público da sociedade brasileira, bem como os desafios para implementar políticas públicas consistentes para reduzir este problema, causa preocupação a flexibilização em curso da posse e porte de armas de fogo no Brasil. Apenas em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícias para registrar episódios de agressão (lesão corporal dolosa) em decorrência da violência doméstica, número que pode estar em muito subestimado dado que muitas vítimas tem medo ou vergonha de denunciar.

Fonseca, Ribeiro e Leal (2012), destacam que, dentre as principais causas para a violência, as mulheres citam ciúmes por parte do parceiro, poder que estes exercem sobre elas e histórico familiar, ou seja, muitas vítimas presenciaram cenas de violência domésticas na sua tenra infância. O jogo de poder masculino advém dessas crenças de o homem possuir certos direitos e privilégios a mais do que as mulheres. Com isso, estes autores estimam que as mulheres com maiores fatores de vulnerabilidade, como tendência à sujeição, poderão encontrar maiores dificuldades para se afastar dessa situação. Levando em consideração que uma relação se inicia partindo da ligação de dois psiquismos que se complementam, parte da vulnerabilidade das mulheres

poderá estar vinculada/associada à sua história de vida pessoal. A possibilidade de reflexividade desse processo pode ser chave para uma digressão.

Sendo assim, as histórias de vida, redimensionam o silêncio, e instauram um direito violado: o de ser ouvida. Dentre os direitos fundamentais inseridos na Constituição Federal de 1988, o direito à vida, como um direito resguardado a todas as pessoas. É um direito que transcende o cenário jurídico e é objeto de estudos em diversas áreas, como da Sociologia, Filosofia e Psicologia. O Art. 5º contempla que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes; sendo que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. (BRASIL, 1988, p. 14)

Na área da Psicologia, encontramos muitos estudos referentes a este assunto, que norteiam e embasam pesquisas e trazem contribuições para a sociedade; no entanto, estudar a violência doméstica, pelo olhar do campo do Patrimônio Cultural, propondo uma reflexividade e uma ressignificação de sentido, através da metodologia da pesquisa-formação, torna este estudo inédito para a área das Ciências Humanas, que acarretará contribuições consideráveis para ambos os campos, principalmente no que se refere a resultados metodológicos para futuros pesquisadores interessados no tema. Nesta perspectiva percebemos que a pesquisa tem um caráter de ineditismo quando busca em vidas de mulheres tidas como comuns, os sentidos e saberes proporcionados pela reflexividade, a serem salvaguardados e preservados. É a partir das narrativas de vida que se pode conhecer a valorização que tem a vida e que cada vida tem a sua contribuição para pensar o tempo e a memória, de forma singular mesmo que diante de um cenário plural, que nega a existência e utilidades dessas vidas no mundo

Entendemos que ressignificar os fatos narrados nos indicam que, ao trabalharmos com memória, o estamos fazendo conscientes de que tentamos capturar o fato sabendo-o e reconstruindo-o por uma memória seletiva, intencional ou não. Nesse sentido, a metodologia pesquisa-formação, que chamamos também de Ateliê Biográfico tem, segundo pontua Abrahão (2003), uma dimensão ética e política na medida em que aposta na capacidade de recuperar a memória e narradas pelos próprios atores sociais, rompendo com

formas cristalizadas de investigação que valorizam mais o dado acabado e partindo para a intenção de capturar sentidos da vida social que não são facilmente detectáveis, principalmente nas condições de violência doméstica.

Esta pesquisa contou com o aporte metodológico da pesquisa-formação de Christine Delory Mombberger (2014) que tem como objetivo construir momentos em torno de uma prática da história de vida inserida num protocolo autoformativo. O trabalho de produção da história de vida se articula sobre a definição de um projeto de formação; no procedimento acompanhado: a metodologia aplicada tem por característica permitir ao autor da narrativa construir a história de sua vida, isto é, (re)conhecer-se no discurso que ele constrói. Este momento biográfico é construído no papel reconhecido do grupo de formação: o processo de construção identitária é reforçado por modalidade de funcionamento controladas: produzidas em público segundo um protocolo estabelecido para o conjunto dos participantes, a narrativa torna-se o lugar de um trabalho reflexivo no qual as representações informadas pelo grupo desempenham um papel determinante.

No que consiste à população participante, tivemos a colaboração do Programa Rede Catarina, que atua no combate à violência doméstica, em parceria com o Ministério Público e Poder Judiciário, dando reforço à Lei Maria da Penha. Nossa intenção, foi convidar as mulheres, que estão no âmbito da violência doméstica, a participarem de forma voluntária e intencional, desta pesquisa. Eu tive a oportunidade de participar da inauguração do Programa da Rede Catarina, na comarca de São Bento do Sul e Rio Negrinho, que aconteceu em fevereiro e março de 2019, respectivamente. Nestas ocasiões, me aproximei da equipe responsável pela execução deste trabalho para conhecer melhor os objetivos desta ação da Polícia Militar. Verifiquei que o programa objetiva direcionar esforços por parte da Corporação no combate e prevenção à violência doméstica, atuando na fiscalização das medidas protetivas que o Judiciário concede à mulher vitimada, além de propiciar um canal de comunicação e cooperação entre a Polícia Militar e as atendidas, orientando-as e protegendo-as, com visitas domiciliares frequentes. Para tanto, a Polícia Militar disponibiliza uma equipe de dois policiais militares, sendo um feminino, e outro masculino, e esta dupla tem a função de realizar visitas de monitoramento para proteção da mulher agredida. Para receber a proteção da Rede Catarina, a mulher que foi

violentada, precisa fazer a denúncia numa Delegacia de Polícia. A partir desta denúncia, a mulher passará a receber a visita de monitoria da dupla de policiais, que são designados pela Polícia Militar, a atender especificamente, casos de violência doméstica. Estes farão contatos telefônicos e visitas no domicílio, para reforçar a medida protetiva.

Ao tomar conhecimento dessas informações, acabamos percebendo que a metodologia pesquisa-formação poderia contribuir e complementar ações que a Rede Catarina já se propõe a realizar e a partir destas reflexões consideramos pertinente a aplicabilidade nesta população.

De posse dessas informações, agendei uma reunião com o Major do 23º Batalhão da Polícia Militar de São Bento do Sul e apresentei a ele, o objetivo da pesquisa, e os motivos que nos inspiraram a ter essas mulheres violentadas como nossa população de pesquisa. Nesta ocasião, ele emitiu um termo de aceite, e autorizou a dupla de policiais a passar o contato telefônico das mulheres interessadas para mim. Momento em que ficou acordado, que nas visitas subsequentes, a dupla de policiais, faria o primeiro convite para a participação na pesquisa, e após a adesão repassariam os contatos telefônico. Foi assim, que, em fevereiro de 2020, aconteceu o Ateliê Biográfico, tempo anterior à pandemia do coronavírus. A descrição detalhada deste momento, está explanada com mais detalhes no capítulo dois. Após este momento, nossa população de pesquisa foi delimitada por mulheres violentadas por seu companheiro conjugal, e que registraram boletim de ocorrência em delegacia de polícia, e passaram a receber proteção da Rede Catarina da cidade de São Bento do Sul.

A literatura sobre esta temática, ganhou *corpus empírico* junto ao Grupo de Pesquisa “Subjetividade e (auto)biografia”, por intermédio das discussões coletivas e pela possibilidade de aplicação da metodologia pesquisa-formação, de Delory-Momberger (2014), na condição de experimento piloto do Ateliê Biográfico - entre os integrantes deste grupo, com vistas ao aprimoramento da técnica.

Junto ao Grupo de Pesquisa da Univille, “Subjetividades e (auto)biografia”, refletimos as relações de *Cuidado de Si*, de Michel Foucault (2003) e o papel da reflexividade das escutas de si, associando também as práticas de autoformação, de Christine Delory-Momberger (2014) e Marie-

Christine Josso (2010), abordagens relevantes que desencadearam a temática acerca das narrativas, enquanto Patrimônio. Sobre o que já foi construído e publicado até o momento no grupo, no âmbito do Patrimônio Cultural, chegamos à dissertação defendida por Wesley Batista Albuquerque (2019), proveniente da mesma linha de pesquisa e sob a mesma orientação, cujo título é “Esclerose Múltipla em Redes: A circulação de afetos em narrativas de testemunho”, a pesquisa problematizou a relação entre narrativas de vida e os valores patrimoniais. Para a sustentação da proposta foi utilizado um artigo do mesmo autor, publicado na revista *Memória em Rede* (n21,dez, 2019), intitulado “O que as práticas narrativas de testemunhos dizem sobre o Patrimônio Cultural”. Estes textos resultantes de pesquisas do grupo fundamentaram as narrativas de vida no campo dos Patrimônios Comuns da Humanidade.

Sob este tema Venera e Albuquerque (2019) dizem que “a experiência com a escuta das Histórias de Vida põe em evidência por um lado questões como a fragilidade humana, a vulnerabilidade, a precariedade, a provisoriedade e a finitude constitutivas da vida. Palavras que expressam enfim o fato insuportável de se sentir no desamparo”. (VENERA, ALBUQUERQUE, 2019, p. 02). Os autores destacam que escolhemos o que eternizar a partir do que entendemos ser excepcionalidades, dentre as diferenças espetaculares, bem como questionam, o que as histórias de vida nos contam sobre nós? O que nos traduz de fato? O que aparece em todas as histórias de vida é o comum, o banal, as redes de afeto diante da fragilidade humana. As narrativas são compreendidas como formas simbólicas, que registram experiências de adversidade da vida, por uma doença crônica, morte, violência ou medos corriqueiros. Essas dores quando expressas em linguagem ganham dimensões simbólicas que ao serem compartilhadas redimensionam o ser/estar no mundo. Artigo, no qual, Venera e Albuquerque (2019) consideram que o direito de narrar e de ser escutado deva ser entendido como Patrimônio da Humanidade, correlativo a um novo pacto civilizatório: a vida humana não pode continuar sem a linguagem. É por esta direção que abordaremos no Capítulo 1, as Narrativas no Campo do Patrimônio Cultural.

Para atingir nossos objetivos vamos utilizar nesta dissertação, os momentos de vivências propostos por Delory-Momberger (2014), como Ateliê Biográfico, de fácil execução à realização prática, visto que não conhecíamos

dados como escolaridade ou situação socioeconômica das participantes. Dados estes que não incluem, nem tampouco excluem como critério de participação da pesquisa, porque a metodologia acolhe públicos diversos. Esta metodologia foi previamente experienciada no Grupo de Pesquisa “Subjetividades e (auto)biografias”, como proposta de aplicação piloto em forma de Ateliê (auto)biográfico, junto aos integrantes do grupo, para experimentação e aprimoramento da técnica. Nesta aplicação, da qual fui participante eu tive a oportunidade de conhecer os efeitos da reflexividade sobre as minhas próprias memórias e parear com a minha grafia da violência, que sempre realizei, porém sem consciência, conforme será detalhado no capítulo três.

A proposta teórico metodológica de pesquisa que adotamos, pretende construir um conhecimento privilegiando, a reflexividade de mulheres vulneráveis por violência doméstica em várias dimensões da vida, pois segundo Delory-Momberger (2014), as narrativas de vida mostram o social sob suas múltiplas facetas, não como reflexos desencarnados de estruturas abstratas, mas como conjunto de experiências vividas. A metodologia é seguida por oficinas biográficas que se propõem a articular as histórias de vida numa dinâmica prospectiva ligando as três dimensões da temporalidade (passado, presente e futuro) e visa fundamentar um futuro de sujeito e fazer emergir seu projeto pessoal.

Partindo desse repertório de preparação teórico e prática, a metodologia foi aplicada, em fevereiro de 2020. Os encontros ocorreram numa sala de aula, da Univille, *campus* São Bento do Sul, meu local de trabalho e que consideramos, ser de fácil acesso de localização para as participantes. A sala de aula, foi organizada previamente, para contemplar características de acolhimento propícias para o desfecho de uma narrativa, desfazendo o modelo sala de aula formal para métodos de ensino-aprendizagem. Os encontros aconteceram em três dias, estruturados em seis momentos, cuja descrição detalhada está registrada no capítulo dois.

Os tempos da metodologia, em termos de descrição didática, aconteceram na seguinte sequência de acordo com Delory-Momberger (2014):

O primeiro tempo caracterizou-se como um tempo de informação sobre a metodologia, os objetivos da oficina e os procedimentos aplicados. Neste momento todos os detalhes da metodologia foram expostos e negociados,

incluindo o fato de que todo o processo seria gravado em áudio para facilitar os registros e as análises das pesquisadoras, uma vez que eu também participei do ateliê. As gravações em áudio, serviram de registros de apoio para a compreensão das narrativas.

O segundo tempo correspondeu à elaboração, à negociação, e à ratificação coletiva do contrato biográfico. Esta fase representou um momento fundador no trabalho autobiográfico: o contrato, que foi passado oralmente. Neste momento expliquei as regras de funcionamento, o objetivo da pesquisa, e enunciei a intenção autoformativa para oficializar a relação consigo e com o outro no grupo. Combinamos sobre o anonimato, a ética do sigilo das informações e a característica do não julgamento por ouvir a história da outra. Nesta fase, dado o entendimento de fato sobre o ateliê, as mulheres assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE². É importante informar que este documento não consta em Apêndices por questão de proteção à identidade das mulheres, porém foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Unville. O documento original encontra-se sobre meu poder, junto ao acervo das histórias de vidas das mulheres.

O terceiro e quarto tempos foram consagrados à produção da primeira narrativa autobiográfica e a sua socialização, na base de diversos suportes: árvore genealógica, mandala, projetos parentais, brasão etc. Inicialmente foi solicitado aos participantes que retratassem seu percurso de vida evocando as figuras pessoais (pais, adultos e pares), as etapas e os acontecimentos positivos e negativos de suas vidas, considerados por elas. Essa narrativa é o rascunho da autobiografia que se sucederá. Essas histórias, posteriormente, foram contadas e não lidas. A finalidade desta primeira narrativa foi constituir um traçado para a escrita da segunda narrativa autobiográfica, objeto de uma tarefa para o encontro seguinte. No final das atividades deste momento, as escritas foram recolhidas por mim e serviram de material, que constitui nosso acervo empírico. As participantes, saíram deste encontro, com a proposta de escrever em casa, uma segunda narrativa, retomando as considerações que vieram à

² As TCLE's não constam em Apêndices por uma questão de proteção à identidade das mulheres, mas o documento passou pela análise e aprovação do comitê de ética e pesquisa com seres humanos. O documento original e assinado pelas participantes, encontra-se sob o poder da pesquisadora, junto ao acervo das histórias de vidas das mulheres participantes do Ateliê Biográfico.

consciência no momento do compartilhamento visando fomentar dados, que não estavam conscientes, no momento da primeira escrita.

O quinto tempo foi da socialização da narrativa autobiográfica, efetuada como tarefa de casa. Escritos apresentados no coletivo, e os participantes puderam questionar, sem interpretar as respostas e sem julgamentos. Etapa que visou a construção de novos sentidos em sua história de vida. Um "secretário", escriba, escolhido pelo narrador, toma nota das narrativas e das intervenções e cada secretário redigiu os textos em primeira pessoa. A autobiografia e essa segunda narrativa foram entregue ao seu destinatário, no final do encontro, passando pela incursão compreensiva do outro e pelo distanciamento de si. Ao final, eu recolhi todas as escritas e guardei, no acervo criado.

O sexto tempo, foi um tempo de processo de sínteses. O projeto pessoal de cada participante, foi co-explorado, despojado dos excessos e nominado. Cada participante apresentou e defendeu seu projeto, sua narrativa. Neste dia, fez-se um balanço da incidência da formação no projeto de vida de cada participante, as participantes tiveram a oportunidade de narrar esta experiência, incluindo sentimentos, sensações e impressões que emergiram no processo deste ateliê, uma vez que, o momento (auto)biográfico permitiu a emergência e a construção de um projeto de vida, porque ofereceu um quadro da socialização a uma operação de reconfiguração de si mesmo e porque estabeleceu as condições autoformativas de uma apropriação pelo sujeito de seu vir a ser.

É significativo ressaltar que a identidade das participantes está sendo preservada nesta dissertação conforme acordado em TCLE e assinado pelas quatro participantes. Seus nomes verdadeiros foram substituídos por codinomes que elas escolheram para si, baseados em seus percursos com a violência. Os codinomes e significados escolhidos pelas integrantes do projeto são:

Coluna de Fogo: “mulher que depois de passar por tantas tempestades considera que estar de pé é uma vitória. Ainda sou a coluna da minha família”.

Empoderada: “mulher que teve coragem de dar um basta duas vezes, e seguir em frente com todas as dificuldades que surgiram”.

Dama de Ferro: “mulher que suportou as dificuldades da vida com força e garra de ferro e até que deu um basta. E agora por traz desse ferro, tem uma dama, delicada, meiga, mas com atitude e com uma força imensa de não deixar ninguém pisar nela”

Bela: não teve a oportunidade de escolher seu codinome porque não apareceu mais nos encontros, mas tomei a liberdade de nominá-la assim por ser considerada por mim e pelas outras, uma mulher bonita e elegante na aparência física e com as palavras.

No segundo capítulo serão recuperadas as narrativas e os movimentos do Ateliê Biográfico. Seus relatos no sentido literal, com respeito às palavras e linguagens utilizados pelas participantes e foram respeitados os modos de dizer num lugar de fala seguro, protegido e organizado para essa finalidade.

O terceiro capítulo será composto por recortes de narrativas das reflexividades e ressignificações produzidas no compartilhamento de experiências no grupo. Neste espaço daremos ênfase aos conceitos de violência, mas pela ótica da experiência das mulheres, fundamentados por teóricos do campo do Patrimônio, bem como a questão de gênero e relações de poder, oriundas de uma reprodução cultural coletiva e ainda legitimada nas relações afetivas.

1 – AS NARRATIVAS DE VIDA E SUAS POTÊNCIAS: DIÁLOGOS ENTRE AS PESQUISAS DO CAMPO (AUTO)BIOGRÁFICO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Nesse capítulo vamos dialogar sobre o processo de possibilitar ao humano, a capacidade de narrar-se, de fazer uso da linguagem em termos de significados como constituinte do ser e existir. Os espaços dialógicos foram estabelecidos com autores do campo do Patrimônio Cultural e do campo da Psicologia, mais propriamente na área psicanalítica, que reconhece que o próprio narrar constitui-se como um processo de elaboração do viver uma cultura pela herança de memórias deixadas para uma sociedade, na promoção de sentidos e identidades coletivas.

O ato de narrar é uma atividade humana espontânea, desde que se instaure num ambiente propício à sua consecução e possibilite um movimento de construção e reconstrução de histórias que fundamentam ou que legitimam um sujeito. Narrativas são tecidas sob o pano de fundo das histórias de vida, assim abrem novas possibilidades para o ser e o viver. Santana (2017), em seu artigo “Memória e Patrimônio Imaterial” nos fala que a habilidade de tecer histórias, ao longo do tempo, se fez necessária para a sobrevivência dos grupos sociais, e delas resultam as tramas simbólicas orientadoras de vida em coletividade. Assim, por meio do exercício dos registros narrativos os humanos deixam suas trilhas para as gerações futuras.

Produzir narrativas foi o foco mobilizador do movimento (auto)biográfico de um ateliê de histórias de vida, que vamos detalhar neste capítulo, trazendo elementos que compõe o ato de narrar, como potência para evocar memórias e reflexões acerca de um contexto de vida, de perdas, de traumas, de abandono, dentre outros, no caso dessa dissertação, dirigido para narrativas que expressam situações de violência. Neste sentido a metodologia pesquisa-formação, postuladas por Marie-Christine Josso e Delory-Momberger, denominada Ateliê Biográfico, propõe que cada etapa narrativa, é uma experiência a ser narrada. Conceitos como subjetividade e cuidados do si, complementam o referencial teórico, visando a compreensão dos conflitos subjetivos de mulheres vulneráveis por violência doméstica. Narrar histórias de vida, é trazer à tona memórias de vidas ressignificadas.

Falar de memória é falar de identidade e evoca a temporalidade passado, presente que faz pensar num futuro, passivo de vir a ser transformado. Candau (2011) incita que os homens morrem porque não são capazes de juntar o começo ao fim. Somente *mnemosyne*, divindade da memória, permite unir aquilo que fomos, ao que somos, com aquilo que seremos. A memória, portanto, permite ao homem saber, ao mesmo tempo, o que ele foi e o que será.

Essas vozes, protagonistas anônimas da história representam a memória dos tempos. Trata-se de vozes que irrompem silêncios e tornam conhecidas as facetas e os espaços recônditos obscurecidos pela memória oficial. Guardadas em trechos diversos, as narrativas, apoiadas na memória, são tecidas diariamente para o grande *continuum* da transmissão oral. Trazer as narrativas de violência pela linguagem da mulher, deixará exposto sua singularidade, sua visão de mundo, suas crenças e sua força representativa, no valor sociocultural que as revestem, pois estes evidenciam um *ethos* cultural previamente constituído. (Santana, 2017).

Bosi (2003) conta que narrar a vida, é dela se apropriar, refazendo os caminhos percorridos, o que é mais do que revivê-los. A história narrada, não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu. Trata-se, portanto, de ampliar a possibilidade de inventar novos modos de ser no mundo, a partir do vivido e do encontro com o outro; de incorporar o vivido, o passado que se faz presente. Por meio da escuta de uma história narrada, do afloramento da dimensão subjetiva, os sujeitos, inseridos numa sociedade expõem/registram como são e foram marcados pelo regime de verdade de cada época.

1.1 As pesquisas autobiográficas: sua História

Consideramos importante conhecer a história e a trajetória das pesquisas (auto)biográficas desde o início do século XX, e entender em que medida elas avançaram para as pesquisas de campo, e de que modo os percursos de vida contemporâneos, caracterizados pela pluralidade das experiências de vida, singularizam-se nas histórias individuais.

Delory-Momberger (2014) propaga que as pesquisas (auto)biográficas compreendam as modalidades segundo as quais os indivíduos e, por extensão, os grupos sociais trabalham e incorporam biograficamente os acontecimentos e as experiências de aprendizagem ao longo da vida. As fontes (auto)biográficas, constituídas por histórias de vida, relatos orais, fotos, diários, autobiografias, biografias, cartas, memórias, entrevistas, escritas escolares e videográficas, configuram-se como objeto de investigação transversal nas Ciências Sociais e Humanas. Segundo o autor, em Chicago, três partes da população era, em 1920, de origem estrangeira, conheceu várias levas sucessivas de imigração, desencadeado por um forte movimento migratório vindo da Europa central, seguido de populações da Europa meridional, antes que chegassem os imigrantes asiáticos da China e do Japão e, enfim, os mexicanos e os porto-riquenhos da América Central. Chicago, era, em 1920, a segunda cidade polonesa no mundo, a terceira cidade alemã, a terceira cidade sueca. O *habitat* e a vida desses grupos étnicos obedeciam a uma lógica de agrupamento territorial: cada um deles se instalava nos espaços vazios deixados pelos outros e recompunham sua cidade de origem. Esta interposição fez de Chicago uma justaposição de bairros nitidamente separados, de cidades na cidade. É neste quadro urbano marcado pela miséria social e econômica, pelo clima de tensão e de revolta suscitado por condições desumanas de trabalho, que se desenvolveu entre 1915 e 1935, a corrente de sociologia empírica conhecida sob o nome de Escola de Chicago. A primeira corrente sociológica do meio universitário a romper com a pesquisa teórica e especulativa da sociologia europeia, faz da cidade e dos problemas urbanos o campo de eleição e o laboratório da ciência social.

o saber que o sociólogo constrói a partir das pesquisas de campo devia permitir encontrar soluções para os problemas da sociedade e estava, em consequência, diretamente envolvida com as dificuldades do meio ambiente urbano tais como Chicago conhecia. (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 235).

No plano metodológico, os trabalhos da Escola de Chicago dependiam de um mesmo procedimento de pesquisa de campo e de uma atitude de observação nem sempre participante (compreende-se que certas situações se opunham à

que ela o fosse), implica em uma relação direta do pesquisador com seu objeto de estudo. Pesquisa empírica que constrói seu objeto a partir da coleta direta dos informantes: coleta e recortes de observações feitas a longo termo por um pesquisador que, tanto quanto possível, está em situação de imersão no meio que estuda.

Delory-Momberger (2014) coloca que a originalidade da Escola de Chicago foi ter atribuído uma importância especial, entre os documentos pessoais, aos documentos biográficos, cartas ou narrativas de vida: pode-se afirmar sem risco de enganar-se, que as narrativas de vida pessoais, tão completas quanto possível, constituem o tipo perfeito de material sociológico, e que se a ciência social é levada a recorrer a outros materiais, quaisquer que sejam, é unicamente em razão da dificuldade prática que há atualmente de dispor de um número suficiente de tais relatos para cobrir a totalidade dos problemas sociológicos, e da enorme quantidade de trabalho que exige uma análise adequada de todos os materiais pessoais necessários para caracterizar a vida de um grupo social. Não se pode deixar de pensar que o recurso às narrativas de vida pessoais corresponde a uma secularização com intuito científico de uma prática difundida na sociedade puritana americana. Mais ainda, as sociedades marcadas pelo protestantismo, em suas versões rigoristas, contribuem para desenvolver uma forma especial de relação do indivíduo com a coletividade social, calcada na relação do homem com Deus: o ser individual é responsável por si mesmo e por seus atos em sua existência social, como é, diante de Deus, em sua existência espiritual. Neste contexto a autobiográfica aparece como uma forma de exame de si, no qual o homem faz o cômputo de sua vida.

A narrativa de vida permite dar a densidade e a significação histórica que falta quando é reduzida ao enunciado da situação do sujeito, bem como refazer imbricamentos entre a história do sujeito e das instituições, no sentido amplo, com as quais sua vida está envolvida. Sinaliza as transformações, os desequilíbrios, as rupturas que, atingindo essas instituições, repercutiram na vida do sujeito. A narrativa de vida permite captar indissociavelmente, na perspectiva de um passado recomposto, o sujeito individual e o ser social. É neste espírito de compreensão ao mesmo tempo diacrônico e sincrônico, idiossincrático e sociológico, que se inscreve a coleção de narrativas de vida registradas pelos sociólogos de Chicago. Tanto quanto um valor heurístico, a

narrativa de vida assumirá para a Escola de Chicago um valor pedagógico e didático. Delory-Momberger (2014) exemplifica que a linguagem em ato, longe ser uma entidade puramente abstrata, manifesta laços não solúveis que ela mantém com a realidade social: a linguagem está presa ao mundo social como o mundo social está preso à linguagem.

falar é dizer sua inserção social, cultural, profissional; é dar mostras de gostos, de opiniões, de juízos que se referem a convenções e a códigos recebidos em tal meio ou em tal grupo; é enunciar maneiras de agir que remetem a atitudes morais ou ideológicas. (p. 261).

No contexto dessa interação, a narrativa produz um objeto que é ao mesmo tempo um ato pelo qual seu autor age sobre si mesmo e sobre os outros, na medida em que a relação que ele faz da sua vida o constitui identitariamente para si mesmo e para os outros, ou mais exatamente, como num jogo de reflexos de espelhos, para si mesmo através do olhar dos outros.

Após o início das pesquisas autobiográficas e de histórias de vida em Chicago, o interesse por esse campo foi percebido por outro grande polo de construção de conhecimento científico – a França. Os anos 1970 marcaram uma mudança epistemológica e metodológica nas ciências sociais. Na emergência de uma sensibilidade política e social atenta às formas da cultura popular e da memória coletiva, o desenvolvimento de correntes de sociedade (feminismos, movimentos associativos) decididos a definir novas relações sociais, conduzem a se interrogar sobre a pertinência de métodos fundados exclusivamente sobre a estatística e a amostragem, para compreender a vivência social em suas condições e práticas concretas. O que alguns chamaram de “a crise da sociologia” mostra a distância que separa as construções preestabelecidas e padronizadas das pesquisas por questionários e a realidade individual e subjetiva de situações vividas pelos atores sociais.

É nesse clima geral que se deve situar a descoberta (ou a redescoberta) pelos sociólogos franceses da tradição biográfica antropológica através das narrativas dos etnólogos ou dos trabalhos da Escola de Chicago e seus prolongamentos. O recurso ao testemunho direto dos atores parecia oferecer uma alternativa a uma concepção exclusivamente quantitativa dos fatos sociais e abrir os caminhos de um conhecimento mais humano e diferenciado da

realidade social. A área da sociologia francesa (e europeia em geral), ocupada até então em construir modelos teóricos a provar sua validade segundo métodos quantitativos, a pesquisa de campo foi uma ideia nova. As narrativas de vida, antes mesmo que fossem levantadas as questões métodos de coleta, de análise e de exploração, apareceram muito rapidamente como um meio de acesso privilegiado às condições de vida e às práticas concretas das populações estudadas. Os arquivos orais constituídos pela gravação dessas palavras vivas permitiram reforçar a noção de memória coletiva, entendida não mais como memória nacional, mas como memória de um grupo, de uma categoria determinada, e permitiram que se afirmasse, diante da cultura erudita e única reconhecida das classes abastadas, a existência de culturas populares com seus valores, seus modos de representações, seus códigos de conduta particulares. Delory-Momberger (2014) diz que:

os atos são os elementos pertinentes – e os únicos pertinentes – do recorte biográfico. E reconhecer concretamente uma personalidade é antes conhecer o conjunto dos atos que compõem sua biografia (p. 278).

Aplicada às entrevistas biográficas, a hermenêutica objetiva propõe-se reconstruir as estruturas de significação objetiva dos textos, independente das intenções subjetivas de seus autores. As opiniões, os sentimentos, os desejos formulados pelos produtores dos textos não podem ser levados em conta por si mesmos, uma vez que eles remetem uma subjetividade inacessível e não oferecem alternativa a uma abordagem do tipo estrutural. Na apresentação de si mesmo, o indivíduo é seu próprio hermeneuta. Cada situação que o indivíduo encontra na vida social tem seu lugar e sua forma nas séries temporais ou associativas ligadas à sua origem familiar, suas pertencas sociais, seu meio profissional, isto é, conjuntos estruturados que formam um quadro para a factualidade da vivência.

1.2 O papel das memórias no processo de narrar

Adentrando aos sentidos da palavra violência, cuja origem latina, *vis*, significa força, se referindo ao uso da superioridade física sobre o outro e uso do

poder, além da busca pela dominação, falar em narrar pode ser um tanto perturbador, levando em consideração ao gênero feminino, experienciado no âmbito privado: seu domicílio. O ato de narrar, é por assim dizer, um ato; uma oportunidade que visa atingir algumas etapas para uma reflexividade individual Marilena Chauí (1985, p. 35). Ela postula que “violência, é violação de transgressões de normas, direitos, regras e leis sob dois ângulos: de um lado é uma conversão de diferenças e relações assimétricas que visa dominar, explorar e oprimir; de outro lado, é uma ação que não considera o ser humano como sujeito, mas como uma coisa, um objeto. Portanto, a violência se configura como uma violação do direito e da liberdade de ser sujeito constituinte da sua própria história”.

Preparar para o narrar, é abrir fissuras vitais em mulheres sujeitas à violência doméstica, sendo que neste contexto, elas são oprimidas e podem muitas vezes não se perceber nessa tríade, violência-homem-mulher, no constructo de suas relações sociais. Ao falar em narrativa vamos nos ater não apenas no sentido literal, de contar ou relatar as situações de vida, mas vamos invadir as vicissitudes da narrativa, valorizando a mulher que narra, na condição de ser humano.

O olhar mais imediato sobre a narrativa, e, portanto, aquém de sua essência e possibilidade, é aquele que a vê como a história resultante da sucessão de eventos e estado de coisas mediados por personagens numa perspectiva crono(lógica). A narrativa demanda competência e/ou habilidade de sistematizar os fenômenos oferecidos pelo real numa composição discursiva marcada pelo encadeamento de fatos no tempo. Essa ideia importa por poder oferecer a reflexão estendida sobre o tema e que assim justifica o investimento no debate sobre a narrativa porque traz a questão do tempo na sua centralidade, oportunizando pensar. Na perspectiva de Ricoeur (2010), a competência narrativa é uma instância que concede a experiência temporal numa dimensão humana. Por essa razão, a narrativa nunca pode ser “apenas” narrativa, posto que alcança estados e proposições além das originais. Em primeiro lugar, por ser capaz de medir, ou de ser uma medida do próprio tempo – estabelecendo nexos de passado e presente – a narrativa produz uma vinculação inexorável entre a experiência de existir, organizada antes e depois do decurso das histórias que narra. Por outras palavras, é dizer que contar histórias é garantir, nas

palavras de Ricouer (2010), a identidade estrutural da narrativa e da história como condição de verdade.

O tempo se torna tempo humano, na medida em que está articulado de maneira narrativa; em contraposição, a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal. (RICOUER, 2010, p.9).

Assim, o ato de narrar na perspectiva de histórias de vida de mulheres que sofrem violência doméstica, começa a ser delineado entre o arcabouço de materiais necessários na arte de viver e tecer. Do ponto de vista epistemológico e metodológico, os pressupostos teóricos que inspiram as tendências de formação pelas histórias de vida podem ser apresentados sob dois aspectos. O primeiro pelo estatuto da narrativa na experiência que o sujeito faz de si mesmo mediante a produção de sua história. O segundo da dimensão de projeto constitutivo da história de vida e do processo de formação.

Delory-Momberger (2014) coloca que a vida contada não é a vida vivida. A narrativa não entrega os “fatos”, mas as “palavras”. Essa constatação tão simples, e ao mesmo tempo tão difícil de se compreender, merece ser constantemente lembrada. Nenhuma prática de formação pode pretender reconstituir por si só o que seria o curso factual o objetivo do vivido; o objeto sobre o qual trabalham as linhas de formação pelas histórias de vida, não é, portanto, a vida, mas as construções narrativas que os participantes elaboram pela fala e pela escrita, quando são convidados a contar suas vidas. E não são os enredos o centro da investigação, mas a forma como as narrativas revelam a compreensão sobre a vida e o quanto elas abrem possibilidades de reflexividade sobre as experiências no tempo.

Um dos princípios fundadores das escritas de si, como prática de formação é a dimensão *autopoietica*, da reflexão autobiográfica. Ao narrar sua história a pessoa procura dar sentido às suas experiências, e nesse percurso, constrói outra representação de si: reinventa-se. A narrativa se reconstrói a cada uma de suas enunciações e reconstrói, juntamente com ela, o sentido da história que anuncia. Nesse sentido, não é tanto a história de vida reconstruída que importa em si, mas sim o sentimento de congruência experimentado entre o presente e

o passado. A impressão de conveniência que essa história toma no aqui e no agora de sua enunciação.

Passeggi (2011) compara que entre um acontecimento e sua significação, intervém um processo de dar sentido ao que aconteceu e ao que está acontecendo. A experiência constitui-se nessa relação entre o que nos acontece e a significação que atribuímos ao que nos afetou. Isto se faz mediante ao ato de dizer, de narrar (re)interpretar. Abordar o conhecimento de si pelo viés das transformações do ser – sujeito vivente e conhecente no tempo de uma vida, através das atividades, dos contextos, dos encontros, dos acontecimentos de sua vida pessoal e social e das situações que ela considera formadoras e muitas vezes fundadoras, é conceber a construção da identidade, ponta do *iceberg* da existência humana, como um conjunto complexo de componentes. Abrahão (2011) traz a ideia de que a pesquisa (auto)biográfica compõe um conjunto de metodologias que privilegiam as fontes quem tem o indivíduo como centro e que está sempre em diálogo com o social, pois põe em evidência o modo como cada pessoa mobiliza seus conhecimentos, os seus valores, para ir dando forma à sua identidade, num diálogo com seus contextos.

Esse ressignificar os fatos narrados, nos indica que, vamos evocar memórias num determinado tempo e espaço, e ao trabalharmos com memória, estamos fazendo conscientes de que tentamos capturar o fato, sabendo-o reconstruído por uma memória seletiva, intencional ou não. Neste sentido, trabalhar com narrativas é uma aposta na capacidade de recuperar memórias e de narrá-las pelos próprios atores sociais, rompendo com formas cristalizadas de investigação que valorizam mais o dado acabado e partindo para a intenção de capturar sentidos da vida social que não são facilmente detectáveis, buscando o sentido do tempo histórico e o sentido das histórias submetidas a muitos processos de construção, de reelaboração de identidades individuais, de grupos, de gênero, de classe em nosso contexto social.

Ao mexer com uma categoria tão demarcatória da experiência humana como o tempo, a narrativa traz em si bem mais que do que a capacidade de organizar os acontecimentos engendrados pela relação dos sujeitos com suas realidades. Ela garante nessa perspectiva, a própria estruturação dos sentidos, necessários à construção do sentido maior de existir e da tentativa de reconhecimento desta medida de difícil delimitação conceitual. Narra-se por uma proposição maior do

que dar a conhecer e informar, mas para dar vida aos objetos e sujeitos pelos quais falamos. Mais do que isso, na linha do tempo entre o que foi e o que será, a narrativa vai servindo, por suas pretensas respostas, para atenuar os dilemas vividos na cotidianidade, buscando fixá-los na memória de povos e civilizações a ponto de integrarem um certo patrimônio cultural. (BENJAMIN, 1987). Ao fazer ecoar os pensamentos, a narrativa demanda a sistematização em voz do sujeito ao dizer a si e de si, produzindo a estruturação e a catarse curativa, em uma perspectiva psicanalítica, ou ainda, na perspectiva cultural e antropológica, narrar contribui para a problematização da noção de identidade e de alteridade, quando a narrativa diz respeito à expressão das coletividades e de suas práticas idiossincráticas.

Na visão psicanalítica, Leitão e Mendes (2018), apontam que a linguagem é determinante para a constituição do sujeito, pois o sujeito é falado antes mesmo de seu nascimento, ocupando um lugar simbólico antes mesmo de nascer. Dito de outro modo, preexiste algum sujeito, enquanto elemento de uma linguagem, e advém um sujeito. O que em termos freudianos, significaria dizer que um aparelho psíquico é constituído na relação com outro aparelho psíquico. Nesse sentido, encontramos a estetização da experiência com o outro, e a experiência do gosto, e do gosto gerado na arte de contar e ouvir histórias, havendo ou não, assim, fidelidade com a referencialidade dos fatos. Sobretudo, deve sobressair na narrativa sua condição de oferecer alguma experiência prazerosa gerada pela capacidade de quem narra e pela atenção de quem escuta uma história.

Este contar história por um narrador produz e significa, portanto, um rico e capilar fenômeno capaz de gerar interferências em diferentes estados de ânimo e em várias dimensões. A indissociabilidade da experiência vivida na relação com o tempo, bem como o fato de ser um impulso de vida inato do sujeito, explica que todas as épocas tenham seus narradores e suas narrativas ao longo da história. Benjamin (1987) integra a narrativa nesta correia de transmissão das práticas e dos modos de ser da humanidade em seus saberes acumulados, num desafio aos condicionantes do tempo. Dessa forma, e em última análise, a narrativa conquista este lugar estratégico recorrido pelas civilizações para reorganizarem semanticamente o desafiante universo em que vivem e as questões sem resposta geradas por ele.

Benjamim (1987, p. 205), em sua obra “O narrador”, aponta que a narrativa floresceu muito tempo num meio artesão, é ela, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada, como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica. Assim, seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem viveu, seja na qualidade de quem as relata.

Na abordagem psicanalítica, narrar os fatos, abre caminhos para representações inconscientes emergirem, através da técnica da associação livre, postulada por Freud, que tem o intuito de trazer à tona palavras vazias, e inscrevê-la em uma representação da palavra, em um significado. Como sujeitos inscritos numa linguagem, é por meio dela que expressamos nossas dores, desamparos e angústias. Neste sentido Leitão e Mendes (2018, p.398) preconizam que somente as experiências posteriores, podem fazer com que as passadas ganhem sentido, ganhem significados. Além disso, é da forma como as experiências e as representações se ligam, que a psicanálise se serve. “A escuta abre espaço para que apareçam significantes com nossos significados”.

Delory-Momberger (2006), assinala que a narrativa realiza, sobre o material indefinido do vivido, um trabalho de homogeneização, ordenação, de funcionalidade significativa; reúne, organiza e trata de modo temático os acontecimentos da existência, dá sentido a um vivido multiforme, heterogêneo.

É a narrativa que constrói entre as circunstâncias, os acontecimentos, as ações, relações de causa, de meio, de fim; que polariza as linhas de nossos argumentos entre um começo e um fim e os atrai para sua conclusão; que transforma a relação de sucessão dos acontecimentos nos encadeamentos acabados; que compõe uma totalidade significativa em que cada acontecimento encontra seu lugar de acordo com sua contribuição à realização da história contada. É a narrativa que faz de nós o próprio personagem de nossa vida, é ela enfim que dá uma história à nossa vida: nós não fazemos a narrativa de nossa vida porque nós temos uma história; nós temos uma

história porque nós fazemos a narrativa de nossa vida. (DELORY-MOMBERGER, 2006, p.363).

Essa operação de configuração é em primeiro lugar uma, operação discursiva: é a narrativa como gênero de discurso que a caracteriza, não somente o meio, mas o lugar; a história de vida tem um lugar na narrativa. O que dá forma ao vivido e as experiências dos homens são as narrativas que eles fazem. A narrativa não é, portanto, somente o sistema simbólico, no qual o *pôr em forma* da existência encontraria uma expressão: a narrativa é o lugar onde o indivíduo humano *toma forma*, onde ele elabora e experimenta a história de sua vida.

Bosi (2003), em “O tempo Vivo da Memória” explora o campo da experiência pessoal com os eventos do dia a dia registrados na lembrança. Não é a memória que se tranca em si mesma, mas a que partilha seus conteúdos quando há um ouvido disponível e atento, que os define no próprio ato de contar. Ela se refere é a história de cada um, suas histórias individuais, construídas ao longo da vida, a partir do contato com o cotidiano relevante, que ganha uma dimensão social.

Neste sentido, chegamos no ponto da importância da narrativa, e entendemos que, pelo procedimento de formação pelas histórias de vida, a narrativa é uma preliminar. É o momento primeiro do processo de produção de uma história de vida, que só começa a partir do trabalho de reflexão (de retorno sobre si), e de análise feito sobre a narrativa. Esse trabalho de retorno a si, remete a uma leitura hermenêutica que visa marcar as linhas de força e os pontos de convergência segundo os quais a narrativa configura o vivido e as faz reconhecer as estruturas do mundo manifestado no texto. Compreender é: compreender-se frente ao texto; compreender sua história; fazer o trabalho de compreensão que o texto pede, na medida em que ele ordena e sintetiza segundo as razões de uma lógica discursiva, um espaço individual de experiência histórica e social. Essa compreensão hermenêutica não é dada: ela demanda um distanciamento crítico e uma capacidade de “leitura” da qual o narrador, envolvido na narrativa, não dispõe voluntariamente.

A questão do sujeito está assim ligada à linguagem de modo constitutivo, na medida em que a linguagem é o espaço onde se fabrica, ao mesmo tempo, e indissociavelmente, uma história e o sujeito dessa história, inserido na própria

história por meio da narrativa, podendo se tornar humano. Essa figura de um si-próprio que nós denominamos um *sujeito*, não é um dado, que podemos constatar a existência e vestir o *estado*, mas uma construção sempre em ato, dizendo de outro modo, um conjunto dinâmico de operações, um processo. O sujeito não cessa de se instituir como sujeito, ele é o objeto incessante de sua própria instituição. O *Eu* atualizado do discurso, é a forma primeira na qual se instituiu o sujeito: é o Eu que me inscreve ao mesmo tempo como *sujeito-narrador* e como *sujeito-ator* da história que eu conto sobre mim mesmo.

Esse processo de narrativas de vida, que parte do âmbito individual e atinge o social, repercute como temática a ser entrelaçada no campo do Patrimônio Cultural. Haja vista que estamos discorrendo sobre vidas, direitos de narrar, direito de se inscrever como sujeito na humanidade, sob o julgo de um denominador comum, chamado violência. Com estes autores supracitados conseguimos perceber a importância da linguagem narrada para a constituição do ser humano, para sua inscrição no meio civilizatório e neste sentido precisamos compreender o que isso tem em comum, com o campo do patrimônio.

Em decorrência, o sujeito para se constituir humano, precisa passar pela inscrição da linguagem. O ser humano é um ser falado; um ser dito num mundo simbólico do outro. Neste sentido, podemos dizer que falar de vida é falar de patrimônio? Venera e Albuquerque (2019) em seu artigo intitulado “O que as práticas narrativas de testemunho dizem sobre o Patrimônio Cultural?” propõem reflexões sobre as relações entre histórias de vida articuladas ao campo do Patrimônio Cultural. Vidas tidas como comuns em diferentes contextos e situações, mas que nas reflexões empreendidas, destacam o que existe de igual entre todas essas histórias, ou seja, aquilo que nos torna a todos, humanos – a linguagem, a capacidade de se narrar reflexiva e retrospectivamente e a própria precariedade e finitude.

Identificamos que as práticas de patrimonialização possuem relação com a necessidade humana de estabelecer referências de saberes para as gerações futuras. Ao patrimonializar um bem, valores lhe são atribuídos, e os critérios adotados, levam em consideração o valor representativo daquele bem para uma coletividade. Entendemos no percurso de nossa história moderna e contemporânea, que o acumulado de saberes, técnicas, artes e grandes feitos,

orientam temporalmente as experiências das gerações seguintes. O patrimônio cultural como conhecemos hoje, nasce a partir da ameaça da perda. Dessa forma, o patrimônio possui alguma relação com a ideia da perda e com a demanda de passados restauradores ou reconciliados que ganham contornos políticos para a sua proteção ou salvaguarda. Nossa experiência é fundada na ideia de passados e projeções de futuros como expectativa de uma continuidade possível. (VENERA E ALBUQUERQUE, 2019).

Desta forma, essa condição humana, na qual nascemos, morremos e escapamos dela a cada vínculo com os outros, a cada amparo que buscamos desde a relação materna, a cada relação social que estabelecemos na ilusão de construir uma segurança que espante a precariedade da vida, torna-se algo insuportável para olhar de frente. Essas sensações externas ao sujeito, como tragédias naturais, guerras, doenças, violências, o obriga a sentir novamente, o desamparo esquecido, pelo qual se esquivou por toda a vida através dos vínculos sociais que estabeleceu.

[...] destacar essa condição de desamparo para pensar o patrimônio, não significa um elogio a fraqueza, ao contrário, significa trazer para a consciência nossa característica de nascimento e apostar nas redes de afeto que desenvolvemos para viver melhor a partir dela. As práticas narrativas de si são apenas uma das ferramentas que pessoas em condições de vulnerabilidade se utilizam quando suas identidades mais ou menos estáveis estão ameaçadas. (VENERA E ALBUQUERQUE, 2019, p. 87).

Nesta perspectiva estamos adentrando na relação entre narrativa e patrimônio, mais especificamente, em patrimônio cultural imaterial. Entender esta relação, se faz imprescindível para a compreensão de temas mencionados nesta dissertação. Segundo a “Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” de 17 de outubro de 2003, em Paris, que considera a necessidade de conscientização, especialmente entre as novas gerações, da importância do patrimônio cultural imaterial e de sua salvaguarda, entende-se por Patrimônio Cultural Imaterial:

[...] as práticas, as representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, artefactos e espaços culturais que lhes são associados – que as

comunidades, grupos e, eventualmente indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. (UNESCO, 2003, p.03).

Chegar a este conceito de Patrimônio Cultural Imaterial foi resultado de longas discussões e de medidas de Estado para torná-lo concreto. Por um bom tempo, o conceito de patrimônio se pautou por um impulso de preservação de objetos materiais do passado. A ameaça do esquecimento levou os Estados nacionais e grupos sociais a preservarem seus objetos e lugares de memórias com um objetivo claro de reforço identitário. A partir da segunda metade do século XX, o conceito de patrimônio é expandido e passou a compreender também os bens de natureza imaterial ou intangível. Ou seja, aqueles bens relacionados aos saberes, modos de fazer, crenças, práticas ritualísticas, isto é, são as práticas vivas, da vida em movimento. Em linhas gerais Venera e Albuquerque (2019) afirmam que o Patrimônio Cultural é um conceito em movimento e aparece todas as vezes em que a condição social oferece demandas de passados, ou quando existe uma em pauta a ideia de desapropriação, de ameaça de uma perda. Patrimônio está relacionado à ruínas de algo, a destruição e luto. Portanto, o passado tornou-se uma demanda no tempo presente, acarretando “o imperativo de conservação”.

Alguns marcos jurídicos, deram suporte à ativação de narrativas de vida como patrimônio imaterial (ou intangível). A formulação de declarações precisas, ou seja, do quadro jurídico, sobre o papel do governo no espaço sociocultural e a da participação cidadã são uma inovação emergente depois da Segunda Guerra Mundial. Em junho de 1945, em São Francisco, EUA, representantes de 51 países se reuniram para constituir a Organização das Nações Unidas (ONU). No mesmo ano, em 16 de novembro de 1945, na cidade de Londres, 37 representantes - daqueles 51 que se reuniram meses antes, assinaram o documento que instituiu a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Venera e Albuquerque (2019) destacam que a UNESCO, enfrentou dificuldades para conceituar “cultura”, mas representou o primeiro passo. Imbuída em buscar a “paz internacional” e o “bem-estar” comum da humanidade. O tempo segue, e enfim, como resultado de discussões que vinha tencionando o conceito e possíveis medidas para proteger o patrimônio imaterial, a UNESCO promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, em 17 de outubro de 2003, supracitado neste capítulo. Desta vez, tem-se um documento oficial, público com peso de lei obrigatória, que traz a definição de Patrimônio Cultural Imaterial. A convenção entrou em vigor no mês de abril de 2006 para os Estados membros que haviam encaminhado seus instrumentos de adesão.

Na esfera do Brasil, podemos dizer que a caminhada pelo reconhecimento da cultura como Patrimônio Cultural Imaterial, foi decorrente de grandes discussões, iniciadas por Mario de Andrade e seguidas por Aloísio Magalhães. Mas a temática ganhou reconhecimento no Brasil, quando recebeu embasamento da Constituição Federal em 1988, nos artigos 215 e 216, que preconizam, respectivamente:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

- 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

- 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

- 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro.
(BRASIL, 1988).

E com relação ao artigo 216, temos a seguinte explanação:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Graças ao alargamento do conceito do patrimônio cultural, ou seja, quando se passou a se considerar o imaterial, é que se abriu a possibilidade para se pensar as narrativas de vida como um patrimônio. Elas estão inscritas na cultura viva, isto é, se dá na transmissão de conhecimento, competências, nos modos de viver, na articulação de memórias que viabilizam identidades. As narrativas de si são uma das “formas de expressão” a que se refere o artigo 216 da Constituição Brasileira supracitado. Venera e Albuquerque (2019) chamam a atenção de que as fontes de narrativas são os agentes vivos, por isso demanda modos de salvaguarda diferentes, que considerem os agentes vivos e não apenas o que eles produzem. É importante destacar que tão relevante quanto considerar a vida em movimento, é entender que as práticas de narrativas de vida, estão subscritas num fluxo de desejo de enfrentamento político que aposta em retirar identidades da margem e trazer para um centro possível de identificação mais positiva para as vidas em condições de fragilidade

E pensando no cenário das comunidades, coletividade e sociedade, os temas tempo e memória, que perpassam relações com indivíduo e sociedade, recuperados por Bosi (2003, p. 21-22) como memória social viabilizando a associação do Patrimônio Cultural ao coletivo, pois “quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá desse acontecimento”. Portanto, uma das faces da memória pública tende a permear as consciências individuais. Visto que os laços que unem memória e ideologia são laços que antes da secularização moderna amarravam a memória pública à memória individual.

Nesse aspecto, o campo do patrimônio e da memória se torna um campo de batalhas discursivas. E nessas batalhas, pelo menos desde o século XX, proliferam as reivindicações de patrimônios não excepcionais, ou seja, patrimônios cujo destaque é o valor comum, a banalidade onde as vidas acontecem. O ato de mediar as memórias se revela como patrimônio. Uma memória que aproxima os humanos em suas humanidades. Um patrimônio a ser legado a posteridade na mediação reflexiva da história humana. As histórias de

vida não possuem valores patrimoniais baseados da excepcionalidade e na diferença. Elas repousam modestamente no que nos faz iguais e humanos. O que nos aproxima é a mediação empática daquilo que nos fazer ver no Outro. As histórias de vida são narrativas de memória e identidade, mas o que produzem são revelações da alteridade. (VENERA E ALBUQUERQUE, 2019).

Conceitos que denotam atitudes coletivas, repetidas pelas massas numa determinada categoria, e aqui dialogamos com Halbwachs (2006) na temática sobre memória coletiva e individual, que ensina que se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossas recordações será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas. O autor defende que os fatos passados assumem importância maior e acreditamos revivê-los com maior intensidade, porque não estamos mais sós ao representá-los para nós. Não os vemos agora como víamos outrora, quando ao mesmo tempo olhávamos com os nossos olhos e com os olhos de um outro. Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.

Para confirmar ou relembrar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível. Aliás, eles não seriam suficientes. (HALBWACHS, 2006, p. 31).

É difícil encontrar lembranças que nos levem a um momento em que nossas sensações eram apenas reflexos dos objetos exteriores, em que não misturássemos nenhuma das imagens, nenhum dos pensamentos que nos ligavam a outras pessoas, e aos grupos que nos rodeavam. No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças de um evento e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente contato com eles. Normalmente um grupo mantém relações com outros grupos. Muitos acontecimentos e muitas ideias

resultam de diferentes contatos. Às vezes essas relações, ou esses contatos são permanentes ou, em todo caso, se repetem com muita frequência, prosseguem durante muito tempo.

Halbwachs (2006) ressalta que em cada consciência individual as imagens e os pensamentos resultam dos diversos ambientes percorridos sucedem segundo uma ordem nova, e que, neste sentido, cada um de nós tem uma história. Esses estados nos parecem ligados um ao outro em nossa consciência. A partir do momento em que entram nessa sequência interna e nela tomam seu lugar, se organizam em um conjunto articulados em rede, que imaginamos cada um emanando dos que o precedem. Mais do que isso, um estado se torna então uma espécie de ponto de perspectiva sobre todos os outros.

1.3. O sujeito ao encontro de si: o processo de subjetividade

Ao discorrer sobre a relevância da narrativa para as histórias de vida, num processo de evocação de memórias individuais e coletivas, que perfazem caminhos para a reflexão, acabamos abarcando numa característica muito especial – a subjetividade.

Portanto vamos percorrer os caminhos da escuta de si, na conversão sobre si, no movimento das reflexividades, visto que por meio das histórias de vida reconhecemos saberes subjetivos e não formalizados que os indivíduos colocam em prática em suas relações sociais e em atividades cotidianas. Esses *saberes* subjetivos possuem um papel primordial na maneira como os sujeitos imprimem suas marcas no mundo.

Michel Foucault (2006), na “Hermenêutica do Sujeito”, inicia suas aulas do princípio do cuidado de si, procura contornar seu arcabouço filosófico no campo dos sistemas do pensamento, a partir da relação de subjetividade estabelecida entre sujeito e verdade. Ele constrói o percurso do modo de *falar de si* em textos que tiveram origem na cultura greco-romana e que revelam a escrita como *exercício do eu*.

O termo “subjetivação” traz em si o paradoxo: o *assujeitissement* denota tanto o devir do sujeito quanto o processo de sujeição – só se habita a figura da autonomia sujeitando-se a um poder, uma sujeição que implica uma dependência radical. Butler (2017) compreende que esse processo de

subjetivação ocorre, de maneira central, através do corpo. Esse corpo é enquadrado e formado pela matriz discursiva de um sujeito. A afirmação de que um discurso “forma” o corpo não é nada simples, e precisamos começar por distinguir como esse formar não é a mesma coisa que “causar” ou “determinar”, muito menos uma ideia de que os corpos, de algum modo, são feitos do discurso puro e simples.

[...] a sujeição, é, literalmente, a *feitura*, de um sujeito, o princípio de regulação segundo o qual um sujeito é formulado ou produzido. Essa sujeição é um tipo de poder que não só unilateralmente *age sobre* determinado indivíduo como uma forma de dominação, mas também *ativa* ou forma o sujeito. Portanto, a sujeição não é simplesmente a dominação de um sujeito nem sua produção – ela também designa um certo tipo de restrição na produção, uma restrição pela qual essa produção acontece. (BUTLER, 2017, p. 90).

Foucault (2006) apresenta uma diferenciação entre termos como a ascese filosófica e ascese cristã. Sinaliza que na ascese filosófica o objetivo principal não é a renúncia de si, ou seja, o objetivo é colocar-se como fim de sua própria existência, pois trata-se de dotar de algo que não se tem, de algo que não se possui por natureza. Em síntese trata-se de constituir para si mesmo um equipamento de defesa contra os acontecimentos possíveis de vida. Com a finalidade de que o sujeito se constitua a si mesmo. É a ascese da prática de si, que não tem por princípio a submissão do indivíduo a lei. Tem por princípio ligar o indivíduo a verdade. Ligação à verdade e não submisso à lei: eis o aspecto mais fundamental da ascese filosófica.

Em suma, poderíamos dizer que – e foi nisto, creio, que me detive na última vez – a ascese é o que permite, de um lado, adquirir os discursos verdadeiros, dos quais se tem necessidades em todas as circunstâncias, acontecimentos e peripécias da vida, a fim de se estabelecer uma relação adequada, plena e acabada consigo mesmo; de outro lado, e ao mesmo tempo, a ascese é o que permite fazer de si mesmo o sujeito destes discursos verdadeiros, é o que permite fazer de si mesmo, o sujeito que diz a verdade e que, por esta enunciação da verdade, encontra-se transfigurado, e transfigurado precisamente pelo fato de dizer a verdade. Enfim, creio que podemos antecipar o seguinte: a ascese filosófica, a ascese da prática de si na época helenística e romana tem essencialmente por sentido e função assegurar o que chamarei de subjetivação

do discurso verdadeiro. Ela faz com que eu mesmo possa sustentar esse discurso verdadeiro, ela faz com que me torne sujeito de enunciação do discurso verdadeiro, ao passo que a ascese cristã, por sua vez, terá sem dúvida uma função completamente diferente: função, é claro, de renúncia de si. (MICHEL FOUCAULT, 2006, p. 401).

Assim, na ascese filosófica, na ascese da prática de si, trata-se de encontrar a si mesmo, como fim e objeto de uma técnica de vida, de uma arte de viver. Trata-se de encontrar a si mesmo, em um movimento cujo momento essencial não é a objetivação de si em um discurso verdadeiro, mas a subjetivação de um discurso verdadeiro em uma prática e em um exercício de si sobre si.

O primeiro momento, a primeira etapa, e ao mesmo tempo, o suporte permanente dessa ascese como subjetivação do discurso verdadeiro serão todas as técnicas, todas as práticas que concernem à escuta, à leitura. E nesse discurso de Foucault (2006) podemos fazer uma ligação com a potência do ato de narrar na escuta de si mesmo; ato despertado por uma subjetivação de eventos de discursos verdadeiros, na direção de reflexividades.

O autor reforça que saber escutar, ler e escrever como se deve, enquanto técnicas do discurso verdadeiro se constituem como suportes permanentes para assegurar a prática ascética. Portanto, elenca três elementos a saber, sobre a prática da ascese do dizer verdadeiro: a escuta, a leitura e a escrita. A escuta, na visão de Foucault é o primeiro passo, na subjetivação do discurso verdadeiro, uma vez que escutar, em uma cultura oral, é o que permitirá recolher o *logos*, recolher o que se diz de verdadeiro. A escuta é o que levará o indivíduo a persuadir-se da verdade. A escuta será o primeiro momento deste procedimento pelo qual a verdade ouvida, a verdade escutada e recolhida, irá de algum modo, entranhar-se no sujeito e começar a constituir assim a matriz do *êthos*, passagem para o discurso verdadeiro. Eis o ponto de partida.

Foucault (2006, p. 428) pontua a leitura e a escrita, numa relação triádica ao sinalizar que a finalidade da leitura não está em ter conhecimento da obra de um autor, nem mesmo aprofundar sua doutrina. Trata-se essencialmente de propiciar relações de meditação. Meditação, entendida como “uma maneira de confrontar-se com a própria coisa”. Assim, é antes uma espécie de exercício de pensamento. Trata-se, portanto, de fazer com que a verdade seja gravada no

espírito de maneira que dela nos lembremos tão logo haja necessidade, de maneira também a tê-la, e, por conseguinte, a fazer dela imediatamente, um princípio de ação. Apropriação que consiste em fazer com que, da coisa verdadeira, tornemo-nos o sujeito que pensa com verdade e, deste sujeito que pensa com verdade, tornemo-nos um sujeito que age como se deve. Portanto o efeito que se espera da leitura, não é a compreensão do que o autor queria dizer, mas a constituição para si de um equipamento de proposições verdadeiras, que seja efetivamente seu.

[...] ademais, facilmente compreendemos que, sendo a leitura assim concebida como exercício, experiência, e não havendo leitura, senão para meditar, a leitura seja imediatamente ligada a escrita. Daí um fenômeno de cultura e de sociedade seguramente importante na época de que lhes falo: o lugar relevante [aí] assumido pela escrita, a escrita de certo modo pessoal e individual. Sem dúvida, é difícil datar precisamente a origem do processo, mas quando o consideramos na época de que lhes falo, isto é, nos séculos I-II, percebemos que a escrita já se tornara, e não cessa de assim afirmar-se cada vez mais, um elemento do exercício de si. (FOUCAULT, 2006, p. 431).

A leitura se prolonga, reforça-se, reativa-se pela escrita que, também ela é um exercício, um elemento de meditação. A escrita é, assim, um elemento de exercício, e um elemento de exercício que traz a vantagem de ter dois usos possíveis e simultâneos. Uso em certo sentido, para nós mesmos. É escrevendo, precisamente, que assimilamos a própria coisa na qual se pensa. Nós a ajudamos a implantar-se na alma, a implantar-se no corpo, a tornar-se como uma espécie de hábito. Portanto, escrevemos após a leitura, a fim de podermos reler, e reler para nós mesmos e assim incorporarmos o discurso verdadeiro que ouvimos da boca de um outro, ou que lemos sob o nome de um outro. Uso para nós, mas certamente a escrita é também um uso que serve para os outros. As anotações que fazemos são chamadas por Foucault (2006) por suporte de lembranças, ou seja, são anotações de lembranças com que precisamente poderemos, graças a leitura ou a exercícios de memória, recordar as coisas ditas.

O sujeito deve tornar-se sujeito de verdade. E nesse processo, ele sai do lugar de objeto para ocupar o lugar de sujeito. Lugar devido na condição de humanidade, tal qual um ser humano deveria ocupar. Neste percurso ele deve

ocupar-se de discursos verdadeiros. É preciso, pois, que opere uma subjetivação que se inicia com a escuta dos discursos verdadeiros que lhe são propostos. É preciso que ele próprio possa dizer o verdadeiro, que possa dizer a si mesmo o verdadeiro e disso não se trata que o sujeito diga a verdade sobre si mesmo. Trata-se de simplesmente de testá-lo, de colocá-lo a prova como sujeito capaz do dizer-verdadeiro. Trata-se de mostrar ao sujeito, que ele sabe aquilo que pensava não saber. Trata-se de colocá-lo a prova em sua função de sujeito que diz a verdade, para forçá-lo a tomar consciência do ponto em que está na subjetivação do discurso verdadeiro, na sua capacidade de dizer o verdadeiro.

Butler (2017) dialoga com Foucault retomando os conceitos associados à subjetivação do prisioneiro, metáfora utilizada para teorizar a subjetivação do corpo. Como devemos entender o encarceramento e a invasão como figuras privilegiadas utilizadas para articular o processo de subjetivação, a produção discursiva de identidades? Se o discurso produz identidade ao prover e impor um princípio regulador que invade completamente o indivíduo, totaliza-o e o torna coerente, então parece que toda “identidade”, na medida em que é totalizadora, age precisamente como uma “alma que encarcera o corpo”. Em que sentido essa alma é “bem mais profunda” que o próprio prisioneiro? Isso significa que a alma preexiste o corpo que a anima? Como podemos entender tal afirmação no contexto da teoria foucaultiana do poder?

A autora pondera e contrapõe o conceito de alma postulado por Foucault e o substitui pela “psique” no sentido psicanalítico promulgada por Freud. Na psique, o ideal do sujeito corresponde ao ideal do Eu, ao qual o Supereu consulta, por assim dizer, para avaliar o Eu. Ideal de Eu que no sentido lacaniano significa a “posição” do sujeito dentro do simbólico, a norma que instala o sujeito dentro da linguagem e, portanto, dentro dos esquemas disponíveis de inteligibilidade cultural. Esse ser viável e inteligível, esse sujeito, é sempre produzido a um custo, e tudo aquilo que resiste à exigência normativa pela qual os indivíduos são constituídos permanece inconsciente. A psique, desse modo, que inclui o inconsciente, é diferente do sujeito: a psique é o que excede os efeitos encarceradores da exigência discursiva de habitar uma identidade coerente, de se tornar um sujeito coerente. A psique é o que resiste à regularização que a teoria foucaultiana atribui aos discursos normalizadores.

Sendo assim o lugar da (auto)biografia situa-se a partir do espaço de singularidade em que o sujeito passou a se constituir como produto da civilização, passando a marcar um dos modos pelo qual ele pode dar conta de sua história, no contexto mais amplo da História como memória da humanidade. A reconstituição da unidade de uma vida ao longo do seu tempo passa a ser um meio privilegiado de dar testemunho da existência.

[...] acredito ser impossível explicar a subjetivação e, em particular, tornar-se o princípio de sua própria sujeição sem recorrer a um ato psicanalítico, dos efeitos formativos ou geradores da restrição ou da proibição. Além disso, não podemos pensar de modo completo a formação do sujeito – se é que, de algum modo, ela pode ser pensada – sem recorrermos a um conjunto de restrições fundadoras que, paradoxalmente, também são facilitadoras. No entanto, ao elaborar esta crítica, faço uma análise crucial de algumas concepções românticas que definem o inconsciente como uma resistência necessária, e esse movimento crítico implicará o ressurgimento de uma perspectiva foucaultina *dentro* da psicanálise. (BUTLER, 2017, p. 94).

Essa “sujeição” ou “*assujettissement*” não é apenas uma subordinação, mas uma garantia da manutenção, uma instalação do sujeito, uma subjetivação. Assim recorreremos ao início desse capítulo, onde citamos o conceito de violência, entrelaçado aos temas de opressão, submissão e violação a condição de ser humana, diante do cenário da violência. E com o respaldo do embasamento teórico exposto, apontamos que essas relações opressivas, além de serem instauradas pelo contexto de uma sociedade, permeiam o psiquismo humano, na forma de aprisionamento pela perspectiva foucaultiana; e na forma de resistência inconsciente na abordagem psicanalítica. Em decorrência, as reflexões associadas à violência doméstica no espaço (auto)biográfico, instauram um dizer verdadeiro de si e para si.

O inconsciente revela constantemente o “fracasso” da identidade. Como não existe continuidade da vida psíquica, não existe estabilidade da identidade sexual, tampouco uma posição que as mulheres (ou homens) possam simplesmente alcançar. A psicanálise também não vê esse fracasso como uma incapacidade especial ou um desvio individual da norma. “Fracasso” não é um momento que se deva lamentar durante o processo de adaptação, ou do desenvolvimento em normalidade

[...] “fracasso” é algo repetido e revivido indefinidamente, momento a momento, ao longo de nossas histórias individuais. (BUTLER, 2017, p. 104).

Nesta direção, entre subjetividade e resistências, na constituição de si, faz-se necessário interpor a prerrogativa da narrativa, no processo de tornar-se um sujeito. Josso (2010) coloca que as narrativas e o trabalho intersubjetivo de análise e de interpretação dão acesso a um conhecimento de si, fonte de invenção possível de seu *vir-a-ser*, no entanto, os efeitos transformadores desse trabalho são aleatórios porque são exclusivamente orientados pelo pensamento reflexivo. Sabemos que a mudança está longe de passar unicamente pelas escolhas lógicas e voluntárias. A reflexão biográfica permite, portanto, explorar em cada um de nós, as emergências que dão acesso ao processo de descoberta e busca ativa da realização do ser humano em potencialidades inesperadas.

2 – O ATELIÊ BIOGRÁFICO E A QUEBRA DO SILÊNCIO

Este capítulo trará uma síntese da proposta de aplicação do Ateliê Biográfico, sua descrição metodológica e os desdobramentos das reflexões ocasionadas sobre o tema. Abordaremos os relatos de organizações de memórias, necessidades de fala sobre a violência, relações de gênero e poder, e as reflexões que a escuta acarretou para esta condição de vida. Categorias de análises que subsidiaram e sustentaram às práticas do Ateliê, e as falas das participantes serão recuperadas no sentido literal respeitando o fluxo da oralidade espontânea da fala. Como já citado na Introdução deste estudo, seus nomes verdadeiros serão substituídos por codinomes escolhidos por elas próprias no momento do Ateliê e seus significados fazem menção a forma com que lidaram com a violência na condição de vulnerabilidade, são elas:

Coluna de Fogo: “mulher que depois de passar por tantas tempestades considera que estar de pé é uma vitória. Ainda sou a coluna da minha família”. **Empoderada:** “mulher que teve coragem de dar um basta duas vezes, e seguir em frente com todas as dificuldades que surgiram”. **Dama de Ferro:** “mulher que suportou as dificuldades da vida com força e garra de ferro e até que deu um basta. E agora por traz desse ferro, tem uma dama, delicada, meiga, mas com atitude e com uma força imensa de não deixar ninguém pisar nela. **Bela:** não teve a oportunidade de escolher seu codinome porque não apareceu mais nos encontros, mas tomei a liberdade de nominá-la assim por ser considerada por mim e pelas outras, uma mulher bonita e elegante na aparência física e com as palavras.

Ao iniciar a pesquisa, recebi da Rede Catarina de São Bento do Sul, uma lista com doze nomes de mulheres, atendidas por eles, que inicialmente haviam aceitado participar da pesquisa. Fiz contato via telefone com cada uma delas, mas não tive êxito em todas as ligações. Em algumas situações ouvi as mensagens via telefone de: “número inexistente”, ou “deixe seu recado na caixa postal”. Diante dessas respostas, tive que me apropriar da tecnologia e fazer uso do aplicativo *Whatsapp* para tentativa de contato. Munida dessa condição, obtive sucesso. Dentre a lista de doze, seis delas aceitaram o convite para participar do ateliê biográfico de imediato, e agendaram encontro comigo.

Uma mulher convidada recusou, alegando que precisava cuidar de sua mãe doente e não tinha ajuda, sendo, a única responsável pelo cuidado. Outra me disse que ainda não havia conseguido uma vaga na creche para sua filha de três anos, e não tinha com quem deixar a menina para participar de nossos encontros. Outra justificou que havia sido recém-contratada numa empresa, e seu horário de trabalho era justamente no horário do ateliê; e a última mulher, que demorou mais tempo para responder, escreveu que tinha reatado a vida conjugal com seu companheiro agressor, justificando que “quando a policial me convidou eu estava no fervo da minha vida, agora já tá tudo certo, ele voltou pra casa, não preciso mais”.

Respostas como estas me fizeram pensar na força potencial do silêncio, que considerei meu companheiro de vida, e poderia estar presente também na vida destas mulheres, sendo reproduzidos pela recusa em falar/discutir/dialogar sobre o tema. Fiquei pensativa sobre as respostas que eu recebi, afinal, sentimentos meus foram evocados no contato com essas recusas, oriundos de uma infância, que já me fizeram reproduzir respostas como estas para evitar o assunto da violência.

Dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte, data do encontro marcado com as seis mulheres para a realização do Ateliê Biográfico. Meu primeiro encontro com a violência doméstica neste formato, sendo eu inclusive, a promotora dessa situação. Uma das mulheres me avisou durante a manhã que havia acontecido um imprevisto familiar e não poderia participar. Lamentei internamente, mas agradei pôr me avisar previamente, e novamente refleti sobre o elemento silêncio. Outra mulher, que chamaremos aqui de “Coluna de Fogo” me perguntou horas antes do encontro, se poderia levar uma *conhecida* sua, para participar do ateliê. Questionei apenas se ela considerava que sua *conhecida* sofria violência doméstica e ela me respondeu: “sim, mas acho que está no início, ainda não precisou da Rede Catarina, e quem sabe a gente ajuda a não precisar”. Diante dos argumentos expostos a participação da convidada de “Coluna de Fogo” foi aceita, apesar da possibilidade de que sua narrativa não pudesse ser inserida na pesquisa, pelo fato de não participar da proteção da Rede Catarina, conforme os critérios previamente demarcados pelo estudo. No entanto, levando em consideração o apelo da “Coluna de Fogo” – “quem sabe a gente ajuda a não

precisar” – concordei com a presença devido a sua condição de vulnerabilidade e a necessidade de ser ouvida.

2.1 O primeiro encontro: a desordem das memórias

Quatorze horas do dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte. Data e hora do primeiro encontro com as mulheres vítimas de violência doméstica. Organizei minha agenda para chegar à Univille, (local combinado para o ateliê), com antecedência para organizar a sala que seria nosso espaço de narrativas. Munida de uma caixa de materiais, contendo folhas com pauta e sem pauta, canetas, canetinhas, revistas, cola, tesoura, régua, borracha, sulfite colorido e lápis de escrever, e claro, as TCLE's, me dirigi para sala de aula, preparar cadeiras e carteiras em círculo para o momento de apresentação, além dos slides elaborados em *ppt* para explicação do Ateliê Biográfico.

Em meio a organização da sala, chegou a primeira mulher convidada que vou denominar nessa dissertação de “Dama de Ferro”, (codinome já explicado anteriormente) com quinze minutos de antecedência. Fiz o acolhimento, combinando aguardar as próximas participantes para iniciar as atividades do ateliê. Poucos minutos após, chegou a “Coluna de Fogo”, com sua “*conhecida*”, de codinome “Bela”. Acolhi as duas mulheres e fui até a recepção verificar se havia mais alguém chegando; e encontrei a “Empoderada”, caminhando ao corredor oposto à sala preparada para o ateliê. Chamei a mulher que prontamente me perguntou quem era “Graciane”. Fiz o acolhimento e fomos em direção a sala.

Ao retornar à sala na companhia da “Empoderada”, encontrei três mulheres na sala, compartilhando voluntariamente seus casos de violência doméstica umas com as outras. Apresentei a “Empoderada” e pedi que se juntasse a nós. Conforme combinado, faltava ainda, uma mulher. Enquanto aguardávamos, a “Bela” me chamou pelo nome e perguntou se poderia participar do ateliê, mesmo não sendo atendida pela Rede Catarina. “Graciane, eu sou nora da “Coluna de Fogo”, e acho que já sofro violência doméstica do filho dela, mas não sei se é, por isso eu vim aqui. Quem sabe eu consigo prevenir alguma coisa e não chegue no estado delas”.

Afetada pela minha sensibilidade ao tema, dei-lhe a seguinte resposta: “sinta-se à vontade para narrar, ouvir e compartilhar sua história “Bela”, vamos iniciar um momento importante de reflexividade”. Bela, era visivelmente a mais jovem de todas, com boa aparência. O codinome “Bela”, tomei a liberdade de escolher, pelas questões que me chamaram a atenção ao conhecê-la. Mulher jovem, de vinte e três anos.

“Eles são jovens demais, não quero que passem pelo que eu passo, ela é minha nora, gosto dela e quero que eles se acertem, mas meu filho nunca bateu nela, não chega perto do que aquele filho da puta faz comigo. Às vezes acho que ela reclama em vão”. Disse “Coluna de Fogo”, justificando a situação.

As falas iniciais foram espontâneas, ainda não conhecíamos suas histórias, mas “Coluna de Fogo”, mostrava-se necessitada de ocupar um lugar de fala e sem solicitar, defendeu o filho, defendeu o casamento deles, e ainda se referiu a seu agressor como “aquele filho da puta”, que nós ainda nem conhecíamos.

Percebi que era momento de colocar o Ateliê em prática. Comecei a minha lamentando a ausência da quinta mulher, que não apareceu, tampouco justificou a ausência, mas valorizei a presença delas, que estavam ali para partilhar experiências vividas. Fiz uma breve apresentação pessoal, explicitando minhas características profissionais; psicóloga, docente e coordenadora do Curso de Psicologia do referido *campus* e estudante do Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, no entanto, enfatizei naquele momento, que meu papel ali era de pesquisadora do tema “violência doméstica”, íntimo à minha existência. Expliquei o primeiro tempo da metodologia pesquisa-formação, que consiste em informar os objetivos da pesquisa, e o motivo de fazer uso do gravador de voz. No segundo tempo explicito as regras e as normas do ateliê, bem como o sigilo às informações, e a necessidade do não julgamento das narrativas compartilhadas. De posse de todas as informações, convidei essas mulheres para participar oficialmente da pesquisa. Todas, inclusive a “Bela”, aceitaram participar e assinaram o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

De posse do termo do TCLE assinado, segui para o terceiro tempo da metodologia, que consistiu na elaboração do rascunho/esboço da narrativa. Apresentei a caixa de materiais já descrita nesse capítulo e lancei no quadro a

seguinte questão norteadora: ‘O que fiz na minha vida para chegar até aqui?’ pedi, para que inspiradas por esta questão, narrassem suas vidas, utilizando elementos positivos e negativos, podendo fazer uso dos materiais da caixa, representando por desenhos, imagens, símbolos ou escritas.

A “Empoderada”, antes de começar sua narrativa falou: “se eu for escrever tudo o que passei isso daria um livro, acho que vou dividir por etapas”.

“E eu nem sei por onde começar, está tudo tão confuso na minha cabeça, nunca parei pra pensar nessas coisas”. Disse a “Dama de Ferro”.

A “Empoderada” em tom de brincadeira, comentou: “já sei um título para nós: mulheres que já apanharam”. E “Coluna de Fogo” complementa, “ou que já ficaram roxas”. Todas deram risadas da situação que pareceu ter graça, evocadas por um turbilhão de violência ora compartilhada. Seguimos (inclusive eu), escrevendo por aproximadamente quarenta minutos. Ressalto que a metodologia, me deu a oportunidade, enquanto pesquisadora, de participar do ateliê e narrar também a minha própria história de vida e isto implicou na quebra do elemento silêncio, impregnado no meu ser, por imposição de minha mãe. Esta questão foi um movimento de desafio próprio, de me autorizar a falar, na intenção de libertar a voz da violência por anos aprisionada em mim, e vigiada pela voz materna “não conta para ninguém”, ainda adormecida no meu universo particular.

Findada essa etapa, percebi que avancei neste primeiro encontro, metade da metodologia pesquisa-formação, que consiste em seis tempos totais. Ao executar essa parte senti que seria prudente dar a elas pelo menos cinco minutos para se apresentarem ao grupo, uma vez que iniciamos a aplicação do método de pesquisa e a única pessoa que se apresentou com formalidade perante o grupo, fui eu. Além de que, elas chegaram falando da violência, umas para as outras, sem a solicitação formal estabelecida.

Lancei a ideia de uma rápida apresentação e todas acharam a proposta pertinente, afinal, elas demonstravam curiosidades sobre a vida da outra e esperar uma semana para um próximo encontro parecia longe demais. Perguntei: “Quem deseja começar?” e “Empoderada”, novamente com bom humor, respondeu apontando para a “Dama de Ferro” e disse: “ela que é a mais chique começa”. Todas caíram na gargalhada, e a “Dama de Ferro” complementou: “o que uma separação não faz hein? Então vou começar a me

apresentar. Sou a “Dama de Ferro, tenho 36 anos, sou massoterapeuta. Não sou divorciada ainda, mas está em processo. Tenho um filho de 20 anos. Fui humilhada e pisada, mas foi difícil me separar, mas percebi que eu era filha de Deus e não merecia sofrer aquilo. Hoje saio e faço o que eu quero, estou viajando pra caramba com meu filho, coisa que eu não fazia antes, nem podia fazer. Uma coisa que sempre quis era ir *pro* Beto Carrero e agora eu pude ir. Minha vida é preciosa e precisei me valorizar”.

Todas as mulheres participantes do ateliê de forma espontânea, aplaudiram a fala da “Dama de Ferro” e continuamos as rápidas apresentações. Na sequência a “Empoderada” pediu para falar.

“Eu sou a Empoderada, sofri 27 anos com meu ex-marido pai do meu filho, mas me libertei. Levei dez anos *pra* me separar, achei até que ia morrer. Eu *tava* com depressão profunda, porque era ele que mandava, que decidia, eu não tinha opinião e não podia ter. Se eu falasse alguma coisa já levava um tapa na cara. Ele é até hoje uma pessoa difícil. Eu também estou viajando, livre e solteira, estou até bronzada, está tudo muito bom assim. Nossa, como é maravilhoso pra quem consegue se libertar e ver o valor que a gente tem”.

“Bela” interrompeu a apresentação da “Empoderada” e falou: “admiro a coragem que vocês tiveram em dar um ponta pé inicial e se libertar desses homens. “Empoderada” respondeu: “mas não foi fácil, levei dez anos. Um dia minha irmã foi me visitar e disse assim, mana fui rezando pra Deus proteger você porque achei que você ia morrer”. Todas silenciaram diante desse relato e seguimos dando voz às outras participantes.

“Eu sou a “Coluna de Fogo”, eu morei com o segurança bandidão que se eu falar o nome todos vão conhecer porque ele trabalha nas baladas de São Bento, Campo Alegre e Rio Negrinho, e quem vê não imagina, quem não sabe compra. Ele é um carecão com uma cara horrorosa, que anda armado, ele é covarde, com pessoas frágeis, mulher e criança. Vivo com ele há dezoito anos, faz dez anos que pedi a separação e ele nunca aceitou e todo esse tempo sempre teve duas ou três mulheres fora, tinha mulher em Campo Alegre, São Bento. Teve dois filhos fora, da idade do meu. Na minha gestação ele engravidou duas mulheres diferentes. Então ele chegava em casa e quebrava tudo, eu não podia falar, ele usava droga, cheirava cocaína, ele é o macho e ele é o bom, eu e os meninos apanhava. Ele dizia: se um dia você me denunciar eu te mato. Eu

vivia deprimida, não podia contar com a minha família, e meus filhos viam tudo. Tinham convulsão e vomitavam, não podiam me acudir pois eram criança. Um filho meu tá perdendo a visão gradativamente, não tem cura, não tem mais o que fazer, não tem tratamento. Ele já foi embora, mora com outra mulher mais ainda quer me manter refém e eu tô com meus meninos e dou a minha vida por eles e é assim que eu penso. Já tive restaurante industrial, fiz a casa que eu quis, comprei um sítio, tive meu carro, ele nunca me deu um real, sempre tive minha vida independente, mas na separação ele ainda levou metade do que eu tinha. Tive depressão, passei muito mal, mas hoje eu voltei e reabri minha cozinha industrial e tô voltando aos poucos, só que me livrar dele ainda é difícil, sou prisioneira”

Aplaudimos o caso narrado e as outras mulheres integrantes do grupo fizeram expressões de assustadas com essa narrativa, mas prosseguimos, porque no primeiro encontro, o intuito era apenas fazer uma breve apresentação.

“Eu sou a Bela, tenho um pouco de vergonha de falar porque realmente perto da história de vocês a minha ainda é boa, mas estou três anos casada, temos uma pizzaria aqui em São Bento, mas eu acho muito encorajador vocês tomarem uma iniciativa de viverem sozinha, porque isso pra mim é um tabu ainda, muita coisa eu tolero, só escuto, dentro de mim talvez ainda

não tive a coragem de aceitar que eu sei viver sozinha sabe? Eu sou muito dependente dele, eu acho que sem ele eu não vou conseguir viver. Agora nos últimos tempos dei um pontapé nas últimas discussões que a gente teve, conversei com a minha mãe e descobri coisas do meu pai falecido, que eu não sabia, porque minha mãe sempre manteve as aparências de família perfeita *pra* mim e pra minha irmã e quando ela me revelou coisas, mexeu com meu psicológico e agora vejo que estou vivendo as mesmas coisas que praticamente ela viveu. Ele me faz passar vergonha nas discussões, e ele não gosta de ser questionado, e nas últimas discussões que a gente teve eu resolvi estudar, uma opção de estudar *pra* ter uma profissão e pra me tornar um pouco mais independente aos poucos, ele não é agressivo assim igual ao de vocês, mas ele não gosta de ser questionado, se ele fez algo errado, ele fez, e eu tenho que aceitar sem perguntar o porquê. Isso tem sido motivo das nossas discussões porque eu peguei mentiras, eu peguei conversas, coisa assim que na cabeça de

um homem é coisa pequena, mas na minha me incomoda, porque vejo que estou sem direito de falar e questionar e tenho que aceitar”.

“Coluna de Fogo” interrompeu e disse: “eu como sogra dela, não posso opinar. Falei *pra* eles se tratar, pois tem um casamento novo, os dois se amam e tem que se entender. Digo, procurem ajuda, eu como mãe e como tenho ela como filha, digo, eu não tenho o que fazer, mas procure ajuda”.

Todas finalizaram suas apresentações iniciais para o grupo, abordando recortes das vivências de violência doméstica, numa apresentação de cinco minutos, demonstrando a condição opressão pairava em suas vidas.

Na sequência, iniciamos a organização das memórias de uma dor, utilizando-se da escuta compartilhada e das experiências vividas. Narrar, neste momento se fez de forma espontânea, quase que impossível calar, afinal já estivemos caladas por tanto tempo e

o elemento silêncio ficou esquecido, independente das vozes de poderes, impostas até ali.

Finalizamos o primeiro encontro com a frase sorridente da “Empoderada”: “que essa sementinha gere outras sementinhas através de nós”.

2.2 O segundo encontro: a desordem do silêncio

“Dama de Ferro”, foi a primeira a chegar ao nosso segundo encontro. Seguida da “Empoderada” que chegou sorridente, abraçando a todas que estavam ali. “Coluna de Ferro” e “Bela” chegaram com quinze minutos de atraso e se justificaram pela situação. Iniciei o encontro resgatando as escritas do encontro passado e pedindo o compartilhamento no formato de apresentação oral de suas histórias, conforme escrito/esboçado por elas. A “Dama de Ferro” pediu para iniciar e todas sorriram dizendo que por ela ser chique, ela poderia sempre iniciar. Assim ela fez:

“Nasci numa família super cultural, evangélica, passei uma infância super tranquila, normal, muito amada pela minha família. Com dezesseis anos conheci alguém, e como todo relacionamento do começo, tudo maravilhoso. Acabei engravidando, passei momentos difíceis pois minha família me rejeitou. Únicos que me apoiavam foram meus sogros na época. Os anos se passaram. Meu casamento achava eu que era normal mas, meu marido na época com vinte anos

e eu com dezesseis. Ele sempre com cara fechada. Difícil sorriso, sempre trabalhando até tarde, achava aquilo meio estranho, mas tudo bem, está trabalhando. Os anos se passaram e durante esses anos, nunca podia sair com amigas, fazer o que eu gostava, que fui me fechando e meu filho junto, pois nada podia fazer que era errado, olhava em meu guarda-roupa e pensava, nossa, cheio de roupa para sair e eu não saio. Foi quando me separei pela primeira vez. Voltei *pra* casa de meus pais. Ficamos oito meses separados, estava dez anos casada, aí toda aquela história de presentes e arrependimento. Voltei porque tínhamos um filho. Ficamos casados por mais um tempo, meu marido na época desempregado, sempre dava preferência para procurar trabalho fora de casa, fora da cidade. Sempre trabalhou longe. Nunca esteve presente no crescimento do nosso filho. Parecíamos uma pedra no sapato na vida dele. Ele foi preso por porte ilegal de arma. Saiu, depois não assinava os papéis do oficial de justiça e por isso foi preso novamente. Corri, ajeitei tudo para que soltassem ele, lá em Novo Hamburgo. Antes disso meu pai faleceu, em agosto de 2014. Meu sobrinho faleceu em outubro. Ele foi preso em novembro, no qual corri para tirá-lo. E não disse nem muito obrigado por isso. Foi preso no Rio Grande do Sul. E o que eu ouvi é que eu não fui capaz de ir lá para ver a saída dele. Durante todos esses vinte anos de casada, sempre tinha uma ligação, ou agora mais recentes, mensagens, torpedos, *whatsapp* me perguntando se eu ainda era casada com ele. Sempre perdoava para eu viver em família, sabendo que ele me traia, tapava o sol com a peneira, eu sempre perdoava. Até que em 2018, ele trabalhando à 600 km de São Bento, quase não voltava *pra* casa, e eu correndo com a mãe no hospital e UTI, ela chegou a falecer em outubro desse ano. Cansada e sozinha, com meu filho, claro, mas precisando de alguém para que no caso achava que era dever dele cuidar de mim, dar um apoio nessa hora, e nada. Tudo bem, sentia que havia algo estranho, mas, vamos em frente. Um mês após a morte de minha mãe, meu sogro foi internado. Eu chegava lá pra cuidar dele, cada vez que ele me via chegando ele chorava. Sabia que havia algo estranho pois não acusava nada nos exames, mas enfim, cuidei. Passados mais alguns dias tivemos que assinar o inventário de minha mãe, meu marido na época veio e assinou. Foi quando ele me chamou e disse: Arrume os papéis da separação, porque conheci outra pessoa. Nossa fiquei sem chão e ação de novo. Esperei até o Natal e ele não veio. Foi nesse momento que eu olhei para o espelho e

falei pra mim mesma: eu não mereço isso. E comecei a ir atrás e arrumar os papéis do divórcio. Quando ele viu que o negócio era sério virou um caos a minha vida, ele dizia que eu tinha jogado vinte anos fora. E a mulher dele lá enchendo, ligando para ver se nós estávamos separados mesmo pois ela estava esperando por ele. Ela ligava pro meu filho e pro meu sogro que sabia de tudo, por isso foi internado, de tanto que ela incomodava ele, mas ele não me contava nada. Brigamos, discutimos, ele me bateu, entramos no soco. (Mostrou fotos do seu corpo em seu arquivo pessoal no celular). Fiz medida protetiva para ficar sossegada. Hoje posso dizer, estou vivendo. Uso as minhas roupas do guarda-roupas para sair e muito, por isso acho que vocês me acham chique, porque agora eu uso mesmo. Estou me cuidando e cuidando do meu filho. Estamos sorrindo”.

Ao finalizar todas aplaudiram a história de vida narrada naquele momento e “Coluna de Fogo” perguntou: “você não sentiu falta dele?” e ela respondeu: “em nenhum momento, lembro que a vida com ele era muito mais pesada. Eu nem sabia quem eu era. Agora comecei a perceber as coisas que eu gosto de verdade e me respeitar”.

A “Empoderada” reforçou que sente a mesma coisa e se orgulha de ter chegado no nível de vida que está agora. Neste momento sogra e nora silenciam, e ao olhar para elas, indaguei se havia alguma pergunta para “Dama de Ferro”, e “Bela” afirmou que as admira, porque parecem que são tão fortes e que estão tão bem.

Neste momento “Empoderada” pediu para continuar a sequência de narrativas, e relatou a sua história: “Nasci numa família muito simples, sou a última filha de dezoito filhos. Meus pais eram pobres. Mas não existia violência, apesar de minha mãe, depois de um certo tempo virar alcoólatra. Com sete anos que eu tinha, meu pai faleceu. A vida ficou mais difícil ainda. Minha mãe começou a receber pensão e melhorou e ela parou de se embriagar, quando meu pai faleceu, graças à Deus. Então crescemos com mais alegrias. Éramos cinco irmãos últimos, e pequenos, outros já estavam grandes e casados. Comecei a trabalhar com doze anos como diarista, na casa do meu tio no interior mesmo, e posteriormente comecei a trabalhar em uma casa de família como empregada doméstica. Com dezesseis anos conheci um lindo rapaz, foi amor à primeira vista, um ano depois casamos. Como nossos pais, não tínhamos condições

financeiras, foi um casamento simples, para poucas pessoas. Nunca tínhamos brigado, ou tínhamos qualquer discórdia até então. Mas com uma semana de casados tudo mudou. Ele começou com um ciúmes que eu não conhecia. Fomos para a casa da minha mãe, lá no interior, era nossa lua de mel, veio minha irmã e meu cunhado visitar nós, vieram de Blumenau e ele já ficou com ciúmes achando que meu cunhado estava dando bola *pra* mim e me olhando. Brigou comigo, segurou forte meu pescoço como querendo me enforcar. Me pegou pelos cabelos e disse que eu estava dando bola *pra* aquele cara. Isso não era verdade, ele que enxergou coisa onde não existia. Chorei muito a noite toda, trancada no quarto. Ninguém viu. Chamaram pra nós jantar, ele não foi e não deixou eu ir. Outro dia fomos embora cedo. Eu chorando ainda, mas minha mãe me deu dinheiro caso eu quisesse voltar para casa dela, para pegar ônibus. Acho que eles perceberam alguma coisa. Mas quando chegamos em casa, fizemos as pazes. Passou um tempo, uns seis meses depois, ele foi molhar as plantas no quintal, e deixou a mangueira jogada lá, daí eu pedi para ele guardar a mangueira. Ele pegou aquela mangueira e me deu uma surra com ela, com seis meses de casados. Doeu muito, muito. Mas talvez não foi a dor da batida da mangueira, mas sim a dor de ser surrada pela pessoa que eu amava muito. Doeu meu coração. Daquele dia em diante, foram muitas surras, assim do nada, eu não podia dizer nada. Tinha que concordar com tudo o que ele falava e mandava, tudo era ele, eu não tinha a minha opinião, sofria calada, cada dia mais, mas ele nunca pediu para eu não contar o que ele fazia, eu que não contava de vergonha. Um dia meu irmão mais velho, perguntou se ele não era ruim para mim, e de vergonha eu disse que não. Olha que burra eu era. Meu irmão disse que se eu apanhasse dele, ele iria se ver com ele. Mas não contei, mas meu irmão desconfiava das coisas. Mas isso foi só um pouco, passei muita coisa com ele. Ele não conversava, não discutia comigo. Ele me batia. Um dia vindo falei que queria fazer vestibular para ser enfermeira. Ele não me respondeu, só me bateu. Adotamos uma criança e depois engravidei por meio de inseminação artificial, agora com dezesseis anos. Porque as pessoas diziam que ele era agressivo porque precisava de um filho. Então fui lá e fiz um filho *pra* ele. Pensa que adiantou? Ele continuou agressivo, nunca deu bola *pra* eles. Fiquei dezessete anos sem contar pra ninguém, quando viam as marcas em mim eu dizia que caía, que eu batia na porta do carro. Eu inventava desculpas. Foi engraçado que

um dia ele discutiu comigo e queria me bater, puxou minha blusa, eu saí ele ficou com a minha blusa na mão. Eu pedi a separação e ele não aceitou, então eu fugi de casa. Fui na casa de minha irmã. Ele pediu pra eu voltar. Eu voltei, durou pouco tempo, ele voltou a ser ruim de novo. Dois anos depois fugi de novo. Daí fiquei de novo na minha irmã, por vinte dias. Quando ele bebia ele ficava super querido, por que não incentivei ele a beber né? (risadas). A separação aconteceu na praia, era uma virada de ano, meus filhos brincando. Mas meu filho pisou no pesinho da pequena sem querer e ele quis bater no nosso filho de dezoito anos, e expulsou o menino de casa. Meu filho pegou as roupas e veio pra rodoviária pra ir embora, nesse momento decidi me separar de vez mesmo porque isso deu um reboliço na família e tanto. Hoje ele tem outra mulher, mas eduquei meus filhos a tratarem ela bem. E foi assim por vinte e sete anos. Então decidi me separar”.

A “Empoderada” tem um jeito risonho de contar suas histórias de violência doméstica. Ela disse que ri porque já cansou de chorar e reforça que hoje sorri a hora que desejar, porque nessa época o sorriso era proibido em sua vida. Hoje deixa aflorar o que sente. Perguntei se ela tinha mais alguma coisa a acrescentar sobre sua história, ela disse que sim, mas que naquele momento, só queria falar até aquele ponto. Compreendemos e demos sequência às narrativas.

Perguntei se “Coluna de Fogo” gostaria de ser a próxima a contar sua história de vida porque percebi que ela agitada e olhando no celular durante todo o período do encontro. Cheguei a perguntar se ela tinha compromisso e ela respondeu que estavam de carona com o filho, marido da “Bela” e precisavam voltar com ele a hora que ele chegasse, por isso olhava tanto no celular, porque ele não queria ficar esperando por elas, o que reforça a fala de Bela, de que o marido não gosta de ser contrariado. Diante da situação, dei a palavra para que nos contasse sua história.

“Nasci numa família pobre, evangélica, meu pai trabalhava na agricultura, minha mãe também. Tiveram sete filhos, meu pai ficou doente por trinta e sete anos, com depressão, minha mãe tinha que trabalhar na roça e cuidar de nós, uma cobra mordeu ela, fez não sei quantas cirurgias por causa disso. Aí meus irmãos trabalhavam na roça e nós cuidava dos pequenos. Passamos muitas dificuldades, muita fome, não tínhamos roupas, calçados, etc. Quando eu tinha doze anos fui trabalhar de doméstica para ajudar minha mãe, até completar

dezoito anos. Casei, fiquei quatro anos e meio casada, nasceu um filho desse relacionamento, que é o marido dela. Daí pensei, agora casei vou me estruturar na vida, bem no fim ele era agressivo, bêbado e batia em nós. Era viciado em jogo, não queria crescer na vida. Perdia todo pagamento no jogo, e o meu também. Perdeu até a nossa geladeira no jogo. E ele me bateu porque não deixei tirar minha geladeira da minha casa. Separei porque ele bebia, jogava e ficava três dias fora de casa e gastava todo dinheiro em bares. Eu trabalhava num restaurante, minha mãe cuidava de meu filho, que hoje é o marido dela. – apontou para a “Bela”. Um dia apanhei dele e fui trabalhar, tentei esconder os roxos no rosto, mas meu patrão viu e denunciou. Aí me separei. Eu fazia dois horários de trabalho por quatro anos. Aí abri uma lanchonete e fui progredindo de tanto trabalhar e evolui para um restaurante. Fui batalhando e batalhando e meu irmão me ajudou. Fiquei solteira por oito anos. Apareceu um rapaz no restaurante almoçar todo dia. Foi aí que começou um inferno na minha vida. A partir do dia que esse homem me enxergou ele não me largou mais. Eu saía para ir pra casa e ele estava lá fora, me seguia. Até um dia conversar com ele, nunca mais tive paz. Ele me obrigou a ficar com ele. Eu abria a porta da minha casa, lá estava ele sentado no chão me esperando, e dizia que nunca ia deixar ou desistir, até fazia ameaças, eu tinha medo dele. Quando um dia cheguei em casa, ele estava de mudança na frente da casa e dizia que não ia embora, eu mandava ele ir toda hora e jogava as coisas dele pra fora, ele nunca foi. Eu nunca amei ele. Eu nunca gostei dele. Sempre tive medo. Foi duro, me senti estuprada, abusada por ele. Isso durou dezoito anos. Nunca amei ele, por medo fui sempre levando. Tive dois filhos com ele. Sem querer. Era horrível imaginar que eu tinha um filho desse monstro. Um filho tem uma doença no olho, que não tem cura. Está com 20% da visão. Depois de seis anos nasceu o outro filho, quando eu estava grávida era mal tratada, tive várias ameaças de aborto. Ele teve mais dois filhos com mulheres diferentes nesse período, e me maltratava sempre. Assim foi que eu entrei em depressão por cinco anos. E não podia falar com ninguém. Eu fugi, ele foi me buscar e disse que se eu fugisse ele ia me matar. Ele é lutador de artes marciais, ele é inteligente, então ele sabia onde me pegar *pra* não deixar marcas e me fazer desmaiar. Ele é líder de uma equipe de segurança. Ele dizia que ia me matar se eu falasse *pra* minha família. Assim eu senti nojo do que eu tinha que fazer por medo. Eu sempre tive minha independência. Fiz a casa dos

meus sonhos, tive sítio, e ele sempre gastava o dinheiro com mulheres, drogas, armas. Sempre armado ele me colocava medo e ameaças. Me batia na frente dos meninos, eles gritavam de medo e tinham convulsão, de medo que ele me matasse. Ele batia nos meninos também. Há um ano e quatro meses resolvi denunciar, foi a pior coisa que eu fiz. Porque até hoje tenho que fugir e me esconder por ameaças dele. Ele foi preso em Rio Negrinho porque me bateu e me espancou. E ficou sem o porte de armas, daí ele achou que fui eu que denunciei ele, me bateu mais. Mas eu juro que não fui eu. A arma é o poder dele, sempre almoçou com a arma sobre a mesa, ameaçando o tempo todo. Fiquei prisioneira dentro da minha própria casa. Fiz medida protetiva e fugi. Ele alegou que eu abandonei os filhos. Perdi a guarda deles. Ele alegou que eu não tinha condições de sustentar eles e acabei perdendo. A justiça é suja, perdi meus filhos sem ser ouvida. Eles nem viram meu lado. Tive que tirar a medida protetiva pra ter meus filhos de volta. Agora os meninos voltaram pra mim, um deles. O mais velho mora com ele. O outro visita ele e volta transtornados. Descobri que perdi a guarda porque fui buscar eles na escola e disseram que eu não poderia porque o pai avisou que perdi a guarda. A justiça é suja, assinou sem me ouvir. Ele alegou que fugi com outro homem e abandonei e isso não é verdade. Estou proibida de sair da cidade. E ele que é bandido está solto. Muita injustiça. Eu gostaria de ter o direito de ser ouvida. Agora um filho mora comigo outro mora com ele. Eu só queria ter o direito de trabalhar e cuidar dos meus filhos e viver uma vida normal. Mas tá difícil. Ele vive com outra pessoa e me faz refém com ameaças até hoje. Como faço para conquistar o direito de ir e vir sem medo de encontrar esse monstro na rua?”

A narrativa de “Coluna de Fogo” é cheia de violência e confusão. O seu discurso apresentou traços de desconexão, porque narrou várias vezes o mesmo episódio e outros esquece e as narrativas foram complementadas pela nora. Ela parecia verbalizar com ansiedade e angústia, devido a alterações nas expressões faciais. O seu corpo tremia ao rememorar as violências domésticas vivenciadas. A nora confirmou as agressões sofridas pela sogra e disse que ela é uma mulher que tenta ser forte, mas ela é sensível e não tem forças pra enfrentar sozinha. “Bela” e marido estão morando com ela neste período, porque está sofrendo ameaças e perseguições do agressor. E está convicta de que não

pode denunciar porque não quer perder a guarda dos filhos novamente. Então se mantém refém do próprio lar, da própria vida.

Quando finalizou o relato de sua história, seu filho ligou para ela. “Bela” estava fazendo um complemento da situação familiar, quando “Coluna de Fogo” atendeu a ligação com viva-voz ativado, e acabamos ouvindo o filho dizer que já estava lá fora esperando por elas, e era para serem rápidas. “Bela” disse que queria contar sua história primeiro, e que ele poderia esperar um pouquinho sim. Assim o fez:

“*Pra* mim é um pouco complicado detalhar sobre esse assunto. Ainda sou nova e como muitos dizem, ainda não viveu nada. Mas eu me sinto diferente de como eu era. Sempre na minha cabeça tive aquela visão de família feliz. Cresci vendo meus pais se darem super bem, se tratando com respeito e eu e minha irmã. Sempre fomos instruídas de que na nossa família nunca faltou nada. Lembro da minha mãe sempre trabalhando muito, dando duro pra não faltar nada pra gente. E nunca percebi que meu pai não trabalhava tanto assim. Mas sempre achei ele um pai perfeito. Sempre sonhei que quando casasse queria um marido igual meu pai. Vejo hoje o quanto a minha mãe engoliu tanta coisa pra bancar uma história maravilhosa para as suas duas filhas. Enfim, para nós estava tudo normal. Até o dia que nosso pai nos deixou. Teve um infarto aos 45 anos e simplesmente se foi. Eu sempre fui mais apegada com ele. Meu paizinho era tudo pra mim. Sofremos muito nós três sozinhas. Mas esses dias minha mãe contou que ele era muito estressado, explosivo e sem nenhum tipo de paciência, que inclusive fez ela muitas vezes passar vergonha. Eu fiquei em choque porque até então não imaginava que ele tivesse vivido isso. Faz dez anos que ele faleceu, e agora que ela teve coragem de me contar. Talvez com intuito de me consolar porque eu tinha discutido com meu marido. Sou casada faz três anos, meu esposo até então nunca tinha sido agressivo. Mas as coisas estão diferentes de como era no início. Nossas brigas são frequentes e percebo a falta de paciência comigo. Sempre saio muito ferida em nossas discussões. Ele começou a mudar muito depois que peguei algumas mentiras e coisas escondidas e hoje não consigo ter total confiança nele. Eu perdoei ele porque luto pelo meu casamento e amo ele. Mas depois de tantas brigas, acho que possa ter dado facilidade *pra* desandar. Parece que mentir *pra* mim, tudo bem, esconder as coisas tudo bem, o pior é que não posso questionar, perguntar,

porque já começa as brigas. Com ele não tem esse negócio de conversar e se acertar, *pra* ele é melhor deixar passar. Parece que a errada sou eu, que fica perguntando tudo, querendo saber das coisas que acontece, eu não sei como agir, porque ele é muito machista e qualquer coisa que eu fale ou faça é cena, lá vem de novo ela chorar e fazer cena: palavras dele. Machuca demais isso. Parece que não se preocupa comigo, nunca quer conversar, ele diz que conversar gera mais brigas. Tenho chorado muito e me entristecido. Mas *pra* ele isso é depressão, é ceninha, sou muito sentimental e emotiva. Parece que estou sozinha dentro desse relacionamento, fico confusa, porque ao mesmo tempo, ele finge que não é assim, e já vem me dá carinho, amor. Na verdade, ele não gosta de ser questionado, não posso perguntar nada. E nisso estou ficando paranoica, porque amo ele, quero ficar com ele, mas ao mesmo tempo tenho medo de ser mais machucada. Como por exemplo, eu não consigo ficar em paz quando ele não está comigo, minha cabeça não confia e nisso fico doente, depressiva, angustiada. Não sei como agir. Com isso queria ser ouvida, respeitada dentro do meu relacionamento. Será que realmente estou paranoica da cabeça e isto está gerando mais confusão? Porque ele tem me dito que o problema sou eu. Como faço para mudar isso? Como faço para confiar de novo e parar de sofrer? Eu abri mão de muitas oportunidades para estar com ele hoje e acredito que fiz uma boa escolha. Não sei se foi a certa, mas estou tentando. Nós dois precisamos mudar. Mas agora falando isso *pra* vocês lembrei que ele já foi violento comigo sim, uma vez discutindo ele me empurrou e caiu no chão. Ele não gosta de conversar e como eu insisti *pra* conversarmos sobre um problema, ele se estressou e me empurrou. Ah, minto, essa foi a segunda vez, ele já me prensou na parede quando éramos recém casados, ele é muito explosivo, é isso que tenho medo porque nunca sei como ele vai reagir. Eu vou perguntando as coisas *pra* ele e vai se enchendo se enchendo. Ele me socou na parede e bem na hora chegou um casal de amigos nossos e me socorreu. Mas vejo que ele não trata bem ela (apontou para a sogra), se ele não está tratando bem a mãe, imagina eu. Eu prefiro sentar e resolver e com ele não tem conversa. Depois ele volta todo romântico, todo maravilhoso, me beijando, me abraçando, eu tenho que dar um delete e ter estrutura *pra* aguentar tudo isso. Eu vejo que ele é parecido com o pai dele. O primeiro marido dela (apontou para a sogra

novamente). É normal um homem achar que tudo que eu faço é cena? Que eu é que sou sentimental? Que eu sou a errada?”

Ela finalizou sua narrativa dizendo que sente ser a errada da história e que precisa procurar ajuda para entender se esse sentimento é normal, porque percebe que não é mais a mesma.

Nesse momento, as mulheres se entre olharam e silenciaram. Ninguém aplaudiu o discurso de “Bela”. Agradei por ela nos ter confiado essa parte tão íntima de sua vida e sugeri buscar apoio psicológico para elaborar este tipo de sofrimento de forma clínica. Ela agradeceu a acolhida e disse que foi no encontro conosco para poder falar, o que não pode falar no dia a dia.

Pedi para que aguardassem mais uns minutos para eu encerrar a etapa com a minha narrativa. E assim, iniciei: “eu cresci numa família onde todas as mulheres sofreram violência doméstica, desde minha avó materna, minha mãe e minha tia. O que sei da minha história, relatada pela minha avó materna, é que meus pais casaram muito cedo. Minha mãe tinha dezesseis anos quando engravidou de mim, e em seguida já casaram. Meu pai era um recém-chegado em Rio Negrinho, sem endereço fixo ou parentes na cidade. Conheceu minha mãe, engravidaram, e ele foi morar com elas. Minha avó era viúva. Morava apenas com as duas filhas; minha mãe (a filha mais velha) e minha tia. Minha avó me contou que meu pai sempre bebeu muito. Gostava de festa, bares e muita diversão. Era pouco responsável. Praticamente foram as duas (minha avó e minha mãe), que me criaram. Meu pai teve boas oportunidades de trabalho, mas por rebeldia e falta de responsabilidade, era demitido. Morar com a minha avó, passou a não dar muito certo, porque ela cobrava dele uma postura responsável, e ele ficava muito agressivo com essas cobranças. Bebia praticamente todo dia. Levava pouco dinheiro pra casa e ainda agredia minha mãe com palavras de baixo calão e toques corporais, tipo prensas na parede, conforme “Bela” também relatou. Perdi as contas de quantas vezes eu vi isso. Com o tempo eles compraram uma casa e fomos morar nós três; pai, mãe e eu. Nesta época eu tinha uns três anos mais ou menos. Nesse período minha mãe engravidou e ele mandou ela sair do trabalho. Porque na cabeça dele, mulher tinha que ficar em casa para cuidar dos filhos. Lembro que eles brigaram muito por conta disso, porque ele não conseguia nos sustentar dignamente, mas não permitia que ela trabalhasse mais. Meu irmão nasceu, ele ficou orgulhoso por

ser um menino e a partir desse instante, eles começaram a me tratar como a filha “grande”, ou seja, eu já tinha que me virar sozinha, porque o bebê era meu irmão. A partir desse momento tive sentimentos de cuidado para com os outros. Cuidava de minha mãe, quando ele bebia e queria bater nela; e cuidava de meu irmão quando ela precisava fazer alguma tarefa da casa. O tempo foi passando, as brigas sempre presentes. Lembro uma vez, quando eu tinha uns sete anos, ele chegou em casa bêbado, era um sábado à tarde, aliás, eu odiava sábados, porque era o dia que ele mais bebia e chegava dando shows de agressividade. Chegou e bateu na minha mãe. Ela ficou marcada no rosto. Chorou muito, mas quieta no quarto. Eu cheguei e disse pra ela que eu ia contar para a avó. Ela me implorou para não fazer isso, dizendo que minha avó já tinha muitos problemas e não precisava de mais um. E ainda complementou, dizendo que era uma coisa da nossa família. Eu que eu não deveria jamais, contar para qualquer pessoa. Tinha que ficar em silêncio. Lembro que eu não gostei de ouvir isso. Como eu estava em fase de alfabetização, minha mãe me deu um caderno e disse: “escreva o que sentir, mas não fale para ninguém”. Foi aí que minha vida com a escrita iniciou. Mas a violência era um segredo de nossa família, de nossa casa. Quando ele demorava para chegar em casa, lembro que eu sempre entrava em ansiedade, por medo de sofrer violências física. Meu pai não era agressivo comigo, a raiva dele era depositada na minha mãe. Muitas vezes eu era orientada por minha família a conversar com ele, para tentar persuadi-lo a parar de beber, pois ele só ficava agressivo, mediante uso de álcool, fora dessa situação, era um homem muito bom de conviver. Vejo que essa condição de vida, me trouxe até aqui, na profissão que exerço.

As mulheres ficaram em silêncio me ouvindo narrar, até que “Empoderada” me perguntou se minha mãe chegou a se separar de meu pai. Respondi que não. “Houve tentativas da parte dela, mas meu pai, na condição sóbria, sempre pedia perdão e chegava a implorar para ela olhar por nossa família e dar mais uma chance a ele. Ele se redimia, prometia parar de beber, e dava conta de ficar algumas semanas sem uso de álcool. Lembro bem que essas fases eram muito felizes na nossa casa. Tenho lembranças de momentos muito agradáveis com eles. Mas infelizmente, durava pouco e o ciclo da violência recomeçava”.

“Dama de Ferro” disse que viu semelhanças desse ciclo no seu caso, a diferença é que seu marido trabalhava em outra cidade, mas o sentimento de hostilidade parecia o mesmo.

O encontro do quarto momento se esgotou com a minha narrativa. Período de compartilhar sem julgamentos, e de tirar dúvidas sobre a história de vida narrada. E sob a perspectiva da minha própria violência, considero que a ordem do silêncio foi se diluindo a cada palavra que saía de mim, evocada por memórias de um eu escondido e calado. Eis-me aqui num lugar de fala autorizado, contornando o silêncio imposto pela ordem materna.

Para finalizar, pedi para realizarem uma tarefa em casa, ou seja, passar a limpo, suas histórias de vida, porém munidas agora, das reflexões e memórias, oriundas dos compartilhamentos desta tarde.

Ao ouvir esse pedido “Bela” imediatamente me perguntou: “meu deus, como vou fazer isso em casa sem ele ver?” As mulheres em volta deram algumas sugestões: “escreve quando ele não estiver em casa”, disse “Empoderada”. E “Bela” respondeu: “mas esse homem nunca me larga. Não tem uma parte minha que ele não fuça. Como vou falar mal dele se ele vai acabar lendo?” (risadas). “Acho difícil eu conseguir fazer isso, mas vou tentar”, complementa.

Esta foi a última vez que vimos “Bela”, ela não retornou aos encontros. Neste caso, o elemento silêncio voltou a dominar.

2.3 O terceiro encontro: a organização de memórias

Terceiro encontro e quinto momento da metodologia. Tempo de socializar a história de vida, com as memórias oriundas de si, com as reflexões abarcadas por uma prática individualizada e percebida num ambiente comum de violência doméstica.

Era dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte, as mulheres chegaram pontualmente porque estavam eufóricas para continuar falando sobre suas vidas. Senti falta de “Bela” e perguntei para sua sogra, o que tinha acontecido. Ela só me respondeu que havia acontecido uns imprevistos familiares e ela teve que ficar em casa. Lamentei o ocorrido, e disse que eu compreendia.

Iniciamos o quinto momento da metodologia, que consistiu em narrar novamente a história de vida, porém com a prerrogativa de evocar memórias que

não estavam presentes no momento da primeira narrativa. “Coluna de Fogo”, com seu jeito agitado, corpo todo balançando, entre uma cruzada de perna e outra, pediu para iniciar. Expliquei a sequência do ateliê, e da necessidade de um escriba/ secretário para fazer o registro do que ouviu, em primeira pessoa, e “Coluna de Fogo”, escolheu “Dama de Ferro” para ser sua escriba. Escriba é a pessoa – segundo a metodologia pesquisa-formação – que faz os registros da história narrada, em primeira pessoa.

Assim “Coluna de Fogo”, iniciou: “abri um restaurante e progredi, até que esse homem me viu e não deu mais paz pra mim, ele era entregador de bebidas e eu trabalhava na cozinha do restaurante”. A “Empoderada” interrompeu: “acho que conheço esse homem que você fala, ele falava que cozinhava”. “Coluna de Ferro” interrompeu sua fala e perguntou: “você é amiga dele?”. “Empoderada” disse: “não, mas como já organizei festas e eventos, já falei com ele algumas vezes. E ele sempre se achava, dizendo que era cozinheiro. Tinha muita lábia”. A “Coluna de Ferro” continuou: “mentira, ele comia nas minhas costas. Tal do gigolô. Um belo dia entrou *pra* dentro da minha casa com uns trapos, porque ele não tinha nada, e não foi mais embora. E chegou dizendo que se eu não deixasse ele ficar acabaria com minha família. Eu vivi todos esses anos por ameaças. Ele me tinha como objeto. Ele não me respeitava nunca. Foi essa vida aí. Eu que trabalhava. Comprei um restaurante, casa e tive filhos com ele sem querer. Foi um baque, de repente eu *tava* grávida e não consegui mais escapar ele.”

“Empoderada” perguntou: “engravidou, então ele forçava a relação sexual com você?” “Sim”, ela respondeu. “Forçava tudo comigo. Toda vida. Eu tinha nojo dele tocar em mim. E se eu falasse *pra* parar ele me ameaçava com a pistola. Toda hora ele vinha esfregar a pistola em mim, dizendo que se eu não fizesse as vontades dele, ele me mataria. Ele é vagabundo, ele é bandidão. Eu não quero mais essa vida *pra* mim”.

“Coluna de Fogo” abaixou a cabeça neste momento, interrompeu a fala e silenciou. Foi quando eu quebrei o silêncio e perguntei: “e em que momento disso tudo, você teve coragem de fazer uma denúncia? Ela respondeu: “ele foi pra Rio Negrinho com essa pistola, que era o objeto de paixão dele, e alguém viu ele lá armado”. “Empoderada” interrompeu novamente: “parece que ele foi visto com essa pistola num mercado né?” “Coluna de Fogo” respondeu: “sim, foi no mercado XX, (nome fictício) ele foi preso naquele dia, e acusou eu. Achou que

denunciei, mas não fui eu. O porte de arma dele já estava vencido. Ele saiu da prisão e veio direto *pra* minha casa, me xingando. Nesse dia ele entrou na minha cozinha, me agrediu de novo, queria atirar em mim. Aí eu tive que ligar para os policiais. Ele cercava a minha casa e me vigiava *pra* eu não fazer o B.O. que os policiais me orientaram a fazer. Então até que eu consegui escapar, uma amiga me levou de madrugada na delegacia registrar o B.O. fugindo dele, porque ele me perseguia. Os funcionários da minha cozinha foram de minha testemunha porque eles viram tudo, sabe? Daí ele começou a ameaçar os funcionários e me chamar de puta, dizendo que eles foram de testemunha *pra* mim porque dou *pra* eles. Ele ameaçou todos de morte. Ele destruiu minha vida. Entrei com medida protetiva naquele momento e ele me seguia direto. Mas na cabeça dele eu queria a medida porque eu tinha outro homem e por isso não queria ele perto de mim. Mas ele ficava duzentos metros de longe me cuidando, eu não podia sair de casa. Agora parou um pouco. Janeiro eu resolvi tirar umas férias e ir *pra* casa da minha mãe. Deixei minha cozinha alugada e fui *pra* lá um pouco *pra* poder respirar. Mas ele incomodava o cara que alugou e só me incomodei. Tirei a medida protetiva porque nesse tempo ele pegou os meninos *pra* ele, e isso eu não aguento, quero os meus filhos comigo. Hoje vivo sem medida e ameaçada todo dia. Sou prisioneira. “Empoderada” disse: “olhando *pra* ele não dá *pra* dizer né?”. Percebendo a exaltação corporal ao relatar sua história e o quanto ela demonstrava mistura de sentimentos perguntei: “e hoje você conseguiria fazer nova denúncia? Respondeu que não. “Se eu mexer com isso de novo vou ter que fugir, porque ele me mata”. Continuei perguntando: “você acha que ele te mata mesmo? Ela respondeu: “ele promete isso *pra* todo mundo”. “Empoderada” opinou também: “eu acho que ele não mata ela. Se não já tinha matado né? Eu por exemplo, nunca tive medo”.

“Coluna de Fogo” justificou: “se eu denunciar ele, tenho que fugir, não posso ficar mais aqui.” Continuei perguntando acompanhando este raciocínio dela “e com tudo isso que você tem relatado, se ele fosse denunciado não seria preso? De forma indignada respondeu: “por isso que eu digo, de que forma a justiça defende a mulher? se deu toda a liberdade *pra* ele? E tirou tudo de mim e deu *pra* ele? Já era *pra* esse homem estar preso. E no que deu? Metade da minha casa, metade do meu sítio, caminhonete e tudo e ainda sou prisioneira”.

“Empoderada” neste momento aconselha: “você deveria de enfrentar ele *pra* ter sossego. Ou vai ou morre porque assim *tá* difícil de você viver. “Coluna de Fogo” respondeu: “nesse caso é enfrentar ou morrer, porque mesmo com porte ilegal ele anda armado e trabalha como segurança”.

Os relatos acima demonstraram o quanto a história de “Coluna de Fogo” está bem viva ainda. Ela demonstrou raiva e ao mesmo tempo pouca esperança de um desfecho melhor que esse que se apresenta. Parece muito insegura neste cenário da violência e ansiosa por liberdade.

Dando seguimento ao Ateliê Biográfico, “Empoderada” pediu para ser a próxima a narrar, sendo então a “Coluna de Fogo” sua escriba. Ela iniciou da seguinte maneira: “agora vou contar *pra* vocês a história que me trouxe até aqui. Na escrita eu resolvi dividir a minha vida em duas partes. A primeira já contei pra vocês, agora vou contar a segunda. Porque eu fui parar na medida protetiva da Rede Catarina. Este meu namorado, conheci há cinco anos. Ele que me fez conhecer a delegacia e a Rede Catarina. Ele bebe, ele já bebia antes. Então a gente ficava naquela de ir e vir no namoro. Cada vez que ele bebia nós brigava e depois voltava porque ele dizia que ia parar. Porque brigava por causa da bebida. Mas um dia ele me pediu 1% de chance, porque ia mudar, resolvi dar. O estopim foi quando ele saiu de casa num sábado cedo, e pedi, pra não vir tarde porque eu precisava de ajuda pra lavar a calçada, a minha casa tem muita calçada, a mangueira tem uma emenda e é ruim lavar sozinha. E ele não vinha, não vinha, não vinha. Passei raiva e fui lavar sozinha. Ele chegou pelas 18h em casa e eu já estava terminando. Daí eu disse; agora que terminei você chega né? Quanta coisa faço por você e você não pode me ajudar nem nisso. Ele bêbado e me chamando de vadia. Daí eu disse: vadio é você. Ele gritou do portão: não me chame de vadio sua puta. Meus vizinhos todos olhando. Fui pra dentro e peguei meu celular pra ligar pra polícia, mas não liguei, só queria dar um susto nele. Mas ele saiu do portão e foi pra lanchonete beber mais ainda. Aí fiquei com medo, peguei minha filha e disse pra nós ir dormir na casa da tia. Minha filha disse: “não mãe, vamos enfrentar e chamar a polícia se precisar.” Aí percebi que minha filha *tava* certa, que eu não precisava ficar fugindo disso. Tranquei toda a casa, liguei os alarmes e fechei os portões. De repente, o bêbado chegou mais bêbado. Falei pra ele ir embora que eu ia chamar a polícia. Ele ficou no portão me destratando. Querendo entrar e eu não deixava porque

ele *tava* muito agressivo. Ativei o alarme e chegou o segurança e a guarnição da polícia. Levaram ele preso e parecia uma cadelinha obedecendo os policiais. Disse pra polícia que ele fez isso porque estava apaixonado. Tive que ir na delegacia registrar a denúncia. O delegado ainda me perguntou se era isso mesmo que eu queria fazer, porque eu estava nervosa e tinha que pensar bem. Falei vou registrar sim, quero ir até o fim. Evitei chegar aqui, mas agora que tô aqui vou adiante. Processei ele, entrei com medida protetiva, ele tem que se apresentar uma vez por mês ali e o juiz ainda disse que se a polícia pegar ele perto de mim, ele vai direto pra presidio de Mafra e vai ficar quatro anos lá”.

A “Coluna de Fogo” mesmo fazendo os registros perguntou pra ela: “em algum momento chegou a se arrepender de ter agido dessa forma?” Ela com firmeza disse: “nunca, nunca mesmo. E graças a Deus, nunca mais me incomodou. Mas ele anda dizendo *pras* pessoas que ainda me ama. Mas dou graças a minha filha também, que disse que não tinha porque nós ficar fugindo dele por ai. Aquela momento foi decisivo pra mim, como se eu tivesse poder de conseguir fazer o que precisava ser feito”. “Dama de Ferro” complementa: “é uma sensação tão boa de liberdade quando a gente consegue sair disso que não tem como se arrepender. É difícil mas vale a pena.”

Percebi que “Dama de Ferro” estava também com ansiedade em relatar novamente sua história. “Empoderada” foi sua escriba. Ela inicia seu relato da seguinte maneira: “Saí daqui pensando semana passada, quanta coisa temos em comum e como somos medrosas né? Vivemos muitas coisas parecidas e nem nos conhecíamos. Mas vocês falando percebi como temos algo em comum, eu também nunca conversava com ninguém, vivia com cara amarrada, fechada e depressiva. A única pessoa que mais sabia de mim era uma das minhas irmãs. Mas assim como o irmão da “Empoderada”, a minha irmã também falava assim: ei, ele não te bate? Porque ele vive fechado. Eu dizia: não, capaz mesmo. Sempre tentando me fechar mais e não contar pra ninguém. Sabiam que só agora que eu sei do que eu gosto, se é ovo cozido ou frito, ou isso ou aquilo. Mas eu vivi com um homem que me proibiu de ser eu. Comecei tudo muito cedo e percebo que me fechei muito cedo. Porque não tinha muito apoio. E ele sempre trabalhou fora e não me permitiu trabalhar. Fiquei em casa fechada e meu filho acabou ficando em casa comigo fechado. Não podia nem sorrir. Com dez anos nos separamos mas por conta do filho acabei voltando, mas confesso que me

arrependi de ter voltado, porque nunca fui feliz com ele. Ele exigia casa bem limpa, comidinha pronta e que ele gostava, não podia fazer as que eu gostava. Chegou também a ser preso por porte ilegal de arma. E exigiu que eu tirasse ele de lá. Nunca foi carinhoso comigo. Hoje vejo como ele foi estúpido e sem paciência pra mim. Igual “Bela” falou na vez passada. Que pena que ela não está aqui. Mas cresci numa religião e numa família que precisa pregar o perdão e perdoar sempre. Mas como isso cansava. E com ele sempre senti algo estranho, parecia que tinha algo de errado nessa relação que fiquei mais atenta quando meu sogro me via e chorava. Foi um soco na alma quando ele me disse; arrume os papéis encontrei outra pessoa. Vi que aquele perdão não resolvia nada. A outra mulher lá me incomodava muito, perguntando se eu já tinha saído da vida dele. Foi um estresse. Caso de polícia também. Hoje adoro sair e usar as minhas roupas do guarda-roupas”.

“Coluna de Fogo” perguntou: “mas você pediu divórcio só porque ele teve a iniciativa de dizer aquilo”? ela respondeu: “esse foi o motivo principal. Essas palavras foram fortes pra mim e não aguentei mais. Como se fosse a gota d’água. Precisei me dar o valor”.

Nesse momento aproveitei a fala e questionei: “e como foi pra você quando ele veio atrás, após o pedido de divórcio?” Ela parou, olhou *pra* cima, olhou pra mim e respondeu: “não posso negar que tive um gostinho de vingança e tirei forças do além pra não voltar. Ele sabia que isso ia mexer comigo, porque sempre voltei, mas pensei, já que *tô* aqui agora não volto mais. Não quero mais essa vida. Eu não mereço isso. Não é justo”.

A “Coluna de Fogo” perguntou novamente: “e você não tem mais contato com ele? Ele sumiu depois disso?” Ela respondeu: “não, ele ainda me procurou sim, tentou ligar no Natal atrás de nós. Mas quando a gente via ligação dele deixava em modo avião pra não dar sinal. Meu filho andou falando com ele por último, mas também não quis mais saber dele também. Perguntei: “e nessa época você estava com medida protetiva?”. “Sim, eu ainda estou e não vou tirar. “Dama de Ferro” respondeu de imediato. “No Natal ele se desesperou e chegou a ligar setes vezes *pra* nós. Mas não atendemos”. “Coluna de Fogo” indagou parecendo estar espantada: “mas você nunca atendeu pra ver o que ele queria?” “Dama de Ferro” em tom firme respondeu: “jamais, não vou dar o pé. Não acho que tem que ser assim. Porque eu sei que a outra também já tem medida

protetiva contra ele. Então o que ele quer comigo? Provavelmente nada de bom né? Não vou mais cair nessa armadilha. Olha o jeito dele, já me mostra que é padrão dele, é perfil. Não quero mais. Está bom demais assim”.

Deu para perceber certo alinhamento nessa fala, pontos dolorosamente costurados com fio duplo, o dela e o do filho, fortalecia esse arremate. E para sentir se de fato haviam nós nesse alinhavar eu perguntei: “você ainda tem contato com seu ex-sogra ou com a família dele?”. “Dama de Ferro” respondeu: “vi eles final de ano, mas não gosto de ir lá mais, porque eles ficam falando dele *pra* mim e contam da outra. Me disseram até que ela cortou cabelo. E eu com isso. *Pra* que tenho que saber se ela cortou o cabelo ou não? Daí senti que não sou mais daquele mundo. Um conversas que não dizem mais respeito sobre mim. Meu filho vai, mas eu não vou mais”.

Continuei minhas perguntas querendo saber: “e sua família, em algum momento ficou do seu lado, mesmo tendo a cultura do perdão?” Ela respondeu: “agora sim, agora viram que eu não era a culpada, que ele era ruim mesmo. No final eles começaram a ver que ele era perigoso *pra* mim. Eles pegaram cenas ruins dele. Por exemplo, um dia cheguei em casa, minha irmã me levou e ele estava dentro de casa no escuro me esperando e o carro escondido no mato. Imagina! Ainda bem que eu estava com eles, sei lá o que ele estava esperando fazer comigo. Não quero mais saber dele, não quero mais ver ele. A última cena que tenho dele na minha memória é ele descendo a escada da delegacia e entrando nela. Depois disso, nunca mais vi ele”.

“Ele não te ameaçou mais?” perguntou “Coluna de Fogo”, parecendo não acreditar que fosse possível se libertar de um homem agressor. “Dama de Ferro” munida de segurança no entrelaço das palavras respondeu: “não, eu nunca mais dei brecha *pra* isso acontecer. Até mandou mensagem *pra* mim de número diferente, dizendo assim; deixa eu subir aí ver o filho. Eu disse; cara, o filho tem vinte anos, fala com ele, não precisa da minha autorização, marquem em algum lugar. Ele só queria entrar na minha casa. Meu filho disse; mãe não vamos dar brecha *pra* ele, não é assim que vou ver ele. Ele que me ligue. Com essas atitudes e nossos cortes ele foi desistindo. Hoje estamos sossegados em casa”.

Para finalizar, narrei minha história de vida e solicitei à “Dama de Ferro”, exercer a função de escriba para mim. Iniciei utilizando de frases que apareceram no próprio Ateliê.

“Primeiro quero lembrá-las que me apresentei a vocês no primeiro dia aqui, dizendo que eu sou a filha da violência doméstica. As cenas que eu trouxe pro ateliê são cenas da minha família toda sofrendo deste mal. E escutar a “Dama de Ferro”, falar do apoio que o filho deu a ela, na manutenção do distanciamento e da filha da “Empoderada” que fortaleceu a mãe a parar de fugir e chamar a polícia, eu vejo aqui o meu papel de filha também. Silenciei tanto, que numa altura da violência eu desisti de pedir para ela se separar, e quando percebi que ela não faria isso, fui arrumando estratégias de melhor conviver neste contexto. Eu sempre escrevia sobre milagres da vida e buscava esperanças no divino para intervir nesta situação, já que no mundo real eu me via impotente, então eu realmente fantasiava cenas, criava histórias com finais felizes. Com isso, passei a mediar a relação dos dois. Pedia ao meu pai, mais presença na família, para se envolver em atividades da minha vida, como escola, cursos e igreja que eu frequentava, e geralmente ele aceitava meu convite; com isso eu desviava ele da bebida. Com minha mãe eu seguia no fluxo de ser menos estressada. Minha mãe é a representação do estresse em pessoa (risadas), e meu pai se queixava muito dessa característica dela pra mim, e eu sempre acabava concordando com ele, porque ela era muito estressada com tudo, principalmente comigo, porque hoje vejo, que seu grau de exigência para realização de coisas que eu fazia, era alto, por exemplo, as notas da escola e nível de aprendizagem. Ela exigia alto desempenho escolar. Essas foram estratégias utilizadas por mim; minimizar o estresse da minha mãe, e maximizar a presença do pai nos eventos da família. Na minha adolescência a violência diminuiu muito. Os sábados já eram agradáveis e não sinais de tortura. Mas meu pai tinha muito ciúmes.

“Empoderada” perguntou se nessa fase a violência parou. Respondi: “não, vejo que ela se modificou. Minha mãe trabalhava numa grande empresa da cidade, sendo que iniciou como auxiliar geral, e com o passar do tempo ela foi se mostrando competente e teve uma ascensão na carreira. A empresa pediu para ela terminar o ensino médio, que estava interrompido devido a cargas de trabalho e ao concluir o ensino médio ela galgou degrau. Nesta etapa, lembro que eu já tinha dezoito anos. Meu pai estava desempregado e minha mãe recebeu o incentivo da empresa para fazer uma faculdade e em seguida exercer cargo administrativo. Lembro que ela chegou feliz em casa nos contando, que

teria aumento de salário, mudando de função, e que a empresa pagaria cinquenta por cento da faculdade, enfim. Meu pai não gostou. Neste dia que ela nos contou a novidade, ele saiu de casa, bebeu muito e voltou pra casa de madrugada, extremamente agressivo. Meu irmão e eu acordamos aos sustos na madrugada e fomos pedir ajuda aos vizinhos porque ele estava querendo matar nossa mãe. Foi uma das piores cenas que presenciei na adolescência. Lembro das palavras dele em direção a ela do tipo: vagabunda, deve estar cheia de amantes neste lugar para estar subindo tão rápido no cargo e ainda ganhar faculdade. Neste momento foi forte pra mim e para meu irmão. Minha mãe, no dia seguinte, foi até a empresa e pediu demissão. Lembro que fiquei indignada com a submissão dela e com as acusações dele. Mas não consegui reverter nem uma, nem outra opinião. Esta empresa em questão, gostava muito do trabalho de minha mãe, tanto que, assim que me formei em Psicologia, o gestor de recursos humanos, me convidou para fazer parte da equipe, no apoio à gestão de pessoas. Foi minha primeira experiência na área da Psicologia Organizacional, desbravada pela minha mãe, sem termos consciência disso, naquela época. O gestor comunicou que a Univille estava com processo seletivo aberto para psicólogos e me incentivou a enviar o currículo e participar do processo. Lembro que falei pra ele que eu era recém-formada e provavelmente não seria chamada, mas ele me motivou a pelo menos tentar, vejam estou aqui há onze anos, acho que deu certo (risadas). A partir desse momento, minha mãe não teve mais empregos formais. Apenas como autônoma.

“Coluna de Fogo” perguntou, como estão as coisas na casa deles atualmente. Respondi: “Péssimas. Percebo minha mãe infeliz. Meu pai está doente, não tem renda alguma, não conseguiu se aposentar devido à instabilidade profissional. Minha mãe trabalha como diarista e também como massoterapeuta. A mulher é muito forte, trabalha em três períodos do dia e banca todas as despesas, inclusive remédios e consultas médicas dele. Ele está totalmente submisso a ela agora. Com a morte de minha avó no ano passado, senti que minha mãe ficou mais pensativa. Sobre os caminhos que a vida dela seguiu”.

“Empoderada” me perguntou: “e o que seu pai acha de você trabalhar fora?” Respondi: “acreditem, ele sente orgulho. Inclusive me incentiva a estudar cada vez mais. Ele sempre apostou em mim, desde criança. Me dava livros, me

pagava alguns cursos, com o pouco de dinheiro que ganhava. E vive me dizendo para não deixar de fazer o que eu gosto e quero. Quando eu comprei meu carro, ele contou para todo mundo, que era fruto do meu trabalho e dos meus estudos. Não era presente de ninguém. Quando falei que ia fazer mestrado, ele me incentivou, disse que eu estava certa em continuar estudando. Minha mãe disse que não precisava, que já tinha pós-graduação, clínica de psicologia e empresas me chamando o tempo todo. Mas hoje compreendo a opinião dos dois, mas priorizo a minha”.

Esse momento de socialização entrelaçados em perguntas e respostas promoveu certa aproximação das histórias e despertou nas participantes, o desejo de ajudar outras mulheres na mesma situação. “Empoderada” reforçou: “temos que levar nosso ateliê para outras, vamos divulgar isso nas redes e fazer isso aqui ficar forte. Não me importo de revelar meu nome e mostrar minha cara. Hoje tenho orgulho do que me livre” (risadas).

As outras concordaram, mas “Dama de Ferro” lembrou: “primeiro vamos ajudar “Coluna de Fogo” a sair dessa. Ela ainda parece estar muito sensível a tudo isso. “Coluna de Fogo” e emocionou com as palavras e abraçou as outras mulheres. Neste momento, nos abraçamos e entrelaçamos a violência num afeto único compartilhado. Havia ali relação de cuidado, de si e do outro, subentendido no contexto, originado num universo particular, buscando vias de afeto no compartilhar social. Finalizamos as falas, combinando nos encontrar na semana seguinte para um fechamento do Ateliê Biográfico.

2.4 O quarto encontro: a organização das reflexividades

Este encontro se constituiu como um momento de maior proximidade, vínculos e conforto. Dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte. Levamos um bolo e café para compartilhar as memórias da violência de uma forma mais saborosa, guloseimas para alimentar nosso corpo enquanto tecíamos nossas identidades, à luz das memórias individuais.

Neste dia, elas estavam falantes e sorridentes. Ainda com muita vontade de expressar a violência num espaço permitido e seguro, tido aqui como Ateliê Biográfico. As mulheres participantes chegaram sorridentes e acabei chamando a atenção para essa característica: “nossa, que grupo de mulheres sorridentes

chegando”. Elas continuaram a sorrir e complementaram as falas. “deixa aproveitar sorrir agora que podemos” disse a “Empoderada” sorrindo “Pensa que difícil que era pra *mim* ter de viver de cara fechada. Eu sempre fui sorridente e brincalhona, mas estando com ele eu não podia sorrir, que ele já desconfiava que eu estava fazendo algo de errado. Olha que louco”.

“Dama de Ferro” completou: “eu também não podia rir. Aliás eu nem sabia direito o que era isso, nem sabia do que eu gostava, porque nunca tinha chances de pensar em mim”.

Aproveitando esse clima de espontaneidade compartilhada, pedi para que iniciássemos nosso encontro com o relato da experiência de como foi participar do nosso ateliê. “Coluna de Fogo” ao contrário das duas, estava quieta, parecia muito pensativa.

“Empoderada” disse: “primeiro eu queria dizer que estou motivada aqui por você. Que tem esse desejo de trabalhar com mulheres como nós. Ser filha da violência doméstica pode render frutos bons né? Acho que você poderia ir nas escolas e prevenir meninas também e divulgar esse projeto, falar com outras filhas da violência. Essas coisas deveriam ser ensinadas nas escolas. Elas precisam aprender, não é? Fiquei bem feliz em saber que uma menina como você pensa nesse tema e também que até você já passou por isso. Conte com a gente nessa batalha”.

Ao ouvir “Empoderada” as demais balançavam a cabeça, como sinal de concordância com ela. Comecei agradecendo por me chamarem de menina (risadas), e reforcei que provavelmente era a menina interior que se fazia presente ali, enquanto narradora de uma história de violência, na infância. E que após a entrega da dissertação, meu objetivo é criar um projeto de extensão vinculado ao curso de Psicologia, para justamente envolver a comunidade e dar voz a quem precisa falar.

“Empoderada” disse que nunca havia participado de algum momento como este, para falar especialmente sobre o tema, mas que quando se separou começou a falar mais, e vez ou outra tem memórias das agressões e sem querer acaba lembrando de situações ruins, mas que participar do ateliê foi diferente, pelo fato de poder expor sem pudor tudo o que sentia e perceber que a dor não era só dela: “ainda hoje me dá uma sensação de alívio falar nisso e ver que não fui a única, me deixa menos culpada”.

“Dama de Ferro” falou: “eu na época inicial da medida protetiva, passei por uma oficina de violência no CRAS e já me ajudou, por isso quando a Rede Catarina me falou de você eu aceitei na hora. O que tiver sobre isso eu vou sempre fazer. Minha vontade de verdade é fazer uma ONG pra orientar essa mulherada sobre isso. Vestir a camisa e correr atrás. As mulheres são muito quietas. Eu fui quieta. Elas são presas.

“Empoderada”, interrompeu e acrescentou: “é bem isso, nós somos umas caladas e medrosas. Eu me libertei quando me separei. E falando com vocês aqui percebi que não era só eu né? Eu nem podia conversar porque ele nem conversava comigo mesmo.

“Dama de Ferro” continuou: conversando aqui com vocês me lembrei que uma vez minha mãe me perguntou: ele não te bate? Eu respondi: capaz mãe. Isso ele não faz. Mas eu tinha medo de dizer sim, tinha vergonha. Percebi que na verdade minha família se preocupava comigo sim, mas eu achava que não, eu não via isso. Pra mim escrever mexeu muito. Escrevendo aqui saí bastante reflexiva naquele dia, mas chegando em casa, nossa, como mexeu, pensei naquela frase que você deu e pensei, meu deus o que foi que eu fiz da minha vida, ou porque que eu deixei chegar nesse ponto. As pessoas viam e eu não via. Agora eu tô vendo o que as pessoas viam. Começou a clarear muita coisa. Pra mim ajudou por demais estar aqui falando. Teve um ponto alto pra mim na hora da escrita, cheguei a refletir a seguinte frase, meu deus porque não ouvi o meu pai e a minha mãe? Se eu tivesse escutado talvez eu não estivesse aqui escrevendo isso. (Houve um silêncio e ela se emocionou). Mas, pensando bem, isso que me moldou, poderia também não ter sido a pessoa que sou hoje. Agora tô aqui pra ajudar outras mulherada, desde que elas queiram.

Todas dão risadas após o clima de emoção que foi despertado por “Dama de Ferro”, com reflexões entrelaçadas na dor e na culpa, e ao mesmo tempo um resgate dos fios para o cuidado de si, na intenção de propagá-lo por onde for.

“Coluna de Fogo” estava quieta neste dia, ao mesmo tempo inquieta, porque recebeu durante a socialização da reflexividade de “Dama de Ferro” um telefonema para comparecer à Delegacia da Mulher e já ficou apreensiva e preocupada com a questão. Curiosa do que se trataria, sendo esta uma delegacia voltada para a proteção à mulher. “Empoderada” chegou a dizer que podem ser sinais de coisas boas, quem sabe uma oportunidade de começar a

ser ouvida. “Coluna de Fogo” disse que já perdeu as esperanças e imagina que não deve ser coisa boa. Ao verbalizar esta frase foi imediatamente repreendida pelas outras, mas “Empoderada” reforçou: “não diga essas coisas, você precisa ver o lado bom das coisas. Precisa parar de ter medo. Você é muito medrosa”. Foi a primeira vez, que alguém deixou escapar um juízo de valor o ateliê.

“Coluna de Fogo” estava realmente mais frágil neste dia. Aproveitei o momento que estava voltado a ela e pedi para fazer a sua análise sobre o ateliê.

“Adorei estar aqui falando com vocês, é o que eu tenho procurado fazer porque ninguém me ouve. Não consigo falar essas coisas com meus filhos porque qualquer palavra mal colocada dá tudo errado. E aqui eu pude falar sem ficar medindo. Tenho que ficar tapando as coisas, principalmente com a família. Isso é terrível. Tenho procurado ser ouvida e aqui encontrei isso. Ouvi a história de vocês e vi que cada uma de vocês viveu violência, mas acho que a minha história foi a pior de todas. Porque ele separado e vivendo com outra ainda me incomoda. Eu penso que fiz tudo errado *pra* chegar até aqui. Quando li minha história e tive conhecimento dessa mulher, da mulher que sou, tive muita pena dela. Parecia muito fraca e medrosa, na verdade eu sou assim. Se eu tivesse feito certo eu também nem estava aqui. Eu pensei fiz tudo errado, minha família era estruturada eu que fiz tudo errado. “Dama de Ferro” afirmou: “eu penso igual, todos os meus irmãos casados e bem casados e só eu com dedo podre (risadas). Fizemos tudo igual nós três aqui. A diferença é que nós já nos livramos e você está no meio do caminho, vamos em frente que você logo se livra também. Cada coisa no seu tempo. “Empoderada” aproveitou o ensejo e comentou: “era pra você ter conhecido nós (risadas). Cada coisa na sua hora. Era pra se juntar ao nosso ateliê por isso fizemos tudo errado antes, vamos ver o lado bom ne?” (risadas)

Todas trataram a situação da violência com bom humor, mas “Coluna de Fogo” neste dia parecia não estar ali, parecia mais triste que nas outras vezes, será papel de reflexividade? Tempo de escutar a si e ouvir suas respostas? As mulheres perceberam e estavam tentando animá-la diante do momento. “Dama de Ferro” disse: “a gente tem que tentar ainda “Coluna de Fogo”, não podemos deixar nos abalar, deu o que deu, agora que estamos aqui vamos adiante. Não podemos desistir”.

“Empoderada” afirmou: “eu nunca me arrependi de nada na verdade, quer dizer, tive uma reflexão importante sim. Cheguei à conclusão de que se eu tivesse enfrentado ele na primeira vez que ele me tratou mal, eu teria me livrado disso tudo muito antes. Por que que eu não fiz isso na primeira vez que ele me bateu? Eu devia ter feito escândalo no primeiro momento já, mas eu era tão inocente naquela época, eu não ia conseguir. Por que eles faziam chantagem emocional com a gente né? E nós ficávamos quietas”

“Dama de Ferro” contou o episódio de quando o ex-marido viu que ela registrou boletim de ocorrência e disse pra ela: “você teve coragem de fazer isso contra mim”? Eu respondi com muita categoria: “fiz e farei quantas vezes precisar. Percebi ali que me chantageava”.

“Empoderada” continuou a contar exemplos de assujeitamento: “o meu namorado que botei na cadeia disse: se você me colocar na cadeia, um dia eu saio, pois eu respondi, saia que coloco na cadeia de novo. Agora não tenho mais medo. Me livrei de dois trastes, vocês viram né? Em dois relacionamentos que tive um era pior que o outro. Aprendi com esses erros. Me sinto empoderada agora.”

Eu falei que minhas reflexões partem do ponto de dar voz, tanto na condição de psicóloga, profissão que não me veio ao acaso, depois de ter tido o meu psiquismo totalmente abalado por quadros de violência, e na minha carreira de pesquisadora: vejam só, minha monografia de faculdade teve o título: *A ausência da figura paterna*. Meu artigo da pós-graduação teve o tema: *O Brincar e suas Fantasias*. A minha dissertação de mestrado vai se chamar: *Narrativas femininas: uma grafia da violência*. Percebam, sempre falei sobre isso, mas só agora estou conseguindo ver melhor. Sempre tentei trabalhar a violência doméstica por alguma via. Vocês sabiam que eu cheguei no mestrado com desejo de falar sobre este tema, mas eu não enxergava isso em mim? Foi ter participado do experimento piloto no grupo de pesquisa, que me fez ter esta reflexão. Portanto, quero dizer assim como vocês, agora que cheguei aqui, vou até o fim.

Finalizamos o encontro dando novamente um forte abraço em “Coluna de Fogo”, bem como em todas ali presentes. Elas agradeceram a oportunidade e pediram para continuarmos esses encontros de alguma maneira no futuro. Registramos uma foto deste momento do ateliê, e findamos com a sensação de

uma obra entregue, de devolver ao humano o sentido humano do qual tem direito de exercer. Encerramos também com o anseio de replicar este momento com outras mulheres que dele necessitem e percebemos que os proponentes da metodologia: passado, presente e futuro, foram contemplados, sendo o futuro agora vislumbrado num desejo de agir em comunidade, e dar voz a quem o silêncio dominou.

3 - A GRAFIA DA VIOLÊNCIA – EXPERIÊNCIAS E RESSIGNIFICAÇÕES

O parresiasta não revela a seu interlocutor o que é. Ele desvela ou o ajuda a reconhecer o que ele, interlocutor, é. (FOUCAULT, 2011, p. 19).

Para iniciar este capítulo, quero justificar o título desta dissertação. “Uma grafia da violência” representa para mim, a própria *parresia*, desvelada pela epígrafe acima. Esta dissertação simboliza a minha história a partir da escuta da verdade de outras mulheres, que vai além da academia na obtenção de maior titulação na carreira da docência, fatores também salutares. Porém, o que me movimenta na direção deste percurso é o lugar de fala sobre um assunto que me foi silenciado abruptamente na minha existência, e que no silêncio da minha intimidade, trouxe-me até aqui.

Conforme exposto no primeiro capítulo, minha mãe nunca me autorizou a contar as cenas de violência que eu presenciava no âmbito doméstico, era uma espécie de segredo de família, que deveria permanecer apenas dentro do nosso lar. Em contrapartida, me orientou a escrever sobre as coisas que eu via e sentia, e assim que fui alfabetizada, este processo de escrita se disparou em mim; cadernos, lápis e canetinhas, eram materiais comuns no meu dia a dia, e me acompanhavam para onde quer que eu fosse. Eu realizava escritas aleatórias, fantasiosas, sem padrões, regras ou normas. Era uma espécie de fuga da realidade, que na ocasião, ocupava um lugar terapêutico sem esta intenção. O tempo foi passando e a violência continuava habitando silenciosamente na minha intimidade.

O não poder dizer as coisas, me levou à graduação em psicologia, que tem como princípio ético, garantir o sigilo das histórias que escutamos, característica familiar à minha existência, uma vez que sempre vivi na exigência de não falar o que ouvia. O trabalho de conclusão da graduação teve como título “A ausência da figura paterna”, que até aquele momento, era apenas um interesse inicial pela Psicanálise, ainda bem embrionário, mas latente em se fazer dizer. O encantamento pelas leituras e escritas nestas temáticas, me despertaram maiores curiosidades pela teoria psicanalítica, e fui buscar aprimoramento em Pós-Graduação *latu senso* nesta abordagem. Desenvolvi o

trabalho de conclusão do curso com a temática “O brincar e suas fantasias”, motivada pelo desenvolvimento psicológico saudável de uma infância.

A realização dessas escritas, me foram prazerosas e formativas, mas disparavam em mim, mais ânsia por continuar escrevendo, embora eu não estivesse consciente disso, naquelas ocasiões. Nesta fase, a violência já havia sido dominada pelo silêncio e sublimada pela minha prática profissional de escuta de vidas e reflexões sobre elas, mas eram vidas de outros, e não propriamente a minha, me faltava um lugar para o dizer verdadeiro.

Quando cheguei ao mestrado, anunciei em entrevista, que meu desejo era pesquisar sobre a violência doméstica, mas que eu não tinha propriedade sobre a temática, nem havia escrito sobre ela até ali, tampouco tinha algum método específico para aplicar. Eu só consegui expressar que eu gostaria de dar vozes às mulheres violentadas, porque desconfiava que este direito poderia ter sido negado a elas. Sem consciência do que expressei, vejo que esta verbalização passava de um ledó engano inconsciente, pois nestas falas o meu silêncio se presentificava.

Ingressei no mestrado e conheci o método da pesquisa-formação, o Ateliê Biográfico, que antes de aplicar nas mulheres participantes da pesquisa, precisei me submeter a ele, como forma de experimento piloto anterior à aplicação de fato. Este movimento foi desafiador para mim, pois relatar a minha história de vida não era algo permitido, nem comum à minha realidade. A voz materna internalizada “não conta para ninguém”, precisou ser dominada pela prática sublimada de uma dissertação de mestrado e desobedecer a esta voz, parecia impossível. Percebendo as necessidades da pesquisa e da pesquisadora novos rumos foram sendo delineados e o silêncio foi sendo quebrado, em cada narrativa, em cada compartilhamento, em cada nova escrita. Foi como se uma nova pessoa ganhasse um novo lugar, mas no cenário da violência, obtive um lugar de fala sistematizado.

Quero ressaltar que antes mesmo que eu chegasse as reflexões finais dessa dissertação vivi a experiência de sentir a potência de poder narrar com a garantia de uma escuta segura. Narrar, como um direito humano de dizer, me toca como um patrimônio – no sentido de um bem, de um direito a memória, que deveria ser uma herança e me foi negado de alguma forma. Essa dissertação,

não se propõe tratar dessa questão, pelo viés do direito à memória, mas vale o registro como experiência formativa da pesquisa que eu tive.

Foram nestes momentos de Ateliê Biográfico, que as minhas reflexividades vieram à tona, e onde tive conhecimento de que sempre fiz a *grafia da violência*, fundamentada por contextos de vida que eu me encontrava naquelas ocasiões. A violência sempre esteve nas minhas interlocuções socialmente permitidas, seja por monografias, artigos e dissertação de mestrado. O silêncio sendo contornado por um falar permitido e autorizado. Portanto, essa dissertação está envolta de grafias de violências, que emergiram à minha consciência pela via da ressignificação de memórias de mulheres violentadas, e que trouxeram à tona a minha própria ressignificação do conceito de violência.

3.1 – O Ateliê Biográfico como caminho para a reflexividade

Como anunciado, aqui temos como premissa e foco principal o papel da reflexividade sobre a condição de vulnerabilidade por violência na vida das mulheres. Não temos a intenção de analisar o enredo das histórias, mas a forma pela qual, cada participante do ateliê conseguiu se organizar neste contexto de vida, por intermédio da narrativa; e conhecer suas reflexões no cenário da violência, face à trajetória que cada uma percorreu.

No corpo dessa dissertação, trouxemos alguns conceitos de violência, seja pela Organização Mundial da Saúde, seja pela Convenção de Belém do Pará (2015), seja por autores do campo do Patrimônio, porém, mais do que a teoria e os conceitos literais, vamos agora trafegar pelo conceito da violência por intermédio das vozes de quem a experimentou e pôde conceituá-la pela dor e pelo silêncio, pelo sentido e pelo significado subjetivo da própria vulnerabilidade.

O tema, violência, aparece nas narrativas articuladas de forma particular, e ao mesmo tempo coletiva, as experiências vividas pelas mulheres, a partir de um momento de reflexividade, traz a própria apropriação de suas histórias e com isso ressignificação do sentido da palavra violência, objeto de nosso interesse. Para entendermos este processo, recortamos fragmentos de suas narrativas, porque nos importa conhecer como elas realizaram este percurso subjetivo da violência doméstica, a partir da forma como narram suas dores, em espaço compartilhado, evocado por memórias e identidades de si.

Neste movimento, empregando a linguagem como mediadora de um processo, seus sistemas de referências são acionados com a finalidade de interpretar social e culturalmente um fenômeno. Sobre este movimento, Josso (2010), diz que atitudes interiores são indispensáveis à dinâmica de elaboração da reorganização da significação existencial diante da interrupção da lógica de funcionamento das suas temporalidades. Em decorrência, existe uma *experiência construída a priori*, e esta experiência é utilizada pelo sujeito para sistematizar e organizar suas práticas de conhecimento, adequar a construção de suas experiências formativas, é considerada uma *experiência construída a posteriori*, a partir de experiências existenciais e formadoras, como no caso de Ateliê Biográfico.

Os nossos conhecimentos são frutos das nossas próprias experiências, então, as dialéticas entre saber e conhecimento, entre interioridade e exterioridade, entre individual e coletivo estão sempre presentes na elaboração de uma vivência em experiência formadora, porque esta última implica a mediação de uma linguagem e o envolvimento de competência culturalmente herdadas. (JOSSO, 2010, p.49).

Nesta direção, podemos dizer que as mulheres participantes do Ateliê, empregaram para si, um caminho de (auto)formação, utilizando práticas narrativas como um modo de reflexão e de ressignificação, neste processo de interpretação de realidade e reinterpretção de seus enfrentamentos, a partir de uma identidade particular, na exploração de si mesmas.

Foi observado no primeiro dia de aplicação do Ateliê Biográfico que, ao chegarem na sala, ainda enquanto eu as recebia na porta, aquelas que tinham entrado espontaneamente iniciavam suas narrativas de violência. Fato que apontou para a existência de uma necessidade de compartilhamento dialógico reforçado no decorrer do ateliê.

A condição coercitiva que seus companheiros exerciam sobre elas, de ameaças, inibiam o poder da fala dessas mulheres, como disse a Coluna de Fogo: “Ele dizia: se um dia você me denunciar eu te mato. Eu vivia deprimida, não podia contar com a minha família, e meus filhos viam tudo” (Fev. 2020). Além do medo de dizer e ser violentamente repreendida, foi verificado também as situações de constrangimentos, como narrado pela Bela:

“Eu sou a Bela, tenho um pouco de vergonha de falar porque realmente perto da história de vocês a minha ainda é boa, mas estou três anos casada, temos uma pizzaria aqui em São Bento, mas eu acho muito encorajador vocês tomarem uma iniciativa de viverem sozinha, porque isso pra mim é um tabu ainda, muita coisa eu tolero, só escuto, dentro de mim, talvez ainda não tive a coragem de aceitar que eu sei viver sozinha sabe?” (fev.2020).

Seu constrangimento se deu porque, naquele momento de sua narrativa não compreendia objetivamente o comportamento de seu marido, se ele a violentava ou não. Diante das agressões físicas, consideradas mais sérias, ela inicialmente avaliava exageradas suas reclamações. Nota-se que nesta narrativa, ainda não havia reflexividade. Aspecto percebido pelo silêncio que se justificou de diversas formas, como nos narrou a Coluna de Fogo: “A justiça é suja, assinou sem me ouvir. Ele alegou que fugi com outro homem e abandonei e isso não é verdade. Estou proibida de sair da cidade. E ele que é bandido está solto. Muita injustiça. Eu gostaria de ter o direito de ser ouvida” (Fev, 2020).

Como já anunciado no início dessa dissertação, o tema silêncio se mostrou evidente nas narrativas. O Ateliê Biográfico foi uma proposição de devolver às participantes um direito que lhes foi violado: o de ser ouvida. Lembrando novamente que conforme os direitos fundamentais inseridos na Constituição Federal de 1988, o direito à vida é um direito resguardado a todas as pessoas. O silêncio nesse caso evoca que, ao ter a vida em ameaça essas mulheres tinham receio de denunciar.

Diante da proposta de dizer em um espaço seguro e ser escutadas por mulheres que compreenderiam e partilhariam das mesmas dores a necessidade de falar emergiu. A Empoderada, antes de começar sua narrativa anunciou: “se eu for escrever tudo o que passei isso daria um livro, acho que vou dividir por etapas” (Fev, 2020). Ela comunica que dará uma ordem as suas memórias e assim o fez em etapas, como pode ser observado no capítulo 2 com mais detalhes. Primeiro contou sobre as vivências no primeiro casamento, que o marido na lua de mel se mostrou violento, no entanto, a relação durou 10 anos e, posteriormente, teve um outro relacionamento violento que a levou de fato, a procurar a Rede Catarina e estar ali frequentando o ateliê. Em sua fala ficou evidente que ela já possuía uma ideia narrativa, já sugeria um título que fazia síntese das narrativas que ainda não haviam sido compartilhadas. Com um tom

de brincadeira ela comentou: “já sei um título para nós: mulheres que já apanharam”. E “Coluna de Fogo” complementa, “ou que já ficaram roxas.” (Fev, 2020).

Por outro lado, a “Dama de Ferro”, não sabia por onde começar, apenas tinha clareza de que suas memórias eram confusas. “E eu nem sei por onde começar, está tudo tão confuso na minha cabeça, nunca parei pra pensar nessas coisas”. (Fev, 2020)

Essas mulheres foram, como já anunciado, protagonistas anônimas das suas histórias quando organizaram suas memórias em um tempo. Trata-se de vozes que romperam silêncios e tornaram conhecidas as facetas e os espaços recônditos obscurecidos pela memória social. Narrativas de violências como as que foram narradas no ateliê podem funcionar como memórias antagônicas diante de um fazer que silenciosamente é tolerado ou naturalizado nas relações sociais e culturais. Observamos que elas, ao narrarem sobre suas experiências com a violência reconstruíram para si um curso objetivo do vivido, ou colocaram em evidência o objeto sobre o qual puderam refletir e elaborar para si um tipo de autoformação. Não se trata, portanto, do que de fato foi vivido, mas, da compreensão do que foi vivido a partir da organização da memória. Suas narrativas foram reveladoras da compreensão sobre a vida e o quanto elas abrem possibilidades de reflexividade sobre as experiências no tempo.

Como trabalhado no primeiro capítulo, acreditamos que a organização narrativa permite que o narrador dê sentido às suas experiências, e nesse percurso, constrói outra representação de si: reinventa-se. A narrativa se reconstrói a cada uma de suas enunciações, essa experiência foi observada no Ateliê. A primeira narrativa de Coluna de Fogo, em um primeiro momento, apresentou uma forma nada organizada para explorar suas memórias. Essa evidência pode ser observada no trecho abaixo:

Vivo com ele há dezoito anos, faz dez anos que pedi a separação e ele nunca aceitou e todo esse tempo sempre teve duas ou três mulheres fora, tinha mulher em Campo Alegre, São Bento. Teve dois filhos fora, da idade do meu. Na minha gestação ele engravidou duas mulheres diferentes. Então ele chegava em casa e quebrava tudo, eu não podia falar, ele usava droga, cheirava cocaína, ele é o macho e ele é o bom, eu e os meninos apanhava. Ele dizia: se um dia você me denunciar eu te mato. Eu vivia deprimida, não podia contar com a minha

família, e meus filhos viam tudo. Tinham convulsão e vomitavam, não podiam me acudir pois eram criança. Um filho meu tá perdendo a visão gradativamente, não tem cura, não tem mais o que fazer, não tem tratamento. Ele já foi embora, mora com outra mulher mais ainda quer me manter refém e eu tô com meus meninos e dou a minha vida por eles e é assim que eu penso. Já tive restaurante industrial, fiz a casa que eu quis, comprei um sitio, tive meu carro, ele nunca me deu um real, sempre tive minha vida independente, mas na separação ele ainda levou metade do que eu tinha. Tive depressão, passei muito mal, mas hoje eu voltei e reabri minha cozinha industrial e tô voltando aos poucos, só que me livrar dele ainda é difícil, sou prisioneira”. (fev, 2020).

Observa-se que existe em um único trecho várias reclamações de assuntos distintos: 1. o pedido de separação não aceito; 2. a infidelidade; 3. a violência performativa; 4. o uso de drogas; 5. o machismo; 6. a violência doméstica envolvendo a mulher e as crianças; 7. o silêncio seguido de ameaça; 8. problemas de saúde mental e física dela e dos filhos; 9. relações de posse; 10. dedicação materna; 11. vida profissional; 12. independência financeira; 13. divisão de bens; 14. condição de vida atual.

Cada um dos 14 temas elucidados em uma única narrativa, poderiam ser narrados com mais paciência e separadamente, “em etapas”, como propôs a Empoderada, porém, a narrativa é uma expressão daquilo que é possível organizar naquela experiência narrativa. Reconstrói, juntamente com ela, o sentido da história que anuncia, nesse caso específico, um sentido confuso. Não é tanto a história de vida reconstruída que importa em si, mas o sentimento de congruência experimentado entre o presente e o passado. A impressão de conveniência que essa história toma no aqui e no agora de sua enunciação. Aqui, observa-se a relação do enunciado e o gesto de enunciação. O Ateliê entre mulheres e uma psicóloga em uma pesquisa da universidade proporcionou um raro momento de enunciação, de poder dizer autorizado e seguro e, talvez, tenha disparado um “dizer tudo de uma vez”, um enunciado que condensou todas as reclamações, sinalizando um sintoma do silêncio reprimido.

No desenrolar do Ateliê, conseguimos perceber que a narrativa de Coluna de Fogo, foi conseguindo se organizar por categorias de tempo e ordem cronológica dos fatos vividos, conforme aparece no fragmento a seguir:

Nasci numa família pobre, evangélica, meu pai trabalhava na agricultura, minha mãe também. Tiveram sete filhos, meu pai ficou doente por trinta e sete anos, com depressão, minha mãe tinha que trabalhar na roça e cuidar de nós, uma cobra mordeu ela, fez não sei quantas cirurgias por causa disso. Aí meus irmãos trabalhavam na roça e nós cuidava dos pequenos. Passamos muitas dificuldades, muita fome, não tínhamos roupas, calçados, etc. Quando eu tinha doze anos fui trabalhar de doméstica para ajudar minha mãe, até completar dezoito anos. Casei, fiquei quatro anos e meio casada, nasceu um filho desse relacionamento, que é o marido dela (apontou para a Bela). Daí pensei, agora casei vou me estruturar na vida, bem no fim ele era agressivo, bêbado e batia em nós. Era viciado em jogo, não queria crescer na vida. Perdia todo pagamento no jogo, e o meu também. Perdeu até a nossa geladeira no jogo. E ele me bateu porque não deixei tirar minha geladeira da minha casa. (fev, 2020).

A narrativa citada contém uma narrativa de organização de fases da vida, infância, adolescência e vida adulta, incluindo elementos do cotidiano dessas fases. Seu primeiro casamento também aparece na condição de violência doméstica, que ela nem havia mencionado no primeiro encontro. Sobre organização dessas memórias Josso (2010) pontua que quando a narrativa é organizada em momento de (auto)formação, ela permite conhecer o “território onde estão os participantes”, naquele momento de vida, bem como estar em contato com a dinâmica das pessoas nos seus processos de conhecimento de si até este momento, a partir de um trabalho de investigação que se pôde efetuar.

No terceiro encontro do Ateliê, Coluna de Fogo, nos mostrou que a organização de memórias ganhou mais visibilidade:

Abri um restaurante e progredi, até que esse homem me viu e não deu mais paz pra mim, ele era entregador de bebidas e eu trabalhava na cozinha do restaurante [...] Foi aí que começou um inferno na minha vida. A partir do dia que esse homem me enxergou ele não me largou mais. Eu saía para ir pra casa e ele estava lá fora, me seguia. Até um dia conversar com ele, nunca mais tive paz. Ele me obrigou a ficar com ele. Eu abria a porta da minha casa, lá estava ele sentado no chão me esperando, e dizia que nunca ia deixar ou desistir, até fazia ameaças, eu tinha medo dele. Quando um dia cheguei em casa, ele estava de mudança na frente da casa e dizia que não ia embora, eu mandava ele ir toda hora e jogava as coisas dele pra fora, ele nunca foi. Eu nunca ameí ele. Eu nunca gostei dele. Sempre tive medo. Foi duro, me senti estuprada, abusada por ele. Isso durou dezoito anos. Nunca ameí ele, por medo fui sempre levando. Tive dois filhos com ele. Sem querer. Era horrível imaginar que eu tinha um filho desse monstro. (Fev, 2020).

Neste trecho, ela contou do relacionamento que tanto se queixou no primeiro dia do ateliê. Ela conseguiu relatar como tudo começou e os detalhes das agressividades e as formas como a violência se instaurou em sua vida. A organização se consolidou neste momento com mais clareza e compreensão.

Sobre este assunto, Delory-Momberger (2014) afirma que na narrativa, a vida contada não é a vida vivida. A narrativa não entrega os “fatos”, mas as “palavras”. Essa constatação tão simples, e ao mesmo tempo tão difícil de se compreender, merece ser constantemente lembrada. Nenhuma prática de formação pode pretender reconstituir por si só o que seria o curso factual o objetivo do vivido; o objeto sobre o qual trabalham as linhas de formação pelas histórias de vida, não é, portanto, a vida, mas as construções narrativas que os participantes elaboram pela fala e pela escrita, quando são convidados a contar suas vidas. E não são os enredos o centro da investigação, mas a forma como as narrativas revelam a compreensão sobre a vida e o quanto elas abrem possibilidades de reflexividade sobre as experiências nos tempos da narrativa. Em decorrência, entendemos que a forma com que as mulheres se apresentaram ao Ateliê, discursando voluntariamente sobre a temática e em seguida, narrando do jeito que vinha a memória, faz parte de uma elaboração pessoal dos seus próprios fatos e formas que eram possíveis serem empregadas naquele momento.

No processo foi observado que entre um encontro do Ateliê e outro, as mulheres chegavam com novas reflexões e nos davam pistas de que suas reflexividades estavam acontecendo e se estendiam para além do ateliê. Empoderada nos trouxe esta evidência no segundo encontro:

Saí daqui pensando semana passada, quanta coisa temos em comum e como somos medrosas, né? Vivemos muitas coisas parecidas e nem nos conhecíamos. Mas vocês falando percebi como temos algo em comum, eu também nunca conversava com ninguém, vivia com cara amarrada, fechada e depressiva (Fev. 2020).

Ao narrar suas histórias as mulheres procuraram dar sentido às suas experiências, e nesse percurso, construíram uma representação de si, reinventaram-se. Observou-se nesse trecho também o lugar da escuta na

reflexividade, foi ouvindo as outras mulheres que ela pôde refletir sobre a partilha das experiências em comum. É o que nos diz Passegi (2011, p. 147), sobre as narrativas usadas para justificar movimentos e direções da vida. “Somos a narrativa aberta e contingente da história de nossas vidas, a história de quem somos em relação ao que nos acontece”.

Essa operação de configuração é em primeiro lugar uma, operação discursiva: é a narrativa como gênero de discurso que a caracteriza, não somente o meio, mas o lugar; a história de vida tem um lugar na narrativa. O que dá forma ao vivido e as experiências são as narrativas que elas conseguiram fazer. A narrativa não é, portanto, somente o sistema simbólico, no qual o *pôr em forma* da existência encontraria uma expressão: a narrativa é o lugar onde o indivíduo humano *toma forma*, onde ele elabora e experimenta a história de sua vida, como estamos observando no ateliê.

Passegi (2011) complementa que a experiência narrada é fluida e impermanente. A cada nova versão da história, a experiência é ressignificada, o que nos conduz a buscar as relações entre viver e narrar, ação e reflexão narrativa e linguagem, reflexividade autobiográfica e consciência histórica.

É importante destacar que para nossos estudos, a palavra experiência usada para a narrativa, terá o conceito de “prova, ensaio, tentativa”, derivado do latim; o que implica da parte do sujeito a capacidade de entendimento, julgamento, avaliação do que acontece e do que lhe acontece. (PASSEGI, 2011, p. 149).

Entre um acontecimento e sua significação, intervém o processo de dar sentido ao que aconteceu ou ao que está acontecendo. A experiência, em nosso entendimento, constitui-se nessa relação entre o que nos acontece e a significação que atribuímos ao que nos afetou. Isso se faz mediante o ato de dizer, de narrar, de (re)interpretar. Ao reinterpretar a vida, não se nega um “texto” anterior, mas sua interpretação. É sobre o processo de partilhar a experiência vivida e as diferentes etapas de sua ressignificação, em grupos reflexivos que destacamos aqui esses recortes narrativos. A narrativa de Bela a seguir, compõe essas características:

Eu me sinto diferente de como eu era. Sempre na minha cabeça tive aquela visão de família feliz. Cresci vendo meus pais se darem super bem, se tratando com respeito e eu e minha irmã. [...] Lembro da minha mãe sempre trabalhando muito, dando

duro pra não faltar nada pra gente. E nunca percebi que meu pai não trabalhava tanto assim. Mas sempre achei ele um pai perfeito. Sempre sonhei que quando casasse queria um marido igual meu pai. Vejo hoje o quanto a minha mãe engoliu tanta coisa. Enfim, para nós estava tudo normal. Até o dia que nosso pai nos deixou. Teve um infarto aos 45 anos e simplesmente se foi. Eu sempre fui mais apegada com ele. Meu paizinho era tudo pra mim. Sofremos muito nós três sozinhas. Mas esses dias minha mãe contou que ele era muito estressado, explosivo e sem nenhum tipo de paciência, que inclusive fez ela muitas vezes passar vergonha. Eu fiquei em choque porque até então não imaginava que ele tivesse vivido isso. Faz dez anos que ele faleceu, e agora que ela teve coragem de me contar. Talvez com intuito de me consolar porque eu tinha discutido com meu marido. (Fev, 2020).

Essa partilha na experiência narrativa é propulsora de outras reflexividades. Bela assume que sua reflexividade inicia a partir da reflexividade de memórias da mãe. Foi na escuta sobre a experiência dos pais, na memória da mãe, que ela ressignificou a imagem da “família feliz”. No início do ateliê, Bela se colocava constrangida por não saber se seu relacionamento seria marcado com a violência. No entanto, a reflexividade que ela compartilhou a partir da escuta da mãe e da escuta das narrativas das outras mulheres foi reveladora para ela. Ela elabora várias perguntas que justifica isso, e compartilha com as outras mulheres do Ateliê:

Será que realmente estou paranoica da cabeça e isto está gerando mais confusão? Porque ele tem me dito que o problema sou eu. Como faço para mudar isso? Como faço para confiar de novo e parar de sofrer? Eu abri mão de muitas oportunidades para estar com ele hoje e acredito que fiz uma boa escolha. Não sei se foi a certa, mas estou tentando. (Fev. 2020)

Ela evidencia que perguntas são carregadas de conflitos e dúvidas de identidade, ao passo que também demonstra capacidade de fazer alguns *insights* que vão produzindo reflexividades e decisões: “Nós dois precisamos mudar” ou ainda “eu prefiro sentar e resolver e com ele não tem conversa”. Ela aponta uma saída e em seguida, na mesma frase diz que a saída está inviabilizada. A escuta de outras mulheres produz lembranças em Bela que ela costura em uma nova narrativa de memória, mas agora com o elemento violência, que ela anteriormente trazia como dúvida. No entanto, suas palavras entregam os fatos.

Mas agora falando isso pra vocês lembrei que ele já foi violento comigo sim, uma vez discutindo, ele me empurrou e cai no chão. Ele não gosta de conversar e como eu insisti pra conversarmos sobre um problema, ele se estressou e me empurrou. Ah, minto, essa foi a segunda vez, ele já me prensou na parede quando éramos recém-casados, ele é muito explosivo, é isso que tenho medo porque nunca sei como ele vai reagir. Eu vou perguntando as coisas pra ele e vai se enchendo se enchendo. Ele me socou na parede e bem na hora chegou um casal de amigos nossos e me socorreu. (Fev, 2020).

“Mas agora falando isso pra vocês” é o início da narrativa que ela nos comprova que foi na partilha, na escuta e na possibilidade de narrar com segurança, que ela pôde recompor e assumir sua história. Suas perguntas vão sendo respondidas parcialmente, ela diz: “Mas vejo que ele não trata bem ela (apontou para a sogra), se ele não está tratando bem a mãe, imagina eu” [...] Depois ele volta todo romântico, todo maravilhoso, me beijando, me abraçando, eu tenho que dar um delete e ter estrutura pra aguentar tudo isso” (Fev. 2020)

O processo de reflexão biográfica em grupos compartilhados, situa o coletivo no seio de uma prática individual e o indivíduo no seio de uma prática coletiva, em que se alteram a escrita de si e a compreensão de si pela história do outro, ao mesmo tempo em que vai se experimentando a potência de uma comunidade narrativa. É somente em movimento que a consciência mostra o que ela é. No campo da Psicologia, temos vertentes que priorizam os conteúdos com ênfase na subjetividade, consciente e inconsciente. Neste sentido, observamos o quanto ativar memórias por intermédio da consciência, ajuda a conceitualizar o processo de ressignificação da experiência que se opera pela narrativa, durante e pela mediação biográfica.

No caso específico da Bela, compreendemos que o grupo possibilitou que ela trouxesse para a consciência algumas respostas que ela mesma havia proposto para si, no entanto, ela não apareceu mais nos encontros do Ateliê. Naquele dia, foi dada a orientação de fazer uma nova escrita em casa, agora reorganizada pelas reflexões no coletivo. Ela afirmou sua impossibilidade de escrever com privacidade uma vez que o marido não lhe proporcionava esse espaço, conforme pergunta ao coletivo: “meu deus, como vou fazer isso em casa sem ele ver?” As mulheres em volta deram algumas sugestões para escrever quando ele não estivesse em casa, por exemplo, e ela rebateu “mas esse

homem nunca me larga. Não tem uma parte minha que ele não fuce. Como vou falar mal dele se ele vai acabar lendo?” (risadas). Acho difícil eu conseguir fazer isso, mas vou tentar” (Fev, 2020).

Esta foi a última vez que vimos “Bela”, ela não retornou mais aos encontros. Fato que compõem o quadro de características de mulheres vulneráveis por violência doméstica, conforme pontuam Fonseca, Ribeiro e Leal (2012), sobre o histórico familiar, ou seja, muitas vítimas presenciaram cenas de violência na sua infância. Com isso, estes autores estimam que as mulheres com maiores fatores de vulnerabilidade, como tendência à sujeição, poderão encontrar maiores dificuldades para se afastar dessa situação. Parte da vulnerabilidade das mulheres poderá estar vinculada/associada à sua história de vida pessoal o que será uma forte característica pessoal, para mantê-la neste ciclo, em silêncio e confusa, como Bela está revelando com tantas dúvidas.

Sobre este aspecto, reputamos a necessidade de abordar outras categorias de análise em nossa pesquisa, que norteiam o tema reflexividade, como a questão de gênero e as relações de poder e submissão, justamente porque as narrativas foram reveladoras de um tipo de subjetividade que está dada nas relações culturais, nos papéis e comportamentos reservados e esperados sociais e culturais para a mulher, tais fenômenos podem impulsionar atitudes não desejadas.

No subtítulo 3.2 “Estudos de gênero e violência doméstica”, trabalharemos mais detalhadamente a relação entre essas duas categorias que apareceram nessa análise bastante interconectadas.

3.2 Estudos de gênero e compreensão da violência doméstica

O não retorno de “Bela” ao ateliê e sua fala sobre a condição de vigilância em que vive, nos provocaram indagações e a narrativa de “Dama de Ferro”, abaixo, justifica nosso interesse no tema de relações de poder e subordinação da mulher nas relações afetivas.

Comecei tudo muito cedo e percebo que me fechei muito cedo.
Porque não tinha muito apoio. E ele sempre trabalhou fora e não

me permitiu trabalhar. Fiquei em casa fechada e meu filho acabou ficando em casa comigo fechado. Não podia nem sorrir. (Fev, 2020).

Neste fragmento “Dama de Ferro” fala do lugar que ocupou nesta relação, um lugar que não lhe permitiu ter uma espontaneidade de identidade. E ainda complementou: “Sabiam que só agora que eu sei do que eu gosto, se é ovo cozido ou frito, ou isso ou aquilo. Eu vivi com um homem que me proibiu de ser eu”. (Dama de Ferro, fev, 2020).

Sobre esta questão, Butler (2017), ensina que esta subordinação, ou seja, esta sujeição, é, literalmente, a *feitura*, de um sujeito, o princípio de regulação segundo o qual um sujeito é formulado ou produzido. Essa sujeição é um tipo de poder que não só unilateralmente *age sobre* determinado indivíduo como uma forma de dominação, mas também *ativa* ou forma o sujeito. Portanto, a sujeição não é simplesmente a dominação de um sujeito nem sua produção – ela também designa um certo tipo de restrição na produção, uma restrição pela qual essa produção acontece.

Estudos dessa natureza não são novidade nas ciências humanas e, nessa grafia da violência a busca pela compreensão das narrativas dessas mulheres, foi necessário dialogar com esses estudos.

Neste sentido, vamos abordar o conceito de gênero nesta análise, com interpretação interdisciplinar, evocando em primeiro momento a distinção entre sexo e gênero, que corresponde a uma exigência conceitual feita pelas perspectivas feministas, a partir dos anos 1960. “Construção social e cultural das diferenças sexuais, assim se definiu o gênero”, afirma Margareth Rago (1988), em seu artigo intitulado “Descobrimos historicamente o gênero”, que faz uma análise sobre os desdobramentos do feminismo, o papel da mulher na sociedade, sua entrada nas universidades e na ciência.

Desde os anos setenta as mulheres entraram maciçamente nas universidades e passaram a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e problematizações, seus universos, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença em salas de aula, quanto pelas produções acadêmicas que vinham à

tona. Histórias de vidas privadas, de maternidade, de aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empregadas, enfermeiras, fogões e panelas invadiram as salas de aula e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente. O mundo acadêmico passou a ganhar, novos contornos e novas cores. (RAGO, 1998).

Essa ferramenta que Rago (1998) aponta para a inclusão das mulheres na vida social, libertas de um vínculo patriarcal historicamente estabelecido. No fragmento da narrativa de *Dama de Ferro*, encontramos evidências sobre este tema. “Ele exigia casa bem limpa, comidinha pronta e que ele gostava, não podia fazer as que eu gostava”. (Fev, 2020). Às mulheres restou um lugar social do lar, da vida privada e restrita aos desejos de um masculino aprovado socialmente. Percebemos que ao analisar a relação de poder e dominância, adentramos também no território sobre gênero, e notamos que as categorias violência doméstica e gênero se entrelaçam, como nos conta *Empoderada*, no fragmento abaixo:

Tinha que concordar com tudo o que ele falava e mandava, tudo era ele, eu não tinha a minha opinião, sofria calada, cada dia mais, mas ele nunca pediu para eu não contar o que ele fazia, eu que não contava de vergonha. (Fev, 2020).

Aqui, encontramos a subjetividade já tomada por um assujeitamento em direção a outro, e além de visualizarmos questões de dominação/poder e gênero masculino sobre o feminino, encontramos a instauração do elemento silêncio espontaneamente, sem ser exigido pelo companheiro, mas há uma vergonha em admitir por fatores impregnados na cultura.

Quando Rago (1998) fala desses estudos das intelectuais feministas, engajadas na libertação das mulheres, ela nos fala nesse recorte de análise. As narrativas coletadas no ateliê sinalizaram que as subjetividades femininas em construção apontam variáveis de uma complexa relação de poder com o masculino que transborda da perspectiva verticalizada: homem-domínio x mulher-dominada.

Da história das mulheres, passou-se a falar repentinamente na categoria do gênero entre as décadas de 1980 e 1990. Uma imensa literatura se abriu nesta temática, e autores como Derrida e Foucault, com a perspectiva de dissolução do sujeito, fundamentavam essas ações. Progressivamente, as

feministas ortodoxas, que relutavam em aceitar a reviravolta epistemológica em curso, por deslocar o foco do “sujeito mulher”, para a análise das relações de gênero, questionavam o embaralhamento das identidades sexuais, apontando para a importância de se preservar a identidade feminina como forma de reforçar a agenda pública feminista e encaminhar as lutas políticas atuais. Foi ficando muito claro, que se vivia uma atualização no campo do conhecimento e que esta não provinha apenas das questões levantadas pelo feminismo.

De vários lados, do “pensamento da diferença”, da psicanálise, do historicismo, entre outras correntes críticas do pensamento, emergia a crítica à razão, ao sujeito universal e a lógica da identidade. O deslocamento do sujeito, a dissolução e historicização das identidades, a desnaturalização de inúmeras dimensões da vida social, cultural e sexual, um novo olhar se construía. (RAGO, 1998, p. 90-91).

O campo de estudos de gênero consolidou-se no Brasil no final dos anos 1970, concomitante ao fortalecimento do movimento feminista no país. Farah (2004) afirma que o uso mais frequente sobre o conceito de gênero é o proposto pelo feminismo da diferença. Este rejeitou pressupostos do feminismo da igualdade, que afirmava que as únicas diferenças efetivamente existentes entre homens e mulheres são biológicas-sexuais, e que as demais diferenças observáveis são culturais, derivadas da relação de opressão, e, portanto, devem ser eliminadas para dar lugar, a relação entre seres iguais.

Para as teóricas e teóricos da diferença, o conceito de gênero remete a traços culturais femininos e masculinos construídos socialmente sobre a base biológica. Constrói-se assim uma polarização binária entre os gêneros, em que a diferença é concebida como categoria central na análise, porém atravessada em muitos casos pela desigualdade. As diferenças entre homens e mulheres são enfatizadas, estabelecendo-se uma polaridade entre masculino e feminino, produção e reprodução, e público e privado. Para o feminismo da diferença, o poder concentrado na esfera pública, estando nessa polaridade a origem da subordinação das mulheres. (FARAH 2004, p. 48).

A vertente pós-estruturalista, por sua vez destaca o caráter histórico das diferenças entre os gêneros e a própria construção social da percepção da diferença sexual. Essa corrente chama a atenção sobretudo, com a necessidade de se romper com a homogeneização interna a cada um destes campos – o

feminino e o masculino -, reconhecendo a existência da diversidade no interior de cada um, o que requer que se incorpore à análise de outras dimensões das relações sociais. Farah (2004) preconiza que, o conceito de gênero, ao enfatizar as relações sociais entre os sexos, permite a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres, que envolve como um dos componentes centrais, desigualdades de poder. Sendo possível, constatar, no entanto, que o padrão dominante das identidades de gêneros de adultos envolve uma situação de subordinação e de dominação as mulheres, tanto na esfera pública, quanto na privada.

A compreensão sobre os enunciados apresentados pelas mulheres dessa pesquisa e que agora compõe essa grafia da violência, foi elaborada a partir da herança emancipatória dessas intelectuais dos estudos do gênero. Perceber o que estamos nos tornando a partir dos relatos reflexivos sobre práticas cotidianas naturalizadas. Pensar sobre elas é o mesmo que desvelar novas possibilidades de existência pela resignificação.

As feministas avançaram as críticas, questionando a figura do sujeito unitário, racional, masculino que se colocava como representante de toda a humanidade. As mulheres, portanto, não tinham história, absolutamente excluídas pela figura divina do Homem, que matara a Deus para se colocar em seu lugar. E seguindo este raciocínio Rago (1998), traz conceitos de Deleuze, como o “pensamento arborescente e pivotante”, que é fundado no privilégio do sujeito e, portanto, construído a partir da lógica de identidade, para as possibilidades de um pensamento relacional e diferencial, ou “rizomático”. A autora pretende elucidar com essas referências, que as subjetividades são históricas e não naturais e que os sujeitos estão no ponto de chegada e não de partida, como acreditava-se até então; e ainda que as conexões podem ser estabelecidas entre campos, áreas, dimensões sem necessidade exterior pré-determinada. O que isso tem que ver com nosso cotidiano? Parece naturalizado e quase nunca se percebe, mas foi narrado pelas mulheres ouvidas. Ouvir delas sobre a compreensão delas mesmas e suas identidades nos revela que embora a identidade sexual seja um ponto determinante no social, a forma como essas convenções engendram nas relações desiguais de poder entre homens e mulheres, as tornam ainda mais vulneráveis.

A “Empoderada” narrou nesta perspectiva: “Um dia vindo falei que queria fazer vestibular para ser enfermeira. Ele não me respondeu, só me bateu [...] quando viam as marcas em mim eu dizia que caía, que eu batia na porta do carro. Eu inventava desculpas” (Fev, 2020). O desejo de estudar, se especializar e ter uma identidade profissional por parte da mulher, gerou automaticamente da outra parte, a agressão do homem, esta foi o conteúdo do enunciado. Aparece nesse caso, a diferença entre o que é narrado e o discurso da narração, por um lado a narrativa da violência, mas o que encadeia sentido é o discurso que, nessa grafia pode ser compreendido pelos estudos da identidade de gênero.

A agressividade retratada nas narrativas supracitadas evidenciam o conceito de violência experimentados por estas mulheres; configurações que mais do que explicar as diferenças ao nível das representações e práticas de violência doméstica em função da personalidade masculina e femininas distintas, nos despontou ser comum na narrativa de todas elas, o que indica um pensamento social enquanto uma memória coletiva constantemente atualizada e operacionalizada nas relações entre gêneros, como cita Coluna de Fogo: “sempre armado ele me colocava medo e ameaças. Me batia na frente dos meninos, eles gritavam de medo e tinham convulsão, de medo que ele me matasse. Ele batia nos meninos também. [...] a arma é o poder dele. (Fev, 2020).

Ser mãe e estar na condição da identidade materna e poder oferecer ao agressor o objeto do seu desejo de ser pai foi narrado por “Empoderada” como um exercício feminino de uma tentativa de travar a violência na relação. “as pessoas diziam que ele era agressivo porque precisava de um filho. Então fui lá e fiz um filho pra ele. Pensa que adiantou? Ele continuou agressivo, nunca deu bola pra eles”. (Fev, 2020). Aqui nos deparamos com a função feminina socialmente construída, de suprir as necessidades e desejos masculinos, especialmente a maternidade. Assumindo um lugar exigido por eles, na condição de relação conjugal ideal. Já na narrativa de Coluna de Fogo, a maternidade aparece como mais um ponto de fragilidade nas relações de violência. O medo era estendido aos filhos. A violência doméstica pode ser compreendida como o momento em que a relação de poder entre homem e mulher não é mais possível porque a vida dela e dos filhos está ameaçada.

“Empoderada” narra uma cena banal e cotidiana que nos faz compreender o limite das relações de poder. Tal fato nos revela particular relevância, por nos

apresentar um entrelace entre a questão de relações de gênero e as facetas da violência que interrompe o exercício de poder no âmbito das relações. Sobre isso, Empoderada nos diz:

Ele foi molhar as plantas no quintal, e deixou a mangueira jogada lá, daí eu pedi para ele guardar a mangueira. Ele pegou aquela mangueira e me deu uma surra com ela, com seis meses de casados. Doeu muito, muito. Mas talvez não foi a dor da batida da mangueira, mas sim a dor de ser surrada pela pessoa que eu amava muito. Doeu meu coração. Daquele dia em diante, foram muitas surras, assim do nada, eu não podia dizer nada. Tinha que concordar com tudo o que ele falava e mandava, tudo era ele, eu não tinha a minha opinião, sofria calada. (Fev, 2020).

O enunciado parece corriqueiro na cena doméstica: uma tarefa doméstica realizada pelo homem e que recebe um pedido a mais da mulher, que talvez, tivesse significado uma incompletude da tarefa, ou uma ingratidão pelo feito masculino e desencadeado em uma violência. A narrativa termina dizendo: “tinha que concordar com tudo o que ele falava e mandava, tudo era ele, eu não tinha minha opinião, sofria calada”. Podemos compreender como paráfrase “eu não poderia exercer um poder”. A fala da Empoderada nos revela um entrelace da violência com a relação de dominação, instituída pela subordinação ao masculino ainda em voga na sociedade.

Mais uma vez percebemos a violência e a relação de poder envolvidas nas atitudes, e o cerceamento de liberdade na proximidade da surra ou ameaça por morte, fator limítrofe da vulnerabilidade, impeditivos de uma reflexão de um contexto de vida. Coluna de Fogo disse em sua narrativa: “Ele foi preso em Rio Negrinho porque me bateu e me espancou. E ficou sem o porte de armas, daí ele achou que fui eu que denunciei ele, me bateu mais. Mas eu juro que não fui eu” (Coluna de Fogo, fev, 2020). O fato dele achar que ela havia denunciado o porte de armas é um indicativo de que ela exerce, mesmo que menos do que ele pensa, um exercício de poder. Nesse caso específico é a Rede Catarina que garante a simetria entre esses dois poderes.

A narrativa de “Coluna de Fogo” é um retrato da intimidação e da continuidade do abuso do poder masculino sobre o feminino, o que impedia uma reflexão sobre a realidade, bem como suas identidades: “lembro que a vida com ele era muito mais pesada. Eu nem sabia quem eu era”. (Dama de Ferro, fev,

2020). E ainda sobre a confusão de identidade Empoderada acrescenta: “Pensa que difícil que era pra *mim* ter de viver de cara fechada. Eu sempre fui sorridente e brincalhona, mas estando com ele eu não podia sorrir, que ele já desconfiava que eu estava fazendo algo de errado (Fev, 2020). Aqui ela mostra que não tinha liberdade de ser a mulher sorridente que gostaria de ser, e “Dama de Ferro” acrescentou: “eu também não podia rir. Aliás eu nem sabia direito o que era isso, nem sabia do que eu gostava, porque nunca tinha chances de pensar em mim” (Fev, 2020).

Saber quem se é, refletir sobre a própria identidade e escolher identificações parece ser algo distante na reflexão sobre as vidas dessas mulheres. Retrospectivamente elas pensam sobre aquilo que eram designadas a ser e sobre o que poderiam ter sido. Suas histórias individuais não estão desconectadas de questões culturais e sociais que já foram registradas nos estudos de gênero. Rago (1998) apontou que mulher, homem, criança, trabalhadora, prostituta, louca, deixaria de ser pensados como naturezas biologicamente determinadas, aspecto que se observa em todas as outras construções de identidades. A própria noção de identidade era historicizada e questionada, juntamente com a ilusão da interioridade e da essência que a informava. A figura do sujeito tal como a pensamos era definitivamente destruída, porque puramente ficcional. E passamos a reconhecer a reposição da mesma figura do sujeito em toda a parte, disfarçada por seu próprio nome.

Cabe ressaltar que, nessa discriminação de temas ligados à problemática das mulheres, houve uma convergência com o movimento feminista que se diferenciava dos movimentos sociais. Quando citamos nesta dissertação, movimento feminista, entenda-se por transformação da situação das mulheres na sociedade, de forma a superar a desigualdade presente nas relações entre homens e mulheres. O movimento feminista, segundo Farah (2004), assim como a discriminação nos movimentos sociais urbanos de temas específicos à vivência das mulheres, contribuiu para a inclusão da questão de gênero, na agenda pública de temas discutidas pelo Estado, naquela ocasião.

Rago (1998) lembra que ainda hoje, há uma enorme resistência, para o entendimento da dissolução do sujeito operada por Foucault, quando tinha como tema o sistema prisional francês. Não se trata nessa lógica de negar a existência dos seres humanos e de suas práticas, muito menos de encerrá-los nas grades

disciplinares, atando suas capacidades criadoras, mas de denunciar estas formas de prisão que não se objetivam apenas no espaço carcerário propriamente dito. Na perspectiva foucaultiana, é bom lembrar, a identidade é outra das grades que nos encerra, sobretudo a partir do século XIX, assim como os micropoderes da vida cotidiana, com que convivíamos até então com certa normalidade. Foucault, citado por Rago (1998), denuncia a armadilha de que temos sido vítimas ao tomarmos um modo histórico de produção da subjetividade, marcado fundamentalmente pela dimensão da sujeição na sociedade burguesa, desde fim do século XVIII, como sendo natural para qualquer momento histórico.

Nessa perspectiva, o indivíduo é uma construção relativamente recente, assim como o próprio social. Na área dos estudos feministas, a convergência das problematizações é evidente, muito embora a preocupação central, neste caso, seja a de questionar a dominação masculina constitutivas das práticas discursivas e não discursivas, das formas de interpretação de mundo dadas como únicas e verdadeiras. As mulheres reivindicam a construção de uma nova linguagem, que revele a marca específica do olhar e da experiência cultural e historicamente construída de si mesmas. Mais do que a inclusão de mulheres no discurso histórico, trata-se então, de encontrar categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina. (RAGO, 1988).

Ousaria dizer que mais do que incluir mulheres, trata-se de entender o que estamos nos tornando em relação aos homens e aos sentidos sociais de femininos e masculinos. Mulheres exercendo papéis objetivos de desejos e domínios masculinos e, por outro lado esperando a proteção masculina. Empoderada narrou um momento em que o ciúme tomava conta da relação e evidenciou em sua narrativa o comportamento masculino de posse sobre o feminino.

Veio minha irmã e meu cunhado visitar nós, vieram de Blumenau e ele já ficou com ciúmes achando que meu cunhado estava dando bola pra mim e me olhando. Brigou comigo, segurou forte meu pescoço como querendo me enforcar. Me pegou pelos cabelos e disse que eu estava dando bola pra aquele cara. Isso não era verdade, ele que enxergou coisa onde não existia.

Chorei muito a noite toda, trancada no quarto. Ninguém viu e eu não contei. (Fev, 2020).

O cenário da violência, entrelaçado às relações de gênero, se misturam neste fragmento a tal ponto, que fica difícil separar o que é um e o que é outro. No entanto, cabe lembrar que esta não é a nossa intencionalidade, mas sim evidenciar os desdobramentos da grafia da violência, num processo de reflexividade das histórias de vida das participantes, diante de contextos como este. A posse do masculino sobre um feminino, objeto dado como uma normalidade na cultura se desdobra no cotidiano da violência contra as mulheres

“Dama de Ferro” também afirmou: “nunca podia sair com amigas, fazer o que eu gostava, fui me fechando e meu filho junto, pois nada podia fazer que era errado, olhava em meu guarda-roupa e pensava, nossa, cheio de roupa para sair e eu não posso”. (Fev, 2020). Nessas amarrações de narrativas, notamos que o fato de serem mulheres, as colocava no lugar de obediência, e de certas renúncias de serem quem desejavam ser. Coluna de Fogo também nos dá evidência de ter experimentado este lugar de submissão. “Só que me livrar dele ainda é difícil, sou prisioneira”. (Fev, 2020). Aqui trata-se de identidades de mulheres, e ser reconhecida como uma mulher obediente, devota ou passiva é também uma forma de exercício da identidade e, em alguma medida, ser aceita e elogiada socialmente. Nos casos narrados, aceitos sobretudo pelo silêncio que as produzia.

Compreender essas identidades de gênero na relação de poder entre mulheres e homens torna mais complexa a questão. Facilmente se vê de forma estereotipada a relação vertical entre o homem agressor e a mulher agredida, no entanto, elas se compreendem amarradas em uma teia de sedução desse masculino que, supostamente, deveria protegê-las. Temos mais uma indagação confusa de Bela: “dentro de mim talvez ainda não tive a coragem de aceitar que eu sei viver sozinha sabe? Eu sou muito dependente dele, eu acho que sem ele eu não vou conseguir viver”. (Fev, 2020).

Narrativas como estas nos dão mostras de que todo o nosso público de pesquisa foi submetido às relações de poder em alguns episódios da vida, advindos de uma crença de gênero, sobre o lugar social da mulher no âmbito conjugal, de ser submissa e protegida pelo masculino, e da sensação de dificuldade de viver sem o companheiro. Vulnerabilidades de assujeitamento que

não as deixavam perceber que não estavam protegidas por eles, e que as dificuldades já estavam instaladas nas relações de seus cotidianos. “Dama de Ferro” mostrou este fato: “Cansada e sozinha com meu filho, claro, mas precisando de alguém para que no caso, achava que era dever dele cuidar de mim, dar um apoio nessa hora, e nada.” (Fev, 2020).

A categoria do gênero entendida, portanto, a partir da sexualização das experiências humanas, permitiu que nos déssemos conta de que trabalhávamos com uma narrativa extremamente dessexualizadora. Embora reconheçamos que o sexo faz parte de nossas experiências, raramente este é incorporado enquanto dimensão analítica. E seguindo neste raciocínio, pensamos na dimensão sexual que constitui nossa subjetividade e que habita nossas práticas cotidianas, muito além das relações especificamente sexuais. Uma partilha cultural que se tem até considerado como fundamental no universo masculino e o feminino, separando os corpos e opondo-os entre si.

Fundamentalmente, passamos a perceber que o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século XIX, mas sobretudo por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente. (RAGO, 1998, p. 93).

Dias (2004, p.225), enfatiza que “gênero passou a ser entendido como a elaboração cultural do sexo, isto é, refere-se aos comportamentos e expectativas socialmente aprendidos a propósito de ambos os sexos”. Neste sentido, o gênero constitui uma categoria social que estabelece, em larga medida, as nossas possibilidades de vida e orienta as relações sociais, ou seja, é constituinte de identidades pessoais e sociais.

A partir do momento em que a variável sexo é conceitualizada enquanto categoria social, o objeto de análise já não são as diferenças entre homens e mulheres, mas sim, o pensamento social sobre a diferenciação entre o masculino e o feminino. Tal fato revestiu-se de particular importância na escrita dessa dissertação, na medida em que, mais do que explicar as diferenças ao nível das representações e práticas de violência doméstica em função da personalidade masculina e femininas distintas, importava ter em consideração o referido

pensamento social enquanto ideologia coletiva constantemente atualizada e operacionalizada nas relações entre gêneros.

Desta forma, a pesquisa partiu da proposição de que o mundo é vivido e representado de forma diferente pelo homem e pela mulher, ou seja, as experiências, os discursos, as práticas e representações sobre a violência doméstica são distintos em função do gênero. Este conceito de gênero, tal como foi por nós adotado, também é conduzido pela noção feminista de que o significado particular à violência doméstica reflete a pertença, sobretudo da vítima, a uma determinada categoria social, embora o conceito de gênero, tal como é acionado pelas perspectivas feministas, nos remeta igualmente para um conjunto de divisões mais complexas que radicam na própria estrutura social, e que estão na base dos processos de operações da mulher (DIAS, 2004).

De qualquer forma, estas perspectivas consideram nas suas análises, sobretudo o gênero feminino, quer nas condições de vítimas históricas da violência, quer na produção de conhecimento, tendo as pesquisadoras um acesso privilegiado ao fenômeno, na medida em que, pertencem à mesma categoria social das vítimas, ou seja, são mulheres. Dias (2004) considera que gênero não constitui um atributo individual, mas uma categoria criada através da interação social, sendo que a própria estrutura social existe na medida em que os atores continuam a interagir com vista a reproduzir as relações de gênero. Assim, este é constituído quando os indivíduos (consciente ou inconscientemente) se implicam em comportamentos identificados com significados específicos de gêneros. Informações estas, que podem levar a conclusão de que certos comportamentos agressivos contribuem para reprodução social de relações gênero (assimétrica), apesar de poderem ser considerados como comportamentos de gênero (masculino e feminino) supostamente normais, ou naturais. Diante dessas diferenças, é inegável o contributo para a compreensão do modo como o gênero é constantemente reproduzido através de comportamentos de homens e mulheres, desde os aparentemente mais inofensivos até os mais violentos.

Contudo, situar gênero neste estudo, nos colocou o desafio de confrontar a noção de que a diferenciação de gênero não só reforça as assimetrias delas decorrentes, como também hierarquiza os lugares femininos e masculinos, com representações e práticas que tendem, ora a corroborar, ora a diluir a referida

assimetria, deixando neste caso, a porta entreaberta para domínios de uma relativa autonomia, sobretudo das mulheres. Esta questão nos remete a problemática da aprendizagem social dos papéis de gênero e para os processos de sua legitimidade cultural ou, para o processo de incorporação do hábito, no sentido de que o mundo social constrói o corpo enquanto realidade sexuada e com depositários de princípio de visão e divisão sexuentes.

Em meio a diferenças teóricas sobre o conceito de gênero, tal como foi citada nesta dissertação, corroboram-se as dificuldades de se estudar violência doméstica através de um único paradigma, pelo que os próprios conceitos acionados refletem a diversidade dos contributos disciplinares convocados.

3.3. O que pode produzir a narrativa como Patrimônio Comum da Humanidade?

No campo das pesquisas (auto)biográficas é lugar comum dizer que a narrativa por si só é uma reflexividade sobre si, como afirmou Ricoeur (2010) no livro *Tempo e Narrativa*. Porém, ainda nos parece surpreendente a potência das narrativas enquanto organizadoras de memórias e identidades produtoras de consciência de si mesmo e de uma existência emancipatória ressignificada. Neste emaranhado de confusão de identidades silenciadas e dificuldades de reflexões de si mesmo, percebemos que o ato de narrar em ambiente seguro, teve a potência de promover consciências reflexivas, conforme já descrito no capítulo um e agora corroborado por elas, como demonstra *Dama de Ferro*.

Percebi que na verdade minha família se preocupava comigo sim, mas eu achava que não, eu não via isso. *Pra* “mim” escrever mexeu muito. Escrevendo aqui saí bastante reflexiva naquele dia, mas chegando em casa, nossa, como mexeu, pensei naquela frase que você deu e pensei, meu deus o que foi que eu fiz da minha vida, ou porque que eu deixei chegar nesse ponto? As pessoas viam e eu não via. Agora eu tô vendo o que as pessoas viam. (Fev, 2020).

Sobre isso Santana (2017) diz que o ato de narrar existe como atividade humana espontânea, desde que se instaure num ambiente propício à sua consecução e que possibilite um movimento de construção e reconstrução de

histórias que fundamentam ou que legitimam um sujeito. Ambientes seguros que promovam a quebra do silêncio movimentam as escutas de si e do outro. “Coluna de Fogo” nos dá pistas de reflexividade.

Eu penso que fiz tudo errado pra chegar até aqui. Quando li minha história e tive conhecimento dessa mulher, da mulher que sou, tive muita pena dela. Parecia muito fraca e medrosa, na verdade eu sou assim. Se eu tivesse feito certo eu também nem estava aqui. Eu pensei fiz tudo errado, minha família era estruturada eu que fiz tudo errado (Fev, 2020).

Bosi (2003) conta que narrar a vida, é dela se apropriar, refazendo os caminhos percorridos, o que é mais do que revivê-los. Trata-se, portanto, de ampliar a possibilidade de inventar novos modos de ser no mundo, a partir do vivido e do encontro com o outro; de incorporar o vivido, o passado que se faz presente.

Cheguei à conclusão de que se eu tivesse enfrentado ele na primeira vez que ele me tratou mal, eu teria me livrado disso tudo muito antes. Por que que eu não fiz isso na primeira vez que ele me bateu? Eu devia ter feito escândalo no primeiro momento já, mas eu era tão inocente naquela época, eu não ia conseguir. Porque eles faziam chantagem emocional com a gente né? E nós ficávamos quietas”. (EMPODERADA, fev, 2020).

Josso (2010) nos fala que as narrativas e o trabalho intersubjetivo de análise e de interpretação dão acesso a um conhecimento de si, no entanto, os efeitos transformadores desse trabalho são aleatórios porque são exclusivamente orientados pelo pensamento reflexivo. A reflexão biográfica permite, portanto, explorar em cada um de nós, as emergências que dão acesso ao processo de descoberta e busca ativa da realização do ser humano em potencialidades inesperadas.

“Empoderada” em seu discurso narrativo nos mostra esta transformação de suas reflexões: “Eu também estou viajando, livre e solteira, estou até bronzada, está tudo muito bom assim. Nossa, como é maravilhoso pra quem consegue se libertar e ver o valor que a gente tem”. (Fev, 2020).

O processo de reflexividade apareceu nas narrativas, decorrentes de vários episódios vividos por elas, manifestados por *insights* e atitude de reinvenção de si, como por exemplo relatou Dama de Ferro. “Esperei até o Natal e ele não veio. Foi nesse momento que eu olhei para o espelho e falei pra mim

mesma: eu não mereço isso. E comecei a ir atrás e arrumar os papéis do divórcio. (Fev, 2020).

Neste ponto, percebemos que chegou na condição limítrofe de tolerância a vulnerabilidade, conduções de vida que foram gerando reflexões e em contrapartida coragem de enfrentamentos do contexto atual.

“Empoderada” nos dá sinais de enfrentamentos e ressignificações também: “o meu namorado que botei na cadeia disse: se você me colocar na cadeia, um dia eu saio, pois eu respondi, saia que coloco na cadeia de novo. Agora não tenho mais medo. Me livrei de dois trastes, vocês viram né? Em dois relacionamentos que tive um era pior que o outro. Aprendi com esses erros. Me sinto empoderada agora.” (Fev, 2020).

Foucault (2006) nos fala sobre a submissão do indivíduo e a verdade sobre si. Nisso, ele apresenta conceitos como ascese filosófica e ascese cristã, conforme descritos no primeiro capítulo e agora evidenciado nas narrativas femininas que buscam dar sentidos, aos fatos vivenciados em suas histórias. O autor ensina que na ascese filosófica o objetivo principal não é a renúncia de si. Trata-se de constituir para si mesmo um equipamento de defesa contra os acontecimentos possíveis de vida. Com a finalidade de que o sujeito constitua a si mesmo. É a ascese da prática de si, que não tem por princípio a submissão do indivíduo à lei. Tem por princípio ligar o indivíduo a verdade. E sobre esta perspectiva de construir meio de defesa sobre os acontecimentos da vida. Empoderada nos revelou a seguinte narrativa:

Mas ele saiu do portão e foi pra lanchonete beber mais ainda. Aí fiquei com medo, peguei minha filha e disse pra nós ir dormir na casa da tia. Minha filha disse: “não mãe, vamos enfrentar e chamar a polícia se precisar.” Aí percebi que minha filha tava certa, que eu não precisava ficar fugindo disso. [...] Aquele momento foi decisivo pra mim, como se eu tivesse poder de conseguir fazer o que precisava ser feito. (Fev, 2020).

Momentos de enfrentamento como estes, nos dão evidências de estratégias para sair do lugar de vulnerabilidade e submissão, e são resultados de reflexividades, um tipo de *insight* que muda a direção de uma história. Empoderada conta como procedeu neste enfrentamento:

Tranquei toda a casa, liguei os alarmes e fechei os portões. De repente, o bêbado chegou mais bêbado. Falei pra ele ir embora que eu ia chamar a polícia. Ele ficou no portão me destratando. Querendo entrar e eu não deixava porque ele tava muito agressivo. Ativei o alarme e chegou o segurança e a guarnição da polícia. Levaram ele preso. (Fev, 2020).

Para Josso (2007), o ser consciente é uma dimensão necessária para nosso ser-no-mundo enquanto ser em transformação. Sem essa dimensão, nenhum desenvolvimento é possível, nenhuma percepção de si é possível, e, portanto, nenhuma possibilidade de construção de conhecimento de si. A qualidade dessa atenção consciente resulta de uma escolha, de um trabalho, de uma vontade perseverante, de uma disciplina, como demonstrado por Empoderada acima.

“Dama de Ferro” contou como se sentiu após um processo de consciência de si mesma: “Hoje posso dizer, estou vivendo. Uso as minhas roupas do guarda-roupas para sair e muito [...] Estou me cuidando e cuidando do meu filho. Estamos sorrindo. O que uma separação não faz hein? (Fev, 2020). Nestas narrativas há um processo de dizer verdadeiro, do dizer a sua verdade, do modo espontâneo e singular que pode ser dito e que por alguma circunstância da vida, se fez calado. Dama de Ferro, ainda acrescenta sobre sua reflexividade no ateliê:

Teve um ponto alto pra mim na hora da escrita, cheguei a refletir a seguinte frase, meu deus porque não ouvi o meu pai e a minha mãe? Se eu tivesse escutado talvez eu não estivesse aqui escrevendo isso. Mas, pensando bem, isso que me moldou, poderia também não ter sido a pessoa que sou hoje. Agora tô aqui pra ajudar outras mulherada, desde que elas queiram. (Fev, 2020).

Josso (2007) diz que a consciência da realidade adquire uma nova significação quando ela se situa para além da apropriação ingênua das tradições e costumes. Não há possibilidade de o indivíduo escapar da sua condição social, pois ele se eleva acima da sua particularidade. A experiência é situada no contexto das tradições, que por sua vez se amplia em círculos cada vez mais amplos para se estender à totalidade histórica, até atingir um conhecimento universal.

Portanto, a experiência do outro, do ponto de vista histórico, vem a fim de aprender a elevar-se para além dos preconceitos do próprio presente. Como podemos notar na narrativa de reflexividade de Dama de Ferro: “cresci numa religião e numa família que precisa pregar o perdão e perdoar sempre. Mas como isso cansava. [...] Foi um soco na alma quando ele me disse; arrume os papéis encontrei outra pessoa. Vi que aquele perdão não resolvia nada”. (Fev, 2020).

Passegi (2011), diz que os preconceitos que guiam nossas ações no mundo e que foram construídos na interação com tradições herdadas e reconstituídas povoam nossa existência de dilemas, de sentimentos de inadequação e/ou adequação aos ambientes sociais e criam zonas de conforto e/ou desconforto. Se somos filhos de nosso tempo, mais do que filhos dos nossos pais, a resignificação da experiência vivida, durante a formação, implicaria encontrar na reflexão biográfica, marcas da historicidade do eu, para ir além da imediatez do nosso tempo e compreender o mundo, ao nos compreender.

Agora retomo o conceito de *parresia*, mencionado no início desse capítulo, no que tange a coragem da verdade, e na possibilidade de conseguir eliminar o elemento silêncio, verificamos o excerto de “Coluna de Fogo”:

Adorei estar aqui falando com vocês, é o que eu tenho procurado fazer porque ninguém me ouve. Não consigo falar essas coisas com meus filhos porque qualquer palavra mal colocada dá tudo errado. E aqui eu pude falar sem ficar medindo. Tenho que ficar tapando as coisas, principalmente com a família. Isso é terrível. Tenho procurado ser ouvida e aqui encontrei isso. (Fev,2020).

Reforçamos aqui, que o Ateliê Biográfico não se trata apenas de um método de pesquisa, mas de uma prática de formação. O que nele se fala, ou se cala, não visa interesse no pesquisador, mas sim a pessoa em formação e do grupo que aprende com a história do outro e a potência de quebrar o silêncio

Remetemos este pensamento à própria provocação de Foucault (2011), na busca de compreender a partir de que práticas discursiva se constituiu como objeto de saber possível, o sujeito falante, o sujeito trabalhante, o sujeito vivente? e seguindo esta interrogação, acrescentamos ainda os sujeitos mulheres, compreendemos então, nos fragmentos da violência, não o discurso em que se poderia dizer a verdade do sujeito mulher, mas o discurso de verdade que estes

sujeitos mulheres são capazes de dizer sobre si mesmo [sob] algumas formas culturalmente reconhecidas e típicas, por exemplo a confissão e o exame de consciência, evocada por um outro, que nos constitui e convida a dizer de si. Esse outro, é uma qualificação necessária, de um personagem incerto, um tanto nebuloso e flutuante, é uma certa prática, uma certa maneira de dizer, a fala franca, chamado *parresia*. Sobre isso, demonstro um fragmento da minha própria autoria.

Percebam, sempre falei sobre isso, mas só agora estou conseguindo ver melhor. Sempre tentei trabalhar a violência doméstica por alguma via. Vocês sabiam que eu cheguei no mestrado com desejo de falar sobre este tema, mas eu não enxergava isso em mim? Foi ter participado do experimento piloto no grupo de pesquisa, que me fez ter esta reflexão. (GRACIANE, fev, 2020)

Ao olhar este trecho, percebo que eu já era *parresiasta* da minha própria violência, porém, de forma flutuante e sem consciência disso. Meu dizer verdadeiro sempre esteve presente nas minhas interlocuções, mas precisei da voz de um outro, para escutar a minha verdade.

Foucault (2011) ensina que *parresia*, é o estudo da fala franca, uma modalidade do dizer-a-verdade. É o ato pelo qual essa verdade se manifesta. Ele sugere que é importante analisar, em suas condições e em suas formas, o tipo de ato pelo qual o sujeito dizendo a verdade, se manifesta, e representa a si mesmo, e é reconhecido pelos outros como dizendo a verdade. Não se trataria de analisar, quais são as formas do discurso, tais como ele é reconhecido como verdadeiro, mas sim: sob que forma, em seu ato de dizer a verdade, o indivíduo se constitui e é constituído pelos outros como sujeito que pronuncia um sujeito do dizer verdadeiro, sob que forma se apresenta, a seus próprios olhos e aos olhos dos outros.

Eu falei que minhas reflexões partem do ponto de dar voz, tanto na condição de psicóloga, profissão que não me veio ao acaso, depois de ter tido o meu psiquismo abalado por quadros de violência, e na minha carreira de pesquisadora: vejam só, minha monografia de faculdade teve o título: A ausência da figura paterna. Meu artigo da pós-graduação teve o tema: O Brincar e suas Fantasias. A minha dissertação de mestrado vai se chamar: Narrativas femininas: uma grafia da violência. (GRACIANE, fev, 2020).

Diante de tudo isso, hoje percebo que assumi o ato de dizer a verdade, do dizer verdadeiro, da forma com que eu consegui dizer naqueles momentos, e da forma com que me foram autorizados a fazer, e principalmente, percebi que eu repito ainda o modo com que me fora ensinado na infância pela voz materna: “não conte a ninguém, mas escreva o que sente”. Escritas narrativas que não revelavam claramente a violência domiciliar, mas que foram descobertas pelo Ateliê Biográfico nas minhas próprias reflexividades.

Para findar esta dissertação, assumo que a “grafia da violência” é o desenrolar da minha própria história, entrelaçado pelos fatos e pelo silêncio e sublimada neste efeito simbólico de dissertar sobre mim mesma. Contudo, percebi que aquele que fala, assume a coragem da verdade e o risco de dizer, a despeito de tudo, toda a verdade que pensa, mas é também a coragem do interlocutor que aceita receber como verdadeira a verdade que ouve.

Por conseguinte, considero prudente destacar a potência da narrativa como um Patrimônio Cultural, mas especificamente como um bem comum da humanidade e, para isso, cito novamente Venera e Albuquerque (2019) que nos dizem que o direito de narrar e de ser escutado deva ser entendido como Patrimônio Comum da Humanidade, porque a vida não pode continuar sem linguagem. Uma vida sem linguagem não é uma vida humana vivida verdadeiramente. Ao patrimonializar um bem, valores lhe são atribuídos, e os critérios adotados levam em consideração o valor representativo daquele bem para uma coletividade. Situação que experienciamos neste ateliê, e que foi desejado replicar na sociedade pelas participantes: “temos que levar nosso ateliê para outras, vamos divulgar isso nas redes e fazer isso aqui ficar forte. Não me importo de revelar meu nome e mostrar minha cara. Hoje tenho orgulho do que me livre e quero contar”. (EMPODERADA, Fev, 2020).

As práticas narrativas de si são apenas ferramentas que pessoas em condições de vulnerabilidade utilizam quando suas identidades mais ou menos estáveis estão ameaçadas. Narrativas são formas de expressão que devam ser salvaguardadas como bem comum para um novo pacto civilizatório. Para nós, sujeitos mulheres em condições de vulnerabilidade por violência, narrativa é, além de Patrimônio Comum da Humanidade, um resgate à própria vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo começou numa vida silenciada e no cerceamento da liberdade de falar. Com estes pontos de partida a pesquisa buscou estabelecer diálogos e produção de memórias individuais e coletivas por meio de narrativas de vida de mulheres anônimas, mas que tinham um tema em comum a ser compartilhado e salvaguardado como Patrimônio Cultural da Humanidade. Desse modo a pesquisa teve a potência de devolver-lhes o direito de narrar à vida, em espaços seguros denominado Ateliê Biográfico.

A pesquisa foi dirigida para o conhecimento da grafia da violência e seus desdobramentos pela voz de quem já a experimentou em âmbito privado e teve a coragem para revelar em âmbito público. Neste sentido buscamos referenciais no Grupo de Pesquisa Subjetividades e (auto)biografia e com as reflexões advindas desses estudos construímos um corpus empíricos sobre subjetividade, narrativa e Patrimônio, que envolvidos com o tema da pesquisa – violência doméstica - promoveu características de ineditismo neste estudo, ou seja, refletimos sobre a violência doméstica com ênfase na potência da narrativa e promoção da reflexividade da própria história.

Quando pensei no tema violência doméstica, pensei primeiramente no elemento silêncio, que pode ser um companheiro de vida dessas mulheres na condição em que se encontram. Dedução advinda de meus sentimentos perturbadores que me ocorrem quando lembro da violência doméstica familiar que presenciei na minha infância. E assim, tive um ponto de partida, de um elemento que foi um fio condutor num processo de narrar, que reputamos ser um Patrimônio valioso a ser preservado neste emaranhado de vidas comuns, que ganha segurança de fala, em espaço compartilhado e seguro, aqui denominado Ateliê Biográfico.

A intenção desse estudo foi uma proposta de redimensionar o elemento silêncio, e devolver às participantes um direito que lhe foi violado: o de ser ouvida. Dentre os direitos fundamentais inseridos na Constituição Federal de 1988, é correto apontar o direito à vida, como o principal direito resguardado a todas as pessoas. É um direito que transcende o cenário jurídico e é objeto de estudos em diversas áreas, como da Sociologia, Filosofia e Psicologia.

Neste sentido, esta dissertação foi dividida em três capítulos, cujo primeiro se referiu à história das pesquisas autobiográficas; o papel da memória no ato de narrar; e a ênfase da construção da subjetividade na direção do dizer verdadeiro. Com isto, nosso objetivo específico, subitem b) foi contemplado, que era: estabelecer diálogos com a produção do campo da pesquisa (auto)biográfica dos estudos da memória, do cuidado e/ou cuidado de si e narrativas de si e Patrimônio.

A ideia de redimensionar o silêncio foi executada com o exercício da metodologia pesquisa-formação, o Ateliê Biográfico, que teve a potência de revisitar memórias. Entendemos que ressignificar os fatos narrados nos indicam que, ao trabalharmos com memória, o estamos fazendo conscientes de que tentamos capturar o fato sabendo-o e reconstruindo-o por uma memória seletiva, intencional ou não, na medida em que aposta na capacidade de recuperar a memória e de narrá-las ecoam as vozes dos atores sociais, rompendo com formas cristalizadas de investigação que valorizam mais o dado acabado e partindo para a intenção de capturar sentidos da vida social que não são facilmente detectáveis, principalmente nas condições de violência doméstica. Nesse emaranhado de palavras, o meu próprio silêncio foi sendo quebrado e transformado, e minha história pessoal emergiu neste processo proporcionado pela metodologia em questão.

No capítulo dois, detalhamos com minúcias, mais um dos objetivos específicos e chegamos ao subitem: a) construir, a partir da metodologia pesquisa-formação, um corpus empírico de narrativas de vidas de mulheres em condição de vulnerabilidade por violência doméstica. Neste, apresentamos as narrativas no sentido literal das quatro participantes da pesquisa, que são mulheres vulneráveis por violência doméstica e destacamos a necessidade de se proporcionar local seguro para o compartilhar uma vida silenciada. Percebemos que o ato de narrar existe como atividade humana espontânea, desde que se instaure num ambiente propício à sua consecução e que possibilite um movimento de construção e reconstrução de histórias que fundamentam ou que legitimam um sujeito. Narrativas são assim tecidas sobre o pano de fundo das histórias de vida, o que se supõe que abre novas possibilidades para o ser e o viver.

Já no capítulo três, composto por várias temáticas, conseguimos identificar os fragmentos de narrativas das vidas das mulheres, fundamentados pelas principais autoras da metodologia pesquisa-formação Delory-Momberger (2014) e Josso (2010), e cumprimos mais dois itens dos objetivos específicos c) promover a reflexividade com as mulheres, a partir das suas memórias narradas; d) disparar o processo de narrativa de si, a partir de questões norteadoras sobre a própria vida. A questão norteadora que disparou a narrativa inicial foi “o que fiz na minha vida para chegar até aqui?”. Nesse capítulo, tivemos a oportunidade de verificar por meio do Ateliê Biográfico um caminho para as reflexividades, não somente das participantes da pesquisa, mas também, da minha própria história, neste universo da violência.

Neste capítulo, analisamos a questão sobre identidade de gênero, percebida nas relações de assujeitamento praticadas pelas mulheres participantes; características tidas como comuns nas relações afetivas e tidas como “normais” em âmbito social. Saber quem se é, refletir sobre a própria identidade e reconhecer identificações vulneráveis parecia ser algo distante na reflexão sobre as vidas dessas mulheres e na minha própria experiência. Retrospectivamente pensamos sobre aquilo que fomos designadas a ser, e sobre o que poderíamos ter sido. Nossas histórias individuais possuem elementos comuns porque não estão desconectadas de questões culturais e sociais que já foram registradas nos estudos de gênero. E situar gênero neste estudo, nos colocou o desafio de confrontar a noção de que a diferenciação de gênero não só reforça as assimetrias delas decorrentes, como também hierarquiza os lugares femininos e masculinos, com representações e práticas que tendem, ora a corroborar, ora a diluir a referida assimetria, deixando neste caso, a porta entreaberta para domínios de uma relativa autonomia, sobretudo das mulheres.

Desta forma, a pesquisa partiu da proposição de que o mundo é vivido e representado de forma diferente pelo homem e pela mulher, ou seja, as experiências, os discursos, as práticas e representações sobre a violência doméstica são distintos em função do gênero. Este conceito de gênero, tal como foi por nós adotado, também é conduzido pela noção feminista de que o significado particular à violência doméstica reflete a pertença, sobretudo da vítima, a uma determinada categoria social, embora o conceito de gênero, tal

como é acionado pelas perspectivas feministas, nos remeta igualmente para um conjunto de divisões mais complexas que radicam na própria estrutura social, e que estão na base dos processos de operações da mulher (DIAS, 2004).

No capítulo três, destacamos o conceito da *parresia*, termo designado por Foucault (2006) para elucidar o dizer verdadeiro, da forma com que o *parresiasta* conseguir fazê-lo, e nesta reflexão surgiu a oportunidade de revisitar memórias traumáticas, doloridas e silenciadas, ao passo que pôde ser sublimada por intermédio de um dizer de forma socialmente autorizada, fato considerado um bem, um Patrimônio Comum da Humanidade: o lugar de fala, ou seja, a narrativa de vida. Sobre isso, Santana (2017) nos ensinou nesta pesquisa que a habilidade de tecer histórias, ao longo do tempo, se fez necessária para a sobrevivência dos grupos sociais, que se tornou comum a compreensão de que dela resultam as tramas simbólicas orientadoras de vida em coletividade; e de que é por meio do exercício dessa capacidade, que os humanos deixam suas trilhas para as gerações futuras. Nesta perspectiva reiteramos o tema Patrimônio.

Concluimos que ao adentrar no contexto da violência, e no cenário da vulnerabilidade das subjetividades femininas, tivemos a oportunidade de conhecer o conceito da violência por diversas faces, como por exemplo: da opressão, da subordinação, da obediência, do poder do masculino sobre o feminino, da ameaça de morte, confusão de identidade, aprisionamento entre outros. Neste sentido, refletir sobre a direção da vida, com a oportunidade de ressignificar sentidos, por meio das narrativas, oportunizou neste estudo, vislumbrar uma direção de pensar o futuro com vistas a dar vozes à outras mulheres que dela se calaram por algum motivo, e devolver-lhes o direito de falar e elaborar também suas próprias *parresias*.

Outrossim, consideramos relevante destacar o papel da metodologia Ateliê Biográfico, no tocante à escuta de si, pela narrativa de vida. A proposta inicial, sistematizada pelas autoras, ganhou visibilidade e notoriedade nas práticas de nossas próprias narrativas, com vistas à replicar e promover mais espaços como este e mais escutas como estas, em vidas silenciadas.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica**. Revista História da Educação, 2003. Pelotas RS. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30223/pdf>. Acesso em: 12 jun 2019.

BANDEIRA, Lourdes Maria. ALMEIDA, Tania Maria Campos. **Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha**. Estudos Feministas. Florianópolis/SC. 2015.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense. 1994.

BORGES, Érika Nunes de Medeiros Ferreira, GONÇALVES, Eliane. **Sujeição e agência em situações de violência contra as mulheres: trajetórias de superação e resignificação**. Ciências Sociais Unisinos 53(1):119-127, janeiro/abril 2017. Unisinos - doi: 10.4013/csu.2017.53.1.12. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/download/csu.2017.53.1.12/5968. Acesso em: 20 mai 2019.

BOSI, Eclea. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder. Teorias da sujeição**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil Brasileiro**. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.) **Atlas da Violência**. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/12/atlas-2019>. Acesso em 01 jul 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: Perspectivas Antropológicas da Mulher, p.25-62. Rio de Janeiro. Zahar, 1985.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **A histórias de vida: da invenção de si ao projeto de formação**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Brasília: EDUNEB, 2014. 362 p.

DIAS, I. **Violência da Família. Uma abordagem sociológica.** Porto: Edições Afrontamento, 2004.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e Políticas Públicas.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 2004.

FONSECA, Denire Holanda da, RIBEIRO, Cristiane Galvão e LEAL, Noêmia Soares Barbosa. **Violência Doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais.** Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa, Brasil, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200008. Acesso em 20 mai 2019.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade.** 1ª ed., 3ª tiragem. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 680 p. Tradução de: Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006. 224 p. Tradução de: Beatriz Sidou.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: Notas sobre as revoluções do nosso tempo.** 2012. http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_02.pdf. Acesso em 22/05/2020.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação.** 2 ed. Revista ampliada. Natal: UFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

LEITAO, Igor Brum, MENDES, Flávio Martins de Souza. **De que se trata ser Freudiano pela Psicanálise Lacaniana? Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise em Freud.** Estilos Clin. São Paulo, v.23, n.2. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v23n2/a11v23n2.pdf>. Acesso em 01 jul 2020.

PASSEGI, Maria da Conceição, SOUZA, Elizeu Clementino, VICENTINI, Paula Perin. **Entre a vida e a formação: Pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização.** Educ. rev. vol.27 no.1 Belo Horizonte Apr. 2011. (SciELO) <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982011000100017>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000100017. Acesso em 29 mai 2019.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Rede Catarina de Proteção à mulher.** Santa Catarina, 2020. Disponível em: <http://www.pm.sc.gov.br/paginas/rede-catarina>. Acesso em 07 jun 2020.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se. Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade.** Campinas /SP: Editora da Unicamp, 2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Tradução de: Alain François [et al.]

_____. **Tempo e narrativa 2.** Tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: WMF Martins, 2010.

SANTANA, Gisane Souza. **Memória e Patrimônio Imaterial. As narrativas orais do Rio do Engenho (Ilhéus/Bahia).** Revista do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/736>. Acesso em: 20 dez 2020.

UNESCO. **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura**, 32. Paris, 2003. 16p. Disponível em: <http://ich.unesco.org/doc/src/000009-PT-Portugal-PDF.pdf>. Acesso em 09 jul.2020.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena, ALBUQUERQUE Wesley Batista. **O que as práticas narrativas de testemunhos dizem sobre o Patrimônio Cultural?** Revista Memória em Rede. Pelotas v.11, n21. Jul/Dez 2019. Disponível em: periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria. Acesso em 09 jul 2020.

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) a disponibilizar em ambiente digital institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e/ou outras bases de dados científicas, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data 29 de setembro de 2021.

1. Identificação do material bibliográfico: () Tese (X) Dissertação () Trabalho de Conclusão

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Autor: Graciane de Oliveira

Orientador: Raquel ALS Venera / Coorientador: não teve

Data de Defesa: 29/07/2021

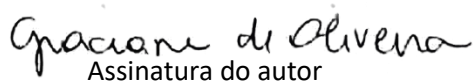
Título: Narrativas Femininas: Uma Grafia da Violência

Instituição de Defesa: Universidade da Região de Joinville – Univille

3. Informação de acesso ao documento:

Pode ser liberado para publicação integral (X) Sim () Não

Havendo concordância com a publicação eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese, dissertação ou relatório técnico.


Assinatura do autor

Joinville, 29/09/2021